

de 11 a 28 de Março de 2024

Ano XXVI | 1 Cadernos
44 Páginas

Edição Nº 734
R\$ 2,50

MEIO AMBIENTE PÁGS. 44



Ministério Público Federal emite Recomendação Prévia para proteção da Comunidade Tradicional Taquari dos Fialhos, em Licínio de Almeida
Ação visa salvaguardar direitos e Território da Comunidade Taquaril dos Fialhos frente a impactos da mineração

FOTOS: REPRODUÇÃO/ [HTTPS://WWW.FACEBOOK.COM/EMDEFESADASNASCENTESDASERRADOSALTO/](https://www.facebook.com/emdefesadasnascentesdaserradosalto/)

MULHER PÁGS. 22 a 26

Liderança Feminina: Histórias de mulheres barrachocenses que são destaque em diferentes campos de atuação



FOTO MONTAGEM: SITE CORETO

CIDADES PÁGS. 28 a 30



“Cemitério de Veículos” no entorno da 20ª Coordenadoria Regional de Polícia Civil de Brumado expõe moradores a riscos

Em tempos de proliferação de mosquitos transmissores de doenças e com Brumado vivendo uma situação de Epidemia de Dengue, um “cemitério” de carros velhos e sucateados vem atormentando a vida dos moradores do Bairro Nobre, no entorno das sedes da 20ª Coordenadoria Regional de Polícia Civil do Interior (20ª Coorpin)/Delegacia Territorial de Brumado/Coordenadoria Regional de Polícia Técnica/Departamento de Polícia Técnica, que abriga ainda o Hospital Regional Professor José Maria de Magalhães Neto, a Unidade de Saúde do Programa Saúde da Família (US/PSF) Liziane dos Santos Alves e o Centro Municipal de Educação em Tempo Integral Agamenon Santana.

POLÍTICA PÁGS. 05 e 06

Ex-prefeito de Pindaí é denunciado à Justiça por suposta fraude em licitação, desvio de dinheiro público e associação criminosa

POLÍTICA PÁGS. 03 e 04

Prefeito de Bom Jesus da Lapa avança no projeto que visa garantir sua reeleição

REPORTAGEM ESPECIAL PÁG. 32 a 39

Relatório ‘Elas Vivem: liberdade de ser e viver’ revela desafios para as mulheres no Brasil dos direitos humanos, da Lei Maria da Penha e da Lei do Femicídio

◆ EDITORIAL

O 31 DE MARÇO DEVE SER LEMBRADO PARA NÃO SER REPETIDO

POR: ANTÔNIO LUIZ

editor@jornaldosudoeste.com

No momento em que o país assiste perplexo, embora haja quem, por má-fé intelectual ou para alimentar um sentimento que não contribui para que o país possa avançar e enfrentar as desigualdades que permitem que populistas donos de folha corrida sejam eleitos para cargos Executivos e Legislativos, nos três níveis de Poder, aos movimentos sórdidos e covardes perpetrados nos subterrâneos dos Palácios do Planalto e da Alvorada para desacreditar o Sistema Eleitoral, estuprar o resultado da vontade popular – que certo ou errado deve ser sempre respeitado – e implantar novamente no país um regime tutelado pelos quartéis, que foi gestado por inspiração do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro e culminou com os atos bestiais do 8 de janeiro, reforçam o entendimento que é um grave equívoco a decisão de tentar apagar da história os 60 anos do Golpe Militar de 31 de março de 1964.

O 31 de março é uma data em que os brasileiros que viveram os anos de cruéis e desumanos da Ditadura Militar e aqueles outros, que conhecem narrativas que interessam aos que os catequizaram, principalmente nos últimos quatro anos, possam ter um encontro com a verdadeira história.

É um dia, principalmente, para os milhares de homens e mulheres verdadeiramente de bem, que defendem e sabem o valor da democracia e da liberdade de direitos possam reverenciar os brasileiros, homens, mulheres e crianças que foram torturados, estuprados e violados em seus mais elementares direitos, que assistiram aos seus pais serem covardemente agredidos por criminosos que se escondiam atrás das fardas das Forças Armadas, principalmente do Exército, nos porões fétidos dos Doi-Codi (Departamentos de Ordem Interna/Centros de Operações e Defesa Interna), criados no âmbito da institucionalização da Operação Bandeirantes (Oban), que foi concebida pelos criminosos de farda para garantir o que entendiam ser a segurança nacional, tendo como pano de fundo o controle das informações, a censura e a repressão aos opositores – todos que manifestassem uma opinião contrária – ao regime.

É um dia também para lembrar dos delinquentes que a pretexto de lutar contra o regime dos Generais Presidentes, mas com objetivo de implantar um Governo com a mesma falta de princípios éticos e morais, a mesma cartilha de restrição de direitos individuais, de participação popular e repressão doentia a todos os que imaginassem opositores, promoveram toda sorte de patifarias - assaltaram bancos, sequestraram e mataram pessoas inocentes - mas, infelizmente, assim como os malfeitores que se escondiam nos quartéis, tem seus admiradores.

O 31 de março precisa ser lembrado para honrar a memória dos que foram perseguidos, torturados e mortos, não seus algozes, de direita ou esquerda como se convencionou identificar os criminosos de um lado e outro que foram protagonistas dos 21 anos de Ditadura Militar.

O 31 de março, ao contrário do que pensa o atual Governo, é um dia para ser celebrado, resgatando a verdadeira história, os horrores praticados não apenas pelos militares, mas também por aqueles que preferiram a criminalidade para fazer oposição e plasmar um regime idêntico na essência, para que nunca mais se repitam os horrores dos vinte e um anos de trevas e para que os que ousarem, como ousaram o ex-presidente e a súcia que o cercava/cerca, sejam rechaçados. Um dia para que a democracia seja exaltada e fortalecida, para que todos entendam, a partir do conhecimento da história, que os direitos humanos são inegociáveis e devem ser respeitados em todas as instâncias da sociedade. Um dia, enfim, para que a história seja lembrada e passada a limpo para que não haja espaço para o cometimento dos erros do passado e para que sejamos capazes de construir um futuro mais justo e igualitário para todos, onde os cidadãos, educados, possam expurgar da vida pública os maus políticos, os corruptos e os corruptores, e para que os agentes públicos sejam pautados unicamente pela busca do bem comum, pela tomada de decisões e pela implementação de políticas públicas que visem garantir o bem-estar e a segurança dos cidadãos.

O 31 de março deve e precisa ser lembrado para envolver toda a população na defesa da democracia. Para que não haja temor da Justiça em punir todos que ousaram ou usem apostar no retrocesso, nas restrições de direitos, na censura e na volta dos porões da tortura, independentemente do viés ideológico de seus mentores e apoiadores. E para que a punição dos maus brasileiros – idealizadores, apoiadores e milhares de néscios que motivados por questões ideológicas e pela fragilidade de caráter foram instigados a promover o caos para que os fins pudessem ser alcançados – seja efetivada de forma exemplar, para que também no futuro, desencorajem outros a seguir os falsos líderes e suas seitas que se multiplicam na velocidade das falsas narrativas e no exercício do assassinato de reputações tão comum nos dias de hoje.

É pelas pessoas que foram caladas durante os 21 anos da Ditadura Militar quando defendiam seus direitos constitucionais de ir e vir, de livre manifestação, o direito à vida, o direito de escolher os que entende ser o melhor, independentemente do passado do escolhido, dos que defenderam o direito de contraditar os projetos e propósitos de maus militares e maus brasileiros que, em suas trincheiras, fizeram os homens e mulheres de bem reféns de suas intenções autoritaristas, cometendo atrocidades em nome de uma democracia simulada, alicerçada no poder absoluto de um déspota inconsequente.

O 31 de março, ao contrário do que querem os cadáveres insepultos que ainda perambulam pelos quartéis e entre os defensores de regimes autocratas que se valem da repressão e da censura para sobreviver, precisa e deve ser lembrado para desestimular todos aqueles que pensam em cometer crimes semelhantes. E, principalmente, como forma de mostra aos jovens que assistiram as cenas bizarras de ocupação das frentes dos quartéis e clamaram pela intervenção militar para contestar o resultado das urnas e de alguma forma participaram das bestiais agressões às Instituições com a depredação de prédios públicos no infausto 8 de janeiro de 2024, que o melhor antídoto para os canalhas é a educação, através da qual o povo poderá melhor identificar os homens e mulheres de idoneidade moral para conduzir os destinos do país. E para evitar que aqueles pesadelos nos assombrem novamente.

Agência Sudoeste – Jornalismo, Assessoria e Pesquisas Ltda
Cnpj: 36.607.622/0001-20
LM Sudoeste Comunicação Ltda
Cnpj: 11.535.761/0001-64
Publicado desde 1998

Conselho Editorial
Antônio Luiz da Silva
Antônio Novais Torres
Leonardo Santos

Editor-Chefe/Coordenador de Redação
Antônio Luiz da Silva
(77) 99838-6283
(77) 991196080
editor@jornaldosudoeste.com

Redatora-Chefe Adjunta
Gabriela Oliveira de Jesus
(77) 98816-6680
jornalismo@jornaldosudoeste.com

Gabriela Costa Matias
(77) 99997-5679
jornalismo@jornaldosudoeste.com
Reportagem
Cássio da Silva Bastos – (77) 99919-1997
Cassiobastos_45@gmail.com

Evandro dos Santos Braz – (77) 99940-6496
esbraz@hotmail.com

Lucimar Almeida da Silva – (77) 99195-2858
lucimaralmeidajs@gmail.com

Social Media
Mariana Almeida da Costa Silva
(77) 99857-7493
socialmedia@jornaldosudoeste.com

Diagramação/Fotografia/Edição de Imagens/arte final
Evandro Maciel Miranda Miguel
(77) 99805-3982
diagramacao@jornaldosudoeste.com

Corrija o JS
erramos@jornaldosudoeste.com

Departamento Financeiro
Maria Augusta dos Santos e Silva
(77) 99838-6265
augusta.bdo@jornaldosudoeste.com

Administração – Atendimento ao Cliente
Maíra Bernardes Pinto
(77) 3441-7081
(77) 99804-5635
secretaria@jornaldosudoeste.com

Departamento Comercial
Luciene Pereira Costa – (77) 98804-5661
Lucilene Pereira Costa – (77) 98809-1255
Shirley Ribeiro Alves – (77) 98801-3338

Endereço
Luciene Pereira Costa – (77) 98804-5661
Lucilene Pereira Costa – (77) 98809-1255
Shirley Ribeiro Alves – (77) 98801-3338

Redação Telefone
(77) 3441-7081
(77) 99872-5389
E-mail:
redacao@jornaldosudoeste.com
jornalismo@jornaldosudoeste.com

Redação Telefone
(77) 3441-7081
(77) 99872-5389
E-mail:
redacao@jornaldosudoeste.com
jornalismo@jornaldosudoeste.com

Comercial: Publicidade/Publicidade Legal/Atos Oficiais/Editais
E-mail: secretaria@jornaldosudoeste.com
Telefone: (77) 3441-7081 – 99804-5635
WhatsAaP: (77) 99804-5635
E-mail: secretaria@jornaldosudoeste.com
Endereço eletrônico: www.jornaldosudoeste.com

Prefeito de Bom Jesus da Lapa avança no projeto que visa garantir sua reeleição

Ao unir forças com a oposição, liderada pelo ex-candidato a prefeito Moizés Barbosa (PSDB), Fábio Nunes sinaliza uma mudança significativa no panorama político de Bom Jesus da Lapa. Esta aliança estratégica promete não apenas novas propostas, mas também uma perspectiva renovada para o desenvolvimento do município.

LUCIMAR ALMEIDA

lucimaralmeida@jornaldosudoeste.com

De posse de levantamentos para consumo interno que, segundo interlocutores privilegiados do gestor, reforçam a importância de construção de uma ampla aliança pautada nos interesses da coletividade, onde não há espaços para vaidades e projetos pessoais, o prefeito de Bom Jesus da Lapa, Fábio Nunes Dias, que trocou o PSD pelo PT para disputar a reeleição, trabalha na formatação e consolidação de novas alianças, reforçando as bases e superando a movimenta-

ção contrária de grupos ligados ao ex-aliado, Deputado Estadual Eures Ribeiro Pereira (PSD), que recentemente lançou-se pré-candidato à sucessão municipal, numa movimentação que culminou com o rompimento político com lideranças que compunham sua base política no município. Ao contrapor a proposta do ex-prefeito e atual Deputado Estadual Eures Ribeiro, que segundo seus mais próximos interlocutores, teria afrontado acordos formalizados em 2020 e nas eleições do

ano passado, o prefeito Fábio Nunes Dias, depois de mudar de mala, votos e cuia para o Partido dos Trabalhadores, com as bênçãos do ex-governador do Estado e atual Senador da República Jacques Wagner (PT), vem apostando todas as fichas no diálogo com adversários históricos, de todos os campos políticos e ideológicos, conquistando importantes apoios para a base de sustentação do Governo Municipal e sua pré-candidatura à reeleição.

FOTO: REDES SOCIAIS



Encontro do prefeito Fábio Nunes (PT) com o empresário e líder políticos Moizés Barbosa (PSDB) e o suplente de Vereador, Contador Adenilson – Sinho – de Castro Vieira (PSDB), selou a aliança que marca um novo tempo na política lapense.

Um importante passo nesse projeto foi materializado na noite do último dia 18, quando esteve reunido com o empresário e líder opositor Moizés Barbosa da Costa (PSDB), que em 2020 disputou a sucessão municipal e obteve 35,56% dos votos válidos (12.525 votos), e com o Contador e suplente de vereador Adenilson – Sinho – de Castro Vieira (PSDB), que nas últimas eleições municipais obteve 595 votos, no qual, conforme apurou a reportagem do JS, foi selada a aliança e o ingresso do grupo liderado pelo empresário tucano na base de sustentação do Governo Municipal.

No dia seguinte (19) foi a vez do vereador Leonel Cardoso Oliveira (PSD), que se mantém no grupo liderado pelo ex-prefeito e Deputado Estadual Eures Ribeiro Pereira (PSD), anunciar oficialmente a adesão ao prefeito Fábio Nunes Dias.

Para analistas políticos regionais ouvidos pelo JS, sob reserva, a formação das alianças com adversários históricos naturalmente fortalece a pré-candidatura à reeleição do prefeito Fábio Nunes Dias (PT), pois demonstra a

capacidade do gestor de unir diferentes forças políticas em prol de um objetivo comum. Essa estratégia, reforçam os analistas, pode trazer maior legitimidade e apoio não apenas para a campanha de reeleição, mas também para os próximos pouco menos de nove meses de Governo, mostrando que o prefeito tem uma base de apoio ampla e diversificada. “Além disso, a aliança com adversários históricos pode sinalizar um desejo de unir forças em prol do progresso da cidade, mostrando para a população uma maturidade política e capacidade de diálogo que permitirá a eficácia da gestão a partir da tomada de decisões ponderadas e que levem em conta o bem-estar da população e não interesses pessoais ou partidários”, reforça um dos entrevistados, apontando, no entanto, ser importante que essas alianças sejam feitas de forma transparente e com compromissos claros, para garantir a confiança dos eleitores e evitar críticas de oportunismo. Um dos pontos que precisa ser esclarecido é a eventual participação do líder tucano Moizés Barbosa, como candidato a vice-prefeito, na chapa majoritária que será

deverá ser encabeçada pelo prefeito Fábio Nunes Dias para disputa da reeleição.

Ouvido pelo JS, através de mensagem de texto no Aplicativo WhatsApp, o empresário tucano Moizés Barbosa da Costa confirmou a formatação de aliança com o prefeito Fábio Nunes Dias (PT), mas não adiantou quais seriam as condições para ingresso do grupo que lidera na base do Governo Municipal.

O prefeito Fábio Nunes Dias, ao JS, destacou a importância da aliança formatada com o empresário Moizés Barbosa, lembrando que a busca por diálogo reforça seu compromisso inabalável com o desenvolvimento do município. O gestor lembra que a aliança formalizada com um dos mais respeitados líderes da oposição no município marca um momento significativo na política lapense. Fábio Nunes disse ainda, refletindo o posicionamento defendido por analistas políticos, que todo processo está sendo conduzido com transparência e baseado em propostas sólidas e relevantes que vão atender às necessidades da comunidade e impulsionar o desenvolvimento econômico e social do município.

Venha conhecer

O nosso novo espaço!

Rua Joana Angélica, 245 – 1º Andar – Sala 01 – Centro

Sênior Clínica

 (77) 3441-6853

 (77) 9 9957-6500

REALIZA
SEGUROS

adm.realizaseguros@gmail.com

operacional.realizaseguros@gmail.com

gislanerealiza@hotmail.com

Ex-prefeito de Pindaí é denunciado à Justiça por suposta fraude em licitação, desvio de dinheiro público e associação criminosa

DA REDAÇÃO *

redacao@jornaldosudoeste.com

O Ministério Público do Estado da Bahia, através da 1ª Promotora de Justiça de Guanambi, por meio da Promotora de Justiça Tatyane Caires Miranda, denunciou no último dia 12 o ex-prefeito de Pindaí, Ionaldo – Naná - Aurélio Prates (à época dos fatos fi-

liado ao Progressistas, hoje no Avante), por suspeita de fraude em Licitação, desvio de dinheiro público, peculato e organização criminosa, em razão de supostos atos criminosos identificados no Procedimento Licitatório – Tomada de Preços 010/2020, que resultou na contratação da empresa Sévia Construtora Ltda, pelo valor de R\$ 590.688,72, para execução das obras de pavimentação de vias públicas no município (Contrato nº 089/2020), com suposta aplicação de 760 toneladas de asfalto em apenas três dias de trabalho.

Além do ex-prefeito, também foram denunciadas outras cinco pessoas, as ex-secretárias municipais de Administração, Finanças e Planejamento e de Obras e Infraestrutura, respectivamente Iara Quele Gomes e Vanessa Fernandes Magalhães; a então Presidente da Comissão Permanente de Licitações e Contratos, Izani Daniela Reis Gomes Rodrigues; e os empresários Fábria Milena dos Santos Leite e Antônio Justino Aguiar, sócios da empresa contratada.

De acordo com a Promotora de Justiça Tatyane Caires Miranda, na denúncia encaminhada à Justiça, os agentes públicos denunciados (ex-prefeito, ex-secretários municipais e ex-Presidente da Comissão permanente de Licitações e Contratos), utilizando-se de um Edital elaborado "com objeto vago, genérico e impreciso, permeado por cláusulas restritivas e exigências desnecessárias", teriam assegurado o direcionamento do certame Licitatório em favor da empresa Sévia Construtora. Ainda segundo a titular da 1ª Promotoria Regional de Justiça de Guanambi, apontaram as investigações, sem autorização legal/contratual, o ex-prefeito Ionaldo – Naná – Aurélio Prates, fundamentado em documento elaborado pela ex-secretária municipal de Obras e Infraestrutura, Vanessa Fernandes Magalhães, com aval da ex-titular da Secretaria Municipal de Finanças, Iara Quele Gomes, autorizou o pagamento antecipado dos serviços supostamente prestados pela empresa contratada (Sévia Construtora Ltda), alterando ilegalmente cláusulas contratuais estabelecidas.

Ponderando sobre a gravidade das supostas condutas criminosas, que teriam causado danos ao erário, a Promotora de Justiça Tatyane Caires Miranda, apontou que outras investigações estão em andamento e/ou poderão ser instauradas, considerando que o ex-prefeito Ionaldo – Naná – Aurélio Prates (Avante), apenas nos últimos seis meses de 2020, entre julho e dezembro, último ano do mandato, efetivou o pagamento de mais de R\$ 2,5 milhões, líquidos, à Sévia Construtora, referentes a três Processos Licitatórios. A Promotora de Justiça Tatyane Miranda Caires, na denúncia protocolizada na 1ª Vara Criminal da Comarca de Guanambi, com vasta documentação comprobatória dos fatos narrados, enfatiza que o prefeito Ionaldo – Naná – Aurélio Prates (Avante), "enquanto chefe do Poder Executivo e ordenador de despesa, orquestrou e colocou em prática as fraudes identificados no Procedimento Licitatório Tomada de Preços nº 010/20, eis que participou desde sua fase interna, determinando

liado ao Progressistas, hoje no Avante), por suspeita de fraude em Licitação, desvio de dinheiro público, peculato e organização criminosa, em razão de supostos atos criminosos identificados no Procedimento Licitatório – Tomada de Preços 010/2020, que resultou na contratação

da empresa Sévia Construtora Ltda, pelo valor de R\$ 590.688,72, para execução das obras de pavimentação de vias públicas no município (Contrato nº 089/2020), com suposta aplicação de 760 toneladas de asfalto em apenas três dias de trabalho.

FOTO: REDES SOCIAIS.



Ex-prefeito Ionaldo – Naná – Aurélio Prates (Avante) foi denunciado pelo Ministério Público à Justiça, juntamente com outras cinco pessoas, por supostos crimes contra a Administração Pública.

a abertura do Certame, inclusive intimidando os demais membros da CPL [Comissão Permanente de Licitação], promovendo a homologação do Certame eivado de nulidades, a Adjudicação e a assinatura de Contrato resultante de Licitação fraudulenta, inclusive, modificando cláusulas contratuais ao arripio da legislação pertinente, durante a execução dos serviços contratos, além de realizar pagamento em total desacordo com a legislação pertinente, auxiliado pelos demais servidores públicos subordinados aos seus des-

mandos, objetivando direcionar o certame, enriquecer-se ilicitamente e favorecer particulares em detrimento do erário público". Por fim, a Promotora de Justiça titular da 1ª Promotoria Regional de Justiça de Guanambi, Tatyane Miranda Caires, requereu a procedência da denúncia e, por consequência, a condenação do ex-gestor, da servidora municipal, dos agentes públicos e dos empresários titulares da empresa envolvida nos supostos crimes, inclusive à reparação dos danos causados ao erário municipal.

OUTRO LADO

A reportagem do JS tentou, sem sucesso, ouvir o ex-prefeito Ionaldo – Naná – Aurélio Prates (Avante) para oportunizar que ele pudesse comentar e contraditar as alegações do Ministério Público na denúncia oferecida à Justiça. Foi encaminhado ao ex-gestor, através de mensagem de texto pelo Aplicativo WhatsApp, solicitação para que pudesse, se assim entendesse, se posicionar, mas não recebemos resposta até o fechamento desta edição.

A reportagem do JS não conseguiu localizar a ex-Presidente da Comissão Permanente de Licitações e Contratos, as ex-secretárias municipais de Administração, Finanças e Planejamento e de Obras e Infraestrutura do Governo Municipal de Pindaí – Gestão 2017/2020, respectivamente Izani Daniela Reis Gomes Rodrigues, Iara Quele Gomes e Vanessa Fernandes Magalhães, e os empresários Fábria Milena dos Santos Leite e Antônio Justino Aguiar (estes últimos, os telefones que constam como sendo da empresa - (77) 3441-**17 ou (77) 99989-**16 – não atendem e não respondem a mensagens, para que pudessem comentar e/ou contraditar as alegações do Ministério Público na denúncia oferecida à Justiça.



Percival Puggina

(76), MEMBRO DA ACADEMIA RIO-GRANDENSE DE LETRAS E CIDADÃO DE PORTO ALEGRE, É ARQUITETO, EMPRESÁRIO, ESCRITOR E TITULAR DO SITE CONSERVADORES E LIBERAIS (PUGGINA.ORG); COLUNISTA DE DEZENAS DE JORNAIS E SITES NO PAÍS. AUTOR DE CRÔNICAS CONTRA O TOTALITARISMO; CUBA, A TRAGÉDIA DA UTOPIA; POMBAS E GAVIÕES; A TOMADA DO BRASIL PELOS MAUS BRASILEIROS. MEMBRO DA ADCE. INTEGRANTE DO GRUPO PENSAR+.

A guerra do Ocidente contra si mesmo

O Ocidente viveu milênios em que a guerra foi o estado natural dos agrupamentos humanos. Quem visita as mais antigas cidades europeias encarapitadas no topo de elevações pode observar as engenhosas e robustas fortificações que as envolviam. Seus habitantes não trocavam o conforto das planícies pelos panoramas que se descortinam desde seus mirantes, mas pela segurança que a ampla visibilidade dos arredores proporcionava. Em sua origem, não eram cidades “com vista”, mas cidades com “melhor detecção de agressores externos”. Os ataques eram possíveis, prováveis e recorrentes.

Havia guerras de pilhagem e de conquista. Disputavam-se territórios, objetivos estratégicos, coroas que se vulnerabilizavam e os conflitos se foram tornando mais violentos e prolongados conforme se constituíam os reinos medievais. As guerras duravam anos, décadas e até um século inteiro, como a Guerra dos Cem Anos entre Inglaterra e França pela hegemonia sobre a região de Flandres.

A História, porém, reservou o nome de Grande Guerra para os dois conflitos ditos mundiais travados fundamentalmente na Europa Ocidental no século passado. A primeira, de 1914 a 1919 e a segunda, de 1939 a 1945. A contagem das vítimas de cada uma foi às dezenas de milhões.

Escrevo sobre guerras e grandes guerras porque, na minha percepção, uma terceira guerra – grande, destrutiva, furtiva e silenciosa – também se trava no Ocidente. Singularmente, é guerra do Ocidente contra si mesmo. Para designá-la, generalizou-se a expressão “Guerra Cultural”, que parece dizer pouco para o quanto há de catastrófico na gradual destruição de uma cultura. James Burnham tratou do tema em “O suicídio do Ocidente”, mas o fez numa perspectiva pessimista. Eu creio numa vitória da vida e do Bem.

Antes que o Império Romano enfrentasse o declínio, a antiguidade arquejava uma cultura que não resistiria ao exemplo e à mensagem da Cruz. Tito Lívio, historiador romano que viveu no tempo de Jesus, escreveu: “Chegamos a um ponto em que já não podemos suportar, nem nossos vícios, nem os remédios que os poderiam curar”. Quanto essa frase, passados vinte séculos, parece falar dos dias atuais! A cultura é a alma de uma civilização. Corrompida essa alma, fatalmente se degrada e fragiliza a civilização que lhe corresponde

pode esgotar todos os adjetivos do dicionário para discorrer sobre o que aconteceu em Roma. No entanto, eles serão poucos para descrever o efeito daquilo a que se dedicam os “progressistas” se conseguirem destruir a alma cultural do Ocidente, que há dois mil anos começou a ser construída. Não é por acaso que ela se reflete nas grandes declarações internacionais sobre pessoa humana, sua dignidade e seus direitos, bem como sobre família, e sociedade. Todas beberam da mesma fonte.

Essa, porém, não é uma questão religiosa! O leitor pode ter esses mesmos apreços e não ter religião alguma, mas é certificada a procedência e a longa produção desse Bem que o atraiu. Na guerra peculiar guerra que descrevo não há muro, como dizia recentemente o jornalista Júlio Ribeiro em seu programa na Rádio + Brasil. Quem ama o Bem, a Beleza, a Justiça e a Verdade, tem lado e protege aquilo que ama. Muros são o habitat natural dos omissos.

O falso humanismo dito progressista é aquele que sistematiza ataques à inocência das crianças, terceiriza para o Estado a instituição familiar, protege o criminoso e criminaliza a vítima, quer desencarceramento e liberação das drogas, exige aborto “livre, público, gratuito e de qualidade”. Onde existe a União, levam a discórdia; onde a Verdade é apreciada, levam a narrativa; onde reina o Amor, levam o ódio; onde há Esperança e Alegria, providenciam o desespero e a tristeza. Sua arte é horrenda, sua ética condena a virtude e sua justiça é perversa.

1997

21 de Março



MAIS CONTEÚDO, MAIS CREDIBILIDADE

SUDOESTE

16
Anos



22 anos

Jornal do Sudoeste[®]

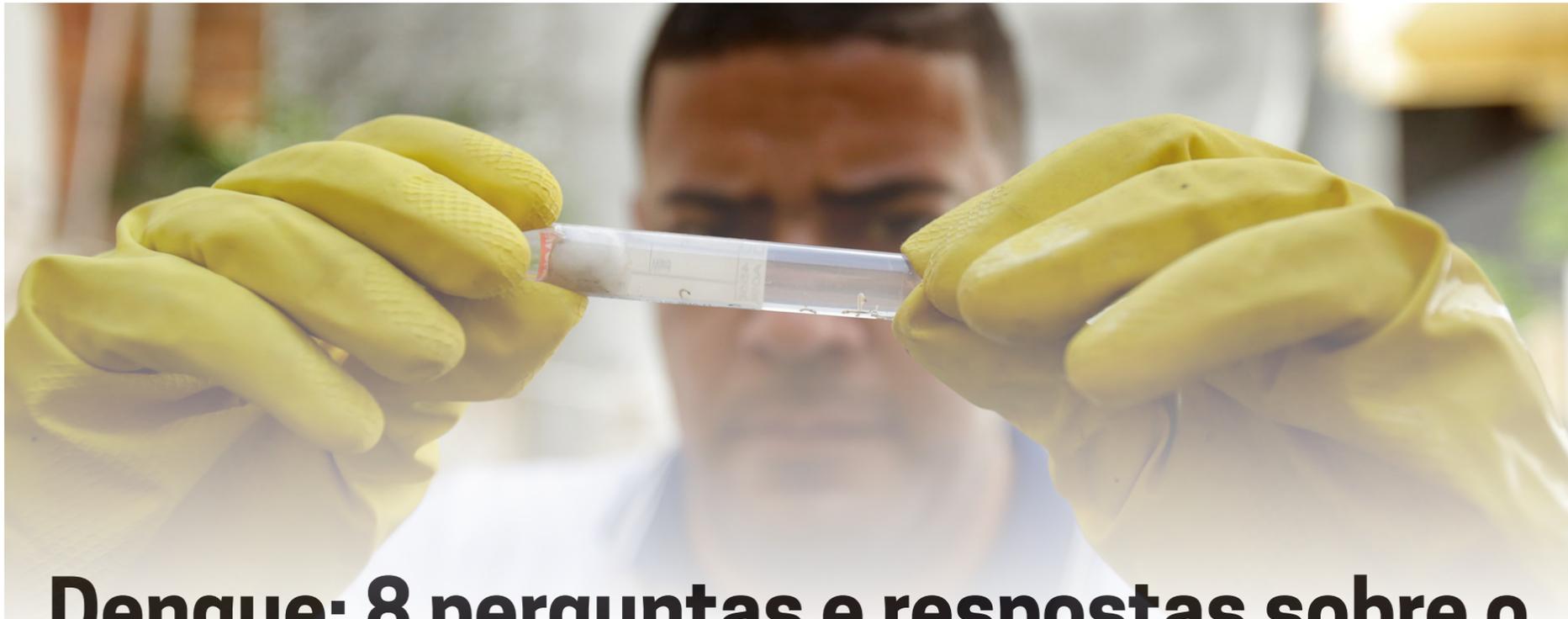
A p e n a s a v e r d a d e .

Jornal ♦ 26 anos do Sudoeste

A P E N A S A V E R D A D E

"26 anos de jornalismo comprometido,
informando e inspirando nossa
comunidade todos os dias. Agradecemos
a todos os leitores por fazerem parte
dessa jornada conosco!"

FOTO: ASCOM/INSTITUTO BUTANTAN



Dengue: 8 perguntas e respostas sobre o que tomar, o que evitar e a hora certa de ir ao hospital em caso de suspeita

Saiba detectar sintomas, quais remédios são realmente indicados e contraindicados e quando procurar ajuda médica imediata

CAMILA NEUMAM – INSTITUTO BUTANTAN/NOTÍCIAS

<https://butantan.gov.br/>

“Este medicamento é contraindicado em caso de suspeita de dengue. Ao persistirem os sintomas, um médico deverá ser consultado”. A frase citada há anos em propagandas de Analgésicos e Anti-inflamatórios precisa ser sempre lembrada, principalmente na atual epidemia de Dengue.

Febre, dores no corpo, na cabeça e atrás dos olhos, além de fadiga, são os primeiros sintomas da Dengue, e costumam ser tratados com estas medicações. Porém, algumas delas (veja os exemplos abaixo) podem agravar os sintomas da doença, caso se confirme o diagnóstico. Sendo assim, é importante saber detectar uma suspeita de Dengue, que envolve notar se há outros casos em pessoas próximas ou na vizinhança, além de observar atentamente o conjunto de sintomas.

Outro ponto importante é entender que frutas cítricas, vegetais, chá de folhas e suplementos vitamínicos não são capazes de tratar ou curar a Dengue. O motivo? Porque não há comprovação científica sobre isso.

“Não existe nenhum tratamento específico que aborde o vírus Dengue e seus quatro subtipos, que diminua a intensidade dos sintomas, que evite a progressão da forma mais grave e a morte pela doença”, afirma o Infectologista e Gestor Médico de Desenvolvimento Clínico do Butantan, Erique Miranda.

“Tomar uma medicação não indicada, além de não ter eficácia, pode retardar a procura pelo Serviço de Saúde e arriscar sua vida”, ressalta.

A melhor forma de prevenir a doença é a vacinação. O Butantan desenvolve uma candidata vacinal contra Dengue, a Butantan-DV, que está em fase final de ensaios clínicos. Sua fórmula com os quatro vírus da Dengue atenuados, de dose única, demonstrou uma eficácia média de 80% [<https://butantan.gov.br/noticias/butantan-publica-no-nejm-dados-que-demonstram-que-vacina-da-dengue-protege-796-dos-imunizados>] em artigo publicado na Revista The New England Journal of Medicine [<https://www.nejm.org/doi/full/10.1056/NEJMoa2301790>]. O estudo está previsto para ser finalizado em junho de 2024.

1- Por que ivermectina não cura a Dengue?

A Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Ministério da Saúde não incorporaram a Ivermectina em seus Protocolos contra a Dengue. Sendo assim, não há recomendação do uso da Ivermectina para evitar e tratar a doença.

A Ivermectina é uma medicação vermífuga que chegou a ser avaliada em pesquisas básicas e estudo clínicos com amostragens pequenas, por conta do seu potencial de medicação antiviral, mas sem sucesso. Nenhum destes estudos demonstrou resposta clínica contra a Dengue, ou seja, algum benefício para a saúde de quem estava com a infecção. Embora a medicação tenha mostrado algum efeito em diminuir a carga viral, não resultou em redução do tempo de sintomas e das complicações graves causadas pela doença. Em suma, os estudos mostram alguma atividade antiviral, porém não relacionada a benefício clínico contra a Dengue.

2- Existe algum alimento que pode prevenir ou curar a dengue?

Não há comprovação científica de que o con-

sumo de alimentos, como frutas, legumes e verduras, ou qualquer outro tipo, seja eficaz na prevenção da Dengue ou na redução de seus sintomas. Faltam estudos clínicos que estabeleçam uma quantidade segura ou a restrição alimentar para pessoas com quadro de Dengue Clássica (sem gravidade), com sinais de alerta ou Dengue Grave.

Os resultados inconclusivos abrem espaço para “opinião de especialista”, sem rigor científico. Em resumo: se te disserem que suco de limão, própolis, chás ou outros alimentos evitam ou curam a Dengue sem afirmar a quantidade ideal de consumo e nem de onde vem essa informação, questione.

3- O consumo de vitaminas pode prevenir a dengue?

Falta literatura suficiente que ligue a eficácia do consumo de micronutrientes, como vitaminas, no combate à infecção pelo vírus da Dengue ou como repelente do vetor. Os estudos revisados têm limitações significativas, incluindo amostras pequenas, e não trazem detalhes de qual seria a dose de suplementação ou restrição adequada. Por isso, o consumo de vitaminas não pode ser considerado um método preventivo. Neste caso, deve-se considerar o uso de repelentes aprovados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para prevenir picadas do mosquito *Aedes aegypti*, principal vetor dos quatro sorotipos da Dengue.

4- Quais medicamentos podem ser usados em caso de suspeita ou diagnóstico de Dengue?

O principal tratamento da Dengue Clássica envolve tomar bastante líquido (de 60 a 80 ml por kg de peso) porque uma das características do

DENGUE

vírus é retirar líquidos dos vasos sanguíneos. Para combater as dores no corpo e a febre, dois medicamentos são indicados: Paracetamol e Dipirona.

Se surgirem outros sintomas, como dores abdominais intensas, vômitos excessivos que impedem a hidratação e a alimentação, hipotensão, diminuição da quantidade de urina e sangramentos nasais e gengivais, é imprescindível procurar atendimento médico imediato. Estes sintomas indicam que a doença está se agravando.

No hospital será possível avaliar a possibilidade do diagnóstico de Dengue ou de outras Infecções Virais semelhantes, bem como avaliar a gravidade da doença com a prova do laço (exame que testa a fragilidade dos vasos sanguíneos) e Exames de Sangue do Tipo NS1, RT-PCR e IgM e IgG. Quanto antes o tratamento for iniciado, melhor.

Se o paciente tiver condições de ir de alta, deve receber orientações da hidratação (60-80mL/kg), além dos remédios para conter os sintomas e informações acerca dos sinais de agravamento da doença, que podem ocorrer entre o terceiro e o quinto dia de doença.

5- Em caso de confirmação de Dengue, quais medicamentos devem ser evitados?

No tratamento da Dengue Clássica devem ser evitados os Anti-inflamatórios não Esteroidais (Ibuprofeno, Diclofenaco, Ácido Acetilsalicílico, Ácido Salicílico, Diflunisal, Salicilato de Sódio, Metilsalicilato) e os Corticoides.

6- Por que estes remédios podem trazer malefícios?

Os Anti-inflamatórios não Esteroidais podem favorecer sangramentos e o aumento da acidez no sangue (Acidose). Isso acontece porque eles reduzem a agregação das plaquetas, responsáveis pela coagulação do sangue, e costumam ser recomendados para Pacientes Cardíacos ou Pós-Acidente Vascular Cerebral para "afinar o sangue". Porém, em pacientes com Dengue que apresentem fragilidade dos vasos sanguíneos, tomar Anticoagulantes pode acelerar o surgimento de hemorragias.

Pacientes que usam Anticoagulantes regularmente devem consultar um médico imediatamente em caso de suspeita de Dengue.

O uso do Ácido Acetilsalicílico, além de afinar o sangue, pode também alterar o seu pH em doses mais altas, deixando-o mais ácido. Associada à redução abrupta dos líquidos dos vasos sanguíneos, que também modifica a acidez do sangue, essa alteração pode causar a Acidose Metabólica, que pode levar à insuficiência em vários órgãos e até à morte por choque e sangramentos.

Já o uso de Corticoide tem a tendência de reduzir a resposta imunológica do organismo e também de aumentar o risco de sangramentos. Para pacientes com Dengue, este é mais um fator de risco para o agravamento da doença.

7- Como diferenciar os sintomas da Dengue Clássica da Dengue com sinais de alarme e Dengue Grave?

Dengue Clássica: consiste em um conjunto de sintomas entre os quais se destacam a febre, geralmente alta (39°C a 40°C), de início abrupto, associada à cefaleia, fraqueza muscular, dor

muscular, nas articulações e atrás dos olhos, com presença ou não de manchas vermelhas na pele. Podem ocorrer náuseas, vômitos e diarreia entre dois a seis dias.

Dengue com sinais de alarme: entre o terceiro e quinto dia, podem surgir sintomas mais preocupantes. Nesta fase, a febre cede e pode ocorrer dor abdominal intensa, vômitos, queda brusca da Pressão Arterial, Hepatite Viral, diminuição da urina, queda abrupta na quantidade de Plaquetas, sangramento de Mucosas e de outras partes do corpo, como Nariz, Útero e Gengivas. Algumas vezes vômitos excessivos impedem a alimentação, particularmente em quadros mais graves de Dengue. Portanto, a baixa aceitação alimentar é um sinal de gravidade.

Dengue grave: esta nomenclatura está associada à fase mais crítica da doença. É quando ocorre o extravasamento do Plasma Sanguíneo, que causa hemorragias severas e pode acarretar o comprometimento de órgãos, evoluindo para um quadro de choque e até levar a óbito.

8- Qual o momento certo para procurar atendimento médico?

É fundamental buscar atendimento médico para o tratamento adequado quando se notar a presença de febre acima de 38°C, sobretudo se estiver associada a dor de cabeça, dor no corpo e nas articulações, mal-estar, fadiga, perda de apetite, náuseas, vômitos e manchas vermelhas pelo corpo. A doença pode ser confundida com outras Arboviroses, como Chikungunya e Zika, o que torna mais difícil o diagnóstico. Quando se notam sinais de alarme, a procura por atendimento deve ser imediata.

anima
SAÚDE & BEM-ESTAR

Rua Joana Angélica, 245, Centro – 1º Andar
(Acesso por Elevador)
Brumado - BA

Telefone: (77) 9 9998-7920

Biomédica desenvolve hemograma digital

Metodologia permite contagem de Hemácias, Leucócitos e Plaquetas em apenas 5 segundos

FOTO: ANTONINO PERRI/JORNAL DA UNICAMP



Amostra de sangue para hemograma: novas tecnologias podem revolucionar análises clínicas.

ADRIANA VILAR DE MENEZES

<https://www.jornal.unicamp.br/>

A Biomédica Ana Carolina Borges Monteiro achou inicialmente que sua ideia era "maluca", ainda que lhe parecesse um percurso natural aplicar a Informática na Medicina. A fim de atestar sua proposição científica, ela enviou artigos para Congressos Internacionais e teve ótima receptividade. "Ou seja, minha ideia não era tão maluca", diz a pesquisadora.

"Quando você manda um Artigo Científico para Congressos, ele passa pela revisão por pares de diferentes países do mundo." Encorajada, Monteiro desenvolveu, em sua tese de Doutorado, um Hemograma Digital capaz de fazer a contagem de Hemácias, Leucócitos e Plaquetas em apenas 5 segundos, a partir do processamento digital de imagens e do uso de Inteligência Artificial.

Orientada pelo Professor Yuzo Iano, da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação (Feec), a Pesquisadora defendeu a tese "Proposta de novas metodologias de análise de células sanguíneas por meio dos métodos

BSCM (Blood Smear Computational Method) e BSIM (Blood Smear Intelligence Method)". O objetivo da Biomédica, desde a sua graduação e da sua primeira iniciação científica, sempre foi aplicar a Informática Médica de Baixo Custo na Saúde Pública.

No Mestrado, também sob orientação de Iano, Monteiro conseguiu fazer o reconhecimento de dois tipos de Células: as Hemácias e os Leucócitos. No Doutorado, avançou na mesma linha de pesquisa, abarcando o reconhecimento das Plaquetas com o uso de novas tecnologias. O Hemograma Digital, em fase final, terá custo e tempo reduzidos sem perda de qualidade ou de confiabilidade, com a vantagem de poder ser realizado em comunidades remotas nas quais o profissional da saúde consegue utilizar somente um aparelho celular ou um notebook.

"É muito mais fácil eu atravessar um rio com um notebook ou com um celular dentro do bolso do que com um equipamento que pesa 10 quilos para fazer exames em uma popula-

ção ribeirinha, quilombola ou indígena que vive em áreas distantes de Hospitais, quase sempre propícias ao surgimento de doenças como a Dengue. O tempo de você pegar essa pessoa e deslocar-se até um local onde há o exame é muito grande. Se você já tem um equipamento simples e compacto, que permite tirar o sangue no local, fazer uma lâmina, tirar uma foto e colocar a foto para ser submetida a um processo de reconhecimento por Inteligência Artificial, você vai obter um diagnóstico sem precisar do deslocamento", explica Monteiro.

Novas tecnologias

Durante a pesquisa, para levar adiante as suas ideias, a Biomédica mergulhou no estudo da computação. "Eu tinha esse desafio. Peguei os livros do meu marido, que é Engenheiro da Computação, e tive aulas com ele sobre Processamento Digital de Imagens e toda a parte de Engenharia", lembra a Pesquisadora. "Precisei adquirir novos conhecimentos para resol-

ver os problemas que eu via na área da Saúde.”

Só na metade do Doutorado, a Pesquisadora começou a incorporar os recursos da Inteligência Artificial. “Vulgarmente falando, eu tive que surfar nessa onda. Estudei a linguagem Python e, assim, desenvolvi nosso primeiro Código de Inteligência Artificial. Além disso, encontrei um Banco de Dados Open Source com 12.500 imagens de quatro tipos de Leucócitos: Neutrófilos, Eosinófilos, Monócitos, Linfócitos.”

Uma das dificuldades enfrentadas surgiu

na padronização das imagens, algo inexistente nos Bancos de Dados. “Essas imagens têm que estar bem padronizadas na questão de luminosidade e de nitidez para que o profissional da Saúde consiga identificar as Morfologias Celulares. Por isso criei um Sistema de Padronização, para depois entrar com a parte da Engenharia, do Processamento Digital de Imagens e da Inteligência Artificial. Esse foi um trabalho dentro de outro trabalho”, explica.

O Código classifica e enumera as Células em menos de 5 segundos. Quando a imagem

é inserida, é feita a contagem automática das Células e o reconhecimento de três tipos: Hemácias, Leucócitos e Plaquetas. Monteiro trabalhou com dez imagens (adequadas aos critérios e padrões médicos) e conseguiu 100% de acurácia. “Esse é um número pequeno, mas aqui estamos falando de uma pesquisa científica.” O maior desafio, diz a Biomédica, deu-se na identificação das Plaquetas, porque elas são Células muito pequenas, “como um pontinho roxo”. “Aqui a Acurácia foi de 90%, mantendo-se muito alta”, diz Monteiro.

FOTO: ANTONINO PERRI/JORNAL DA UNICAMP



A Biomédica Ana Carolina Borges Monteiro, autora da pesquisa: em busca de parcerias.

Diagnóstico na mão

O Hemograma permite que o profissional de Saúde identifique a patologia de acordo com a Tipificação Celular. Mesmo se não for possível realizar um diagnóstico preciso, o procedimento ao menos sinaliza a presença de uma possível doença. A avaliação das Plaquetas, por exemplo, pode ajudar no diagnóstico de casos de Dengue. Quando o número delas cai abruptamente, a pessoa pode ter uma hemorragia e, em consequência, morrer. Se um Hemograma rápido identifica uma queda no número de Plaquetas, é possível enviar prontamente o paciente a um lugar equipado para lidar com o caso. “Às vezes, o tempo de resposta define a evolução da doença, a chance de tratamento e a cura.”

Pelo número de Leucócitos, pode-se detectar Alergias ou Infecções de Causa Bacteriana, Viral e Parasitológica. Tudo vai depender do

tipo de leucócito cuja contagem está aumentada. Pela quantidade de hemácias, é possível confirmar se o paciente tem ou não anemia. Pelo método desenvolvido, portanto, consegue-se detectar uma vasta gama de doenças.

Tecnologia e política

A pesquisa de Monteiro pode ser adaptada para outras áreas que não à relativa ao Sangue, como Exames de Urina, Parasitologia e Exames Bioquímicos, aposta a Cientista. “Acredito que o Processamento Digital de Imagem e Inteligência Artificial podem contribuir para revolucionar toda essa área de Análises Clínicas”.

A Pesquisadora cursou Biomedicina na Unifia (Centro Universitário Amparense), na qual entrou em 2012, pelo Programa Universidade para Todos (ProUni). Hoje Monteiro é também habilitada em Informática de Saúde pelo Conselho Regional de Biomedicina. Na

graduação, quando fez estágio no Hospital Municipal de Itapira (SP), sua primeira inquietação girou em torno do alto custo dos procedimentos e do tamanho dos equipamentos utilizados. “Eu percebia a tecnologia como uma grande aliada da Área Médica, mas a tecnologia de ponta tem um alto custo. E temos que pensar na realidade do país. Existem bons equipamentos hospitalares, mas a existência de tais equipamentos em Hospitais depende muito de política e de verbas públicas”, analisa Monteiro.

“Gosto de pensar que estou contribuindo de alguma forma com a sociedade porque a ciência existe para beneficiá-la. Isso, para mim, é um sonho”, conclui a Pesquisadora. Monteiro espera, agora, que sua pesquisa tenha continuidade por meio de parcerias e que possa ser colocada à disposição da população. “Quem sabe pelo SUS [Sistema Único de Saúde].”

Endometriose é uma patologia totalmente benigna, mas é uma doença progressiva que pode causar dores, prejuízos ao bem-estar e à qualidade de vida das mulheres, aponta Ginecologista e Obstetra Luiz Alberto de Brito Santos

LAILA FARIAS

jornalismo@jornaldosudoeste.com

Crônica, progressiva, incurável. Essas são características da doença que afeta cerca de 8 milhões de brasileiras, segundo dados divulgados pelo Ministério da Saúde. A Endometriose

é uma doença feminina que está diretamente relacionada com a Menstruação e o Aparelho Reprodutor Feminino. O diagnóstico em geral é tardio, podendo levar de seis a oito anos entre a mulher apresentar os sintomas e receber o diagnóstico final. O tratamento tardio que pode gerar mais dor e algumas complicações, até a infertilidade.

Para falar sobre a doença, suas particularidades, diagnóstico, prevenção e tratamento, a reportagem do JS entrevistou, com exclusividade, o Médico Ginecologista e Obstetra Luiz Alberto de Brito Santos, que há cerca de dezenove anos atende em Brumado.

Confira os principais trechos da entrevista:

FOTO: HEMILLY DIAS



JS: além das Cólicas, o que mais faz suspeitar da existência da doença?

DR. LUIZ ALBERTO DE BRITO SANTOS: Como disse anteriormente, basicamente o que chama a atenção é a dor, paciente com muita dor. Além disso, muitas vezes, infelizmente, as mulheres são diagnosticadas com Endometriose tardiamente, porque invariavelmente a mulher acha que sentir Cólica é normal, é da Menstruação e, por isso, vai passando o tempo e a doença vai cada vez mais se instalando e se

JORNAL DO SUDOESTE: O que é a Endometriose?

DR. LUIZ ALBERTO DE BRITO SANTOS: Endometriose nada mais é que a apresentação de uma estrutura chamada de Endométrio num local anormal, basicamente é isso. Dentro do Útero tem uma estrutura, repetindo, chamada Endométrio e essas células do Endométrio se implantam no Intestino, no Ovário, em qualquer órgão e por algum motivo podem se proliferar, se multiplicar, provocando a chamada Endometriose, que é o Endométrio que deveria estar dentro do Útero e por algum motivo ele foi para fora.

JS: Um dos principais indicadores da Endometriose são as Cólicas Menstruais, um sintoma comum entre muitas mulheres. Como elas pode diferenciar uma Cólica Menstrual normal de uma dor patológica que possa in-

dicar Endometriose?

DR. LUIZ ALBERTO DE BRITO SANTOS: De um modo geral Cólica nunca é normal, toda Cólica deve ser investigada. A bem da verdade, no início da vida sexual reprodutiva, meninas de 11, 12 anos, quando começam a Menstruar, invariavelmente podem apresentar um pouco de Cólica, o Útero ainda não é do tamanho adequado, está se desenvolvendo ou por algum outro problema, mas cólica tem que ser investigada. Endometriose, como regra o sintoma básico é a dor, Endometriose tem que ter dor. Então o paciente na vida reprodutiva, que a gente diz por volta dos 13 aos 40, 45 anos, que cursa com muita dor menstrual, chamada Dismenorreia, que é a Cólica Menstrual, até prova em contrário ela tem Endometriose. Então, toda Cólica deve ser investigada e uma das doenças mais comuns para causar Cólica é a Endometriose.

“

... muitas vezes, infelizmente, as mulheres são diagnosticadas com Endometriose tardiamente, porque invariavelmente a mulher acha que sentir Cólica é normal, é da Menstruação e, por isso, vai passando o tempo e a doença vai cada vez mais se instalando e se agravando

”

agravando. Endometriose tem vários graus - 1, 2, 3 e 4. E o ideal, primeiro é que não se tenha a Endometriose; segundo é que se detecte e faça o diagnóstico o mais cedo possível. Em relação a outros sintomas, um momento em que mais se identifica o diagnóstico da Endometriose é quando a mulher quer engravidar e por algum motivo está tendo alguma dificuldade. A Endometriose é uma das doenças que mais causam problemas para engravidar. De cada dez casais, em média, que não conseguem engravidar, três

tem Endometriose, a segunda ou terceira causa da chamada infertilidade conjugal, o chamado fator feminino. A mulher que tem dificuldade pra engravidar tem em torno de 30% de chance de ter Endometriose.

JS: Qual o motivo da maioria dos casos se diagnosticada tardiamente?

DR. LUIZ ALBERTO DE BRITO SANTOS: Como já mencionei, muitas vezes a Cólica Menstrual é vista como uma coisa normal e aí

ENDOMETRIOSE

vai se passando o tempo e a doença cada vez mais vai se instalando e se houver demora no diagnóstico e quanto mais se demora pior é o resultado do tratamento.

JS: Quando no toque ginecológico aparecem sinais que sugerem a doença como é confirmado o diagnóstico?

DR. LUIZ ALBERTO DE BRITO SANTOS: Dor ao toque pelo Ginecologista, dor ao Exame de Ultrassom Transvaginal, dor na relação sexual, a

chamada Dispareunia, são sinais da Endometriose. (No toque) O Ginecologista vai perceber um certo endurecimento dos órgãos, os órgãos ficam menos moveis. A Endometriose é uma doença inflamatória, então ela meio que cola os órgãos, cola o Intestino no Útero, os Ovários no Útero e isso forma um bloco, ficam mais endurecidos e por esse motivo a dor.

JS: Na opinião do senhor seria justificável avaliar como política pública de Saúde da Mu-

lher a possibilidade de Endometriose em todas as mulheres que tenham cólicas fortes durante a Menstruação ou no período Pré-Menstrual?

DR. LUIZ ALBERTO DE BRITO SANTOS: Política Pública por si só não. O importante é o atendimento à mulher, à Saúde da Mulher, adequado. A Endometriose se encaixa nesse "bolo". Então, quanto melhor a mulher for atendida, quanto mais facilidade, quanto mais acesso ela tiver aos Serviços de Saúde, muito provavelmente ela vai ser diagnosticada mais cedo.



Só tem Endometriose a mulher que Menstrua. Mulher na Menopausa, pode ter? Pode, mas é porque já tinha, ela não vai ter Endometriose depois da Menopausa

JS: Existe algum fator hereditário? Uma mulher cuja mãe teve Endometriose, corre maior risco de apresentar a doença?

DR. LUIZ ALBERTO DE BRITO SANTOS: Como regra não. Por outro lado, quase sempre toda doença que você ainda não sabe o que causa, de uma forma muito específica, quase sempre tem um fator genético. Então fatores genéticos, ápice de vida, má alimentação, falta de atividade física, ou seja, o sedentarismo, enfim, tudo isso, são fatores de risco para doença, além de um probleminha, que é um fator de risco importante, que o fato da mulher Menstruar. Endometriose é doença de mulher que Menstrua. Só tem Endometriose a mulher que Menstrua. Mulher na Menopausa, pode ter? Pode, mas é porque já tinha, ela não vai ter Endometriose depois da Menopausa. Existe uma situação, só para complementar, chamada Menstruação Retrograda. Um cientista famoso, chamado Dr. Elcimar Coutinho, escreveu um livro chamado:

"Menstruação: o sangramento inútil", ou seja, a mulher, todo o mês se preparam para engravidar e essa parte do Útero engrossa, que é o chamado Endometriose. A mulher não engravidou por algum motivo, isso aqui envelhece e desce, isso é a Menstruação. Se por algum motivo essa Menstruação desce e se exterioriza ela também cai pela Trompa e cai na barriga, cai no Abdômen, é a chamada Menstruação Retrograda, para trás. A Menstruação foi para frente e a Menstruação veio para trás pela Trompa, então um dos grandes motivos da Endometriose são essas células quem veem pela Trompa e cai na barriga e cria a doença.

JS: Quais são os outros fatores de risco?

DR. LUIZ ALBERTO DE BRITO SANTOS: Como eu já falei, além dessa chamada "Menstruação Retrograda", os fatores socioambientais: ápice de vida, sedentarismo, dieta gordurosa e a má alimentação.

JS: existem mulheres com a maior probabilidade de desenvolver a doença?

DR. LUIZ ALBERTO DE BRITO SANTOS: Como regra, repetindo, a mulher que menstrua. Hoje a gente tem muita resistência ainda em mulher, sobretudo as mais novinhas, em usar a pílula anticoncepcional. Quase sempre a família pensa que o médico está prescrevendo uma pílula para menina ter relação sexual ou coisa parecida. Na verdade, é uma medicação como outra qualquer, que bloqueia a Menstruação. Bloqueando a Menstruação, uma das vantagens é evitar a Endometriose. Então em resumo é... não Menstruar. Então mulher que está grávida pode ter Endometriose antes da gravidez, mas no período da gestação ela não desenvolve a Endometriose. Na Menopausa, quando parou de Menstruar, também não desenvolve a Endometriose. As que pararam de Menstruar por algum motivo também não desenvolvem.

FOTO: HEMILLY DIAS.



... (A Endometriose) é um fator de extrema importância para a infertilidade", reforça o Ginecologista e Obstetra Luiz Alberto de Brito Santos.



JS: A Endometriose provoca mudanças no Ciclo Menstrual?

DR. LUIZ ALBERTO DE BRITO SANTOS: Nem tanto. O que a Endometriose provoca é a famosa dor, e tem um tipo de Endometriose chamada de Endometriose Interna que é uma Endometriose no Útero, chamada Adenomiiose, que é a mesma Endometriose, só que dentro do Músculo do Útero. Ele se implanta aqui dentro (apresenta uma figura), o Útero cresce de volume, causa muita dor e pode também ocasionar Distúrbio Menstrual, ou seja, sangrar muito, que é a chamada Menorragia.

JS: Qual a relação dessa doença com a in

fertilidade feminina?**DR. LUIZ ALBERTO DE BRITO SANTOS:**

Como já mencionei, (A Endometriose) é um fator de extrema importância para a infertilidade. Por que a Endometriose é uma doença inflamatória, então (mostrando uma figura) esse sangue que cai na barriga, inflama o Intestino, cola o Útero com o Intestino. A Trompa é bem móvel, é bem soltinha, a Endometriose endurece a Trompa, faz a Trompa inchar, o que chamamos de Edema. A Trompa incha, endurece, não se movimenta como deve. É um fator também de risco para gravidez nas Trompas, que muitas vezes a mulher engravida e a Trompa como não se movimenta direitinho, ela não leva o Óvulo para o Útero. A gravidez acontece na Trompa, a fecundação, o Espermatozoide se encontra com o Óvulo na Trompa, sete dias depois a Trompa vai empurrando e cai no Útero e acontece a gravidez no meio do ciclo, no decimo quinto dia mais ou menos, no dia vinte e dois, sete dias depois ele chega no Útero e muitas vezes a Trompa Endometriótica, a Trompa que está acometida pela doença fica dura, não se movimenta, então a fecundação acontece ai e fica ai, e acontece a chamada Gestação Ectópica, que não vai a diante.

JS: Quais as formas de tratamento da doença?

DR. LUIZ ALBERTO DE BRITO SANTOS: O tratamento básico é o tratamento da dor especificamente, é o tratamento hormonal, digamos assim, um tratamento mais simples, podendo chegar até o tratamento cirúrgico, que hoje cada vez está mais frequente. Muitos casos da

chamada Endometriose profunda, que é quando ela ataca o Intestino, o Intestino passa por trás do Útero. Endometriose é mais comum na Pelve, porque como já mencionei, o sangue da Menstruação cai e como a gente anda em pé o sangue vai lá para baixo, então ela compromete muito o Intestino e aí ataca até a parede do Intestino e causa muita dor, distúrbios intestinais, diarreia ou as vezes a pessoa tem vontade de ir ao banheiro defecar e não consegue, que é o chamado Tenesmo, porque o Intestino está inflamado. Nesse caso, muito provavelmente, (a mulher) vai para o tratamento cirúrgico. A Endometriose também pode ocasionar Cisto, que se chama Cisto de Endometriose e esses Cistos muitas vezes ficam grandes e muitas vezes tem que ser alterados também, então o tratamento vai desde o tratamento da dor, simplesmente, passando pelo Anticoncepcional, por hormônios específicos, até a cirurgia.

JS: Existe alguma maneira de prevenção?

DR. LUIZ ALBERTO DE BRITO SANTOS: A prevenção é não Menstruar, mulher que não Menstrua está livre de Endometriose. Basicamente isso. Não é que toda mulher que Menstrua vai ter Endometriose, graças a Deus. Porque enfim não se sabe a causa porque você tem e outras não tem, se em quase todas (as mulheres) essa chamada Menstruação Retrograda acontece. Ainda não temos essa resposta, porque uma vai desenvolver e porque outras não. Pois tem muito esse negócio de ápice de vida, boa alimentação, hidratação, alimentação rica em fibras, atividade física regular pelo menos três vezes na semana, cinquenta minutos, basicamente

essa mulher não está isenta de ter Endometriose, mas muito provavelmente vai ter uma qualidade melhor, mesmo que venha ter Endometriose. A Endometriose é uma doença que nos graus mais avançados, 3 e 4, é uma doença muito limitante. Eu particularmente não sei o que é pior, a grosso modo, um Câncer ou uma Endometriose grau 4 por exemplo, que é dor para a vida, é dor o dia todo. Então, a mulher, para ter qualidade de vida, precisa procurar orientação de um profissional para que possa diminuir ao máximo o risco de enfim... desenvolver uma Endometriose.

JS: Qual mensagem o senhor gostaria de deixar para as leitoras do JS?

DR. LUIZ ALBERTO DE BRITO SANTOS: Minha mensagem é sempre procurar seu Médico de confiança, fazer sua consulta regular, anual ou no máximo a cada 18 meses; as meninas até 11, 12 anos, que ainda não menstruaram, fazer seu exame com o seu Pediatra, passou a menstruar ter um Ginecologista de referência para orientar, para diminuir ao máximo o risco não só da Endometriose, como de uma série de outras doenças e no bojo aí, a gravidez no momento indesejado.

JS: O senhor gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

DR. LUIZ ALBERTO DE BRITO SANTOS: Vou repetir, procure seu Médico de referência, o Ginecologista de confiança que muito provavelmente você vai ser muito bem orientada e vai tirar suas dúvidas, tanto com relação a Endometriose, como qualquer outra Doença Ginecológica.

FOTO: HEMILLY DIAS.

**LUIZ ALBERTO DE BRITO SANTOS****Médico Ginecologista e Obstetra e Anestesiologista****Atende em Brumado:****Centro Odontomédico Aliança**Rua Joana Angélica, 98 - Centro
(77) 3441-2226
(77) 7799844-3436/WhatsApp**Graduado em Medicina pela Universidade Federal da Bahia (UFA).
Residência Médica em Ginecologia e Obstetrícia pela Universidade Federal da Bahia. Residência Médica em Anestesiologia no Hospital Obras Sociais Irmã Dulce****Marlito Lacerda**
CONTABILIDADE.Rua CEL. Tibério Meira, 188 - 1º Andar - Sala 101
EDF. João A. Lacerda - Centro - CEP - 46100 - 000
Email: marlito@marlitocontabilidade.com.br
Instagram - @contabilidademarlitolacerda

www.marlitocontabilidade.com.br

Brumado - Bahia
Setor Contábil - (77) 998444654
Setor Fiscal - (77) 998436634
Setor Pessoal - (77) 999251133



Ângela Vidal Gandra da Silva Martins

ANGELA VIDAL GANDRA DA SILVA MARTINS - PROFESSORA DE FILOSOFIA DO DIREITO DA UNIVERSIDADE MACKENZIE SÓCIA DA GANDRA MARTINS LAW; GERENTE JURÍDICA DA FAESP; PRESIDENTE DO INSTITUTO IVES GANDRA DE DIREITO, FILOSOFIA E ECONOMIA; EX- SECRETARIA NACIONAL DA FAMÍLIA DO MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS.

Empoderamento? O impacto da mulher na sociedade

O mês da mulher se transforma em um mês de comemoração e reflexão. Porém, no fundo, cada mulher impacta a sociedade todos os dias, quando realmente se decide a viver sua vocação ontológica em plenitude. Hoje, para oferecer o devido espaço e dar voz a mulher, utiliza-se frequentemente a palavra empoderamento. Porém, será que é a sociedade que dá poder a mulher ou ela já traz consigo esse poder? Vejamos.

Em primeiro lugar, a mulher é capaz de gerar uma vida racional e imortal em si mesma; sustentá-la desde o primeiro momento; dar à luz e alimentá-la com seus próprios meios... Só isso já a leva a um lugar de destaque no mundo. Afinal, este não iria para a frente sem essa capacidade. Por outro lado, filosoficamente, pode se afirmar que a maternidade não é para a mulher apenas um destino biológico, mas antropológico. Ela tem a vocação de despertar a generosidade social.

Cada um de nós pode evocar exemplos muito próximos de alta capacidade de doação, seja no âmbito familiar ou profissional, quando a sociedade não estimula o contrário, mutilando seu coração por instigação da vaidade nociva e do egoísmo, com fins utilitaristas.

De fato, a mulher conta com um dom a ser voluntariamente desenvolvido, de sensibilidade ativa e compreensiva; de conjugação de visão micro macro; de perseverança no trabalho; de detalhes; de serviço. Porém, cabe a ela render esse tesouro, e, à sociedade, acolhê-lo. Nesse sentido, é preciso resgatar o “desandado” histórico quer seja por subjugá-la, retificá-la ou enganá-la, através de uma falsa ideia de liberdade e igualdade. A mulher é, por natureza, multifacetada e sua contribuição pode ser intensamente abrangente. Basta não reduzi-la a um corpo e dar as condições para que potencialize sua cabeça e seu coração.

Tenho trabalhado há anos por essa projeção, de forma compositiva, para que a mulher possa desempenhar seu papel insubstituível no próprio lar e fazer toda a diferença social, a partir de sua contribuição única. Para tal, é necessário um esforço cultural de formação, desde a exortação da beleza da feminilidade à promoção do respeito, bem como de uma saudável complementaridade no âmbito laboral, que é mais do que uma riqueza.

Volto ao título do breve artigo para que reflitamos, em primeiro lugar, nós, mulheres, sobre a expansão de nossa força interior como missão para engrandecer a sociedade, em qualquer tarefa que desempenhemos, com nossa admirável capacidade de amar. Por outro lado, é também uma ocasião para se ponderar sobre o que se promove como “proteção” eleitoreira da mulher, quotas etc., de forma que consigamos oferecer condições reais para que a mulher possa efetivamente ser mãe, esposa, profissional e causar plenamente todo impacto social desde sua vocação naturalmente qualificada. Vamos juntos!

OBSERVAÇÃO: Os artigos publicados não traduzem a opinião do Jornal do Sudoeste. Sua publicação tem como objetivo estimular o debate de ideias no âmbito político, cultural, científico e social.



Governo do Estado disponibiliza valores dos repasses constitucionais feitos aos municípios baianos em dezembro de 2023

DA REDAÇÃO *

redacao@jornaldosudoeste.com

O Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Fazenda Bahia, por meio do Sistema de Administração de Recursos Financeiros, repassou no último mês de dezembro R\$ 1.114.523.057,50 para os 417 municípios baianos. As informações foram disponibilizadas no início da segunda semana deste mês de março de 2024.

As Transferências Constitucionais são parcelas das receitas estaduais que devem ser repassadas aos municípios. Os recursos repassados referem-se ao montante arrecadado no

período de 01 a 31 de dezembro, correspondentes à distribuição de cotas partes do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), Fundo de Investimentos Econômico e Social da Bahia (Fies) e Fundo de Cultura da Bahia (FCBA).

O total repassado pelo Estado às 417 Prefeituras Municipais nos doze meses de 2023

somam R\$ 8.894.565.546,49.

Visando contribuir para ajudar a conscientizar as Prefeituras Municipais sobre a necessidade de ter mais transparência e estimular a participação da população na fiscalização das contas públicas, o JS publica, abaixo, os valores repassados pelo Governo do Estado, no mês de dezembro, para municípios das regiões originalmente da área de abrangência de sua circulação impressa, destacando os dez que mais e os dez que menos recursos receberam.

Confira quanto seu município recebeu em dezembro:

Municípios que mais recursos receberam			Municípios que menos recursos receberam		
POSIÇÃO	MUNICÍPIO	VALOR	POSIÇÃO	MUNICÍPIO	VALOR
1º	Vitória da Conquista	22.695.013,50	1º	Firmino Alves	353.122,58
2º	Correntina	15.511.042,23	2º	Maetinga	354.491,18
3º	Jaborandi	6.902.749,10	3º	Bom Jesus da Serra	386.631,81
4º	Brumado	5.649.518,85	4º	Caatiba	394.130,47
5º	Guanambi	4.418.971,87	5º	Canápolis	401.183,00
6º	Bom Jesus da Lapa	3.993.096,77	6º	Cordeiros	416.910,86
7º	Mucugê	3.602.889,10	7º	Abaíra	417.639,58
8º	Itapetinga	3.554.888,65	8º	Malhada de Pedras	425.951,77
9º	Caetité	3.442.535,47	9º	Guajeru	426.692,67
10º	Cocos	3.294.589,22	10º	Piripá	430.811,80

MUNICÍPIOS	ICMS*	LC 194/22 (LC 201/23)*	IPI*	IPVA*	ROYALTIES (Lei 7.990/89)**	FCBA*	NO MÊS
ABAIRA	342.560,78	59.942,24	1.767,75	13.368,81	0,00	0,00	417.639,58
ANAGE	660.271,73	115.536,19	3.407,27	37.345,32	0,00	0,00	816.560,51
ARACATU	533.558,24	93.363,51	2.753,38	17.347,73	0,00	0,00	647.022,86
BARRA DA ESTIVA	1.190.964,60	208.398,31	6.145,85	167.344,02	0,00	0,00	1.572.852,77
BARRA DO CHOCA	1.504.353,23	263.235,92	7.763,06	80.818,58	0,00	0,00	1.856.170,79
BELO CAMPO	488.302,55	85.444,54	2.519,83	32.447,59	0,00	0,00	608.714,51
BOA NOVA	424.331,47	74.250,70	2.189,73	20.491,27	0,00	0,00	521.263,17
BOM JESUS DA LAPA	3.133.501,17	548.308,77	16.170,12	295.116,71	0,00	0,00	3.993.096,77
BOM JESUS DA SERRA	317.599,01	55.574,36	1.638,94	11.819,49	0,00	0,00	386.631,81
BONINAL	450.582,70	78.844,22	2.325,18	36.464,50	0,00	0,00	568.216,60
BOQUIRA	601.188,84	105.197,70	3.102,37	32.613,15	0,00	0,00	742.102,05
BOTUPORA	362.751,60	63.475,29	1.871,94	17.082,03	0,00	0,00	445.180,86
BREJOLANDIA	560.369,16	98.054,96	2.891,73	13.999,21	0,00	0,00	675.315,06
BROTAS DE MACAUBAS	794.991,75	139.109,87	4.102,47	15.687,95	0,00	0,00	953.892,04
BRUMADO	4.274.228,46	747.916,41	22.056,73	605.317,25	0,00	0,00	5.649.518,85
CAATIBA	322.867,07	56.496,18	1.666,12	13.101,10	0,00	0,00	394.130,47
CACULE	1.100.738,76	192.610,34	5.680,25	81.919,39	0,00	0,00	1.380.948,73

FINANÇAS PÚBLICAS

CAETANOS	397.706,53	69.591,80	2.052,32	6.607,58	0,00	0,00	475.958,22
CAETITE	2.723.076,23	476.491,47	14.052,16	228.915,61	0,00	0,00	3.442.535,47
CANAPOLIS	334.862,75	58.595,22	1.728,02	5.997,01	0,00	0,00	401.183,00
CANDIBA	424.887,63	74.348,02	2.192,59	33.070,27	0,00	0,00	534.498,51
CANDIDO SALES	598.829,37	104.784,83	3.090,20	53.436,34	0,00	0,00	760.140,74
CARAIBAS	399.300,08	69.870,64	2.060,55	4.940,83	0,00	0,00	476.172,10
CARINHANHA	880.279,18	154.033,70	4.542,58	94.199,01	0,00	0,00	1.133.054,48
CATURAMA	359.547,75	62.914,67	1.855,41	9.710,39	0,00	0,00	434.028,22
COCOS	2.724.282,84	476.702,61	14.058,38	79.545,39	0,00	0,00	3.294.589,22
CONDEUBA	550.596,35	96.344,88	2.841,30	26.956,52	0,00	0,00	676.739,05
CONTENDAS DO SINCORA	364.083,38	63.708,32	1.878,81	14.720,44	0,00	0,00	444.390,96
CORDEIROS	339.403,66	59.389,80	1.751,45	16.365,95	0,00	0,00	416.910,86
CORIBE	703.474,69	123.095,96	3.630,21	44.447,61	0,00	0,00	874.648,47
CORRENTINA	13.067.064,95	2.286.511,46	67.431,26	90.034,56	0,00	0,00	15.511.042,23
DARIO MEIRA	376.262,38	65.839,44	1.941,67	20.868,85	0,00	0,00	464.912,34
DOM BASILIO	490.036,23	85.747,91	2.528,78	49.407,02	0,00	0,00	627.719,94
ENCRUZILHADA	931.777,74	163.045,07	4.808,34	49.294,31	0,00	0,00	1.148.925,46
ENTRE RIOS	1.604.870,14	280.824,65	8.281,77	130.887,69	0,00	0,00	2.024.864,25
ERICO CARDOSO	392.630,63	68.703,60	2.026,13	10.741,77	0,00	0,00	474.102,13
FEIRA DA MATA	410.608,27	71.849,38	2.118,91	21.231,75	0,00	0,00	505.808,31
FIRMINO ALVES	288.351,96	50.456,63	1.488,01	12.825,98	0,00	0,00	353.122,58
GUAJERU	357.618,40	62.577,06	1.845,46	4.651,75	0,00	0,00	426.692,67
GUANAMBI	3.081.165,30	539.150,89	15.900,04	782.755,64	0,00	0,00	4.418.971,87
IBIASSUCE	356.242,55	62.336,32	1.838,35	27.468,97	1.195,45	0,00	449.081,64
IBICOARA	2.087.536,22	365.282,91	10.772,51	81.466,44	0,00	0,00	2.545.058,08
IBIPITANGA	452.974,79	79.262,79	2.337,54	47.709,39	0,00	0,00	582.284,51
IBOTIRAMA	998.234,32	174.673,83	5.151,28	131.711,47	0,00	0,00	1.309.770,89
IGAPORA	1.020.393,27	178.551,26	5.265,64	14.505,50	0,00	0,00	1.218.715,68
IGUAI	616.865,17	107.940,79	3.183,27	49.970,43	0,00	0,00	777.959,67
IPUPIARA	441.616,35	77.275,26	2.278,92	24.773,52	0,00	0,00	545.944,05
ITAMBE	709.582,70	124.164,76	3.661,74	52.462,34	0,00	0,00	889.871,54
ITAPETINGA	2.726.562,11	477.101,44	14.070,15	337.154,95	0,00	0,00	3.554.888,65
ITARANTIM	938.190,71	164.167,23	4.841,44	62.239,89	0,00	0,00	1.169.439,27
ITORORO	574.595,63	100.544,34	2.965,14	88.598,49	0,00	0,00	766.703,61
ITUACU	760.941,13	133.151,60	3.926,75	58.594,05	0,00	0,00	956.613,53
IUIU	550.774,38	96.376,04	2.842,22	15.013,23	0,00	0,00	665.005,87
JABORANDI	5.828.551,06	1.019.896,11	30.077,64	24.224,28	0,00	0,00	6.902.749,10
JACARACI	497.320,89	87.022,60	2.566,38	16.198,93	0,00	0,00	603.108,80
JUSSIAPE	347.303,53	60.772,14	1.792,22	21.760,38	0,00	0,00	431.628,27
LAGOA REAL	431.157,80	75.445,20	2.224,95	28.262,06	0,00	0,00	537.090,01
LICINIO DE ALMEIDA	571.326,56	99.972,31	2.948,27	26.146,79	0,00	0,00	700.393,93
LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA	1.732.297,56	303.122,26	8.939,34	262.080,33	0,00	0,00	2.306.439,49
MACARANI	538.176,71	94.171,66	2.777,21	55.536,14	0,00	0,00	690.661,72
MACAUBAS	1.042.353,92	182.393,99	5.378,96	144.524,67	0,00	0,00	1.374.651,54
MAETINGA	296.590,28	51.898,19	1.530,53	4.472,18	0,00	0,00	354.491,18
MAIQUINIQUE	512.118,50	89.611,92	2.642,74	22.850,98	0,00	0,00	627.224,14
MALHADA	723.024,75	126.516,88	3.731,10	15.600,48	0,00	0,00	868.873,21
MALHADA DE PEDRAS	340.118,46	59.514,88	1.755,15	24.563,28	0,00	0,00	425.951,77
MANOEL VITORINO	590.348,65	103.300,85	3.046,43	22.589,90	0,00	0,00	719.285,83
MATINA	376.928,72	65.956,04	1.945,10	7.730,56	0,00	0,00	452.560,42
MIRANTE	409.642,28	71.680,35	2.113,91	21.538,40	1.374,65	0,00	506.349,59
MORPARA	509.291,01	89.117,16	2.628,15	6.459,24	0,00	0,00	607.495,56
MORTUGABA	383.147,78	67.044,27	1.977,19	21.778,14	0,00	0,00	473.947,37
MUCUGE	3.015.016,31	527.575,96	15.558,68	44.738,15	0,00	0,00	3.602.889,10
MUQUEM DO SAO FRANCISCO	948.448,30	165.962,13	4.894,37	23.206,73	0,00	0,00	1.142.511,53
NOVA CANAA	468.203,40	81.927,54	2.416,11	14.342,26	0,00	0,00	566.889,30
OLIVEIRA DOS BREJINHOS	851.724,89	149.037,19	4.395,24	28.559,20	0,00	0,00	1.033.716,52
PALMAS DE MONTE ALTO	776.211,17	135.823,59	4.005,56	41.998,69	0,00	0,00	958.039,01
PARAMIRIM	679.080,53	118.827,41	3.504,32	81.268,26	0,00	0,00	882.680,52
PARATINGA	813.744,14	142.391,22	4.199,24	38.994,81	0,00	0,00	999.329,41
PIATA	899.841,56	157.456,79	4.643,54	60.434,85	0,00	0,00	1.122.376,74
PINDAI	1.324.566,12	231.776,27	6.835,29	35.621,79	0,00	0,00	1.598.799,48
PIRIPA	344.543,03	60.289,10	1.777,98	24.201,69	0,00	0,00	430.811,80
PLANALTO	680.039,48	118.995,21	3.509,27	49.595,28	0,00	0,00	852.139,24
POCOES	975.957,27	170.775,72	5.036,32	195.708,96	0,00	0,00	1.347.478,27
POTIRAGUA	460.785,64	80.629,56	2.377,83	24.432,16	0,00	0,00	568.225,19
PRESIDENTE JANIO QUADROS	443.654,11	77.631,83	2.289,43	15.473,20	0,00	0,00	539.048,58
RIACHO DE SANTANA	897.547,30	157.055,33	4.631,70	74.604,92	0,00	0,00	1.133.839,25
RIBEIRAO DO LARGO	480.320,70	84.047,86	2.478,64	13.577,12	0,00	0,00	580.424,32
RIO DE CONTAS	551.245,04	96.458,39	2.844,65	49.157,84	0,00	0,00	699.705,92
RIO DO ANTONIO	420.133,42	73.516,12	2.168,05	19.971,02	0,00	0,00	515.788,61
RIO DO PIRES	388.918,22	68.053,99	2.006,98	51.396,95	0,00	0,00	510.376,15
SANTA MARIA DA VITORIA	1.273.385,74	222.820,59	6.571,18	166.425,68	0,00	0,00	1.669.203,19
SANTANA	876.287,37	153.335,21	4.522,00	50.610,10	0,00	0,00	1.084.754,68
SAO FELIX DO CORIBE	829.368,50	145.125,21	4.279,86	61.050,86	0,00	0,00	1.039.824,43
SEBASTIAO LARANJEIRAS	547.159,80	95.743,55	2.823,56	8.783,15	0,00	0,00	654.510,06
SERRA DO RAMALHO	1.158.750,78	202.761,44	5.979,61	98.884,77	0,00	0,00	1.466.376,60
SERRA DOURADA	561.677,14	98.283,83	2.898,48	41.565,22	0,00	0,00	704.424,67
SITIO DO MATO	510.706,53	89.364,85	2.635,45	8.993,80	0,00	0,00	611.700,63
TABOCCAS DO BREJO VELHO	1.271.383,22	222.470,18	6.560,84	14.192,16	0,00	0,00	1.514.606,40
TANHACU	713.221,96	124.801,57	3.680,51	55.069,66	0,00	0,00	896.773,69
TANQUE NOVO	527.654,72	92.330,49	2.722,91	99.454,37	0,00	0,00	722.162,49
TREMEDAL	592.943,47	103.754,90	3.059,82	12.472,30	0,00	0,00	712.230,49
URANDI	681.340,41	119.222,85	3.515,99	43.467,85	0,00	0,00	847.547,10
VITORIA DA CONQUISTA	16.346.041,72	2.860.275,95	84.352,09	3.404.343,74	0,00	0,00	22.695.013,50

(*) COM INFORMAÇÕES DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DA BAHIA

Governo do Estado disponibiliza valores dos repasses constitucionais feitos aos municípios baianos em janeiro e fevereiro de 2024

DA REDAÇÃO *

redacao@jornaldosudoeste.com

O Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Fazenda Bahia, por meio do Sistema de Administração de Recursos Financeiros, repassou nos últimos meses de janeiro (R\$ 918.828.621,85) e fevereiro (R\$ 907.147.024,83) R\$ 1.825.975.646,48 para os 417 municípios baianos. As informações foram disponibilizadas no início da segunda semana deste mês de março de 2024.

As Transferências Constitucionais são parcelas das receitas estaduais que devem ser repassadas aos municípios. Os recursos repassados

referem-se ao montante arrecadado no período de 01 a 31 de dezembro, correspondentes à distribuição de cotas partes do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), Fundo de Investimentos Econômico e Social da Bahia (Fies) e Fundo de Cultura da Bahia (FCBA).

O total repassado pelo Estado às 417 Prefei-

turas Municipais nos doze meses de 2023 somam R\$ 8.894.565.546,49.

Visando contribuir para ajudar a conscientizar as Prefeituras Municipais sobre a necessidade de ter mais transparência e estimular a participação da população na fiscalização das contas públicas, o JS publica, abaixo, os valores repassados pelo Governo do Estado, no mês de dezembro, para municípios das regiões originalmente da área de abrangência de sua circulação impressa, destacando os dez que mais e os dez que menos recursos receberam.

Confira quanto seu município recebeu nos dois primeiros meses de 2024:

MUNICÍPIO

ICMS
JANEIRO
FEVEREIRO

IPI
JANEIRO
FEVEREIRO

IPVA
JANEIRO:
FEVEREIRO

ROYALTIES – LEI 7.99089
JANEIRO
FEVEREIRO

TOTAL
JANEIRO
FEVEREIRO

MÊS DE JANEIRO/2024

Municípios que mais recursos receberam			Municípios que menos recursos receberam		
POSIÇÃO	MUNICÍPIO	VALOR	POSIÇÃO	MUNICÍPIO	VALOR
1º	Vitória da Conquista	20.773.099,40	1º	Firmino Alves	268.777,23
2º	Correntina	12.186.363,24	2º	Caatiba	308.717,19
3º	Jaborandi	5.255.731,35	3º	Maetinga	317.876,13
4º	Brumado	5.001.626,89	4º	Contendas do Sincorá	334.637,37
5º	Guanambi	4.268.278,27	5º	Bom Jesus da Serra	344.046,90
6º	Bom Jesus da Lapa	3.630.455,85	6º	Abaíra	346.856,25
7º	Caetité	3.281.341,02	7º	Cordeiros	356.778,05
8º	Itapetinga	3.217.274,67	8º	Guajeru	359.678,88
9º	Cocos	2.668.864,00	9º	Caturama	364.789,96
10º	Mucugê	2.413.550,89	10º	Malhada de Pedras	365.029,92

(*) COM INFORMAÇÕES DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DA BAHIA

FINANÇAS PÚBLICAS

MUNICÍPIOS	ICMS*	LC 194/22 (LC 201/23)*	IPI*	IPVA*	ROYALTIES (Lei 7.990/89)**	NO MÊS
ABAIRA	306.622,62	0,00	1.676,20	38.557,43		346.856,25
ANAGE	680.454,51	0,00	3.851,15	31.196,03		715.501,69
ARACATU	527.854,29	0,00	2.959,41	34.199,89		565.013,59
BARRA DA ESTIVA	1.234.440,40	0,00	6.995,55	206.039,09		1.447.475,04
BARRA DO CHOCA	1.453.892,70	0,00	8.105,59	112.479,94		1.574.478,23
BARRA DO MENDES	510.396,85	0,00	2.868,29	44.696,84		557.961,98
BARRA DO ROCHA	298.246,89	0,00	1.633,20	7.491,85		307.371,94
BELO CAMPO	516.493,13	0,00	2.940,10	45.959,88		565.393,11
BOA NOVA	449.531,55	0,00	2.559,80	22.114,64		474.205,99
BOM JESUS DA LAPA	3.119.057,15	0,00	17.512,31	493.886,39		3.630.455,85
BOM JESUS DA SERRA	329.004,37	0,00	1.864,23	13.178,30		344.046,90
BONINAL	445.444,92	0,00	2.496,96	66.515,30		514.457,18
BOQUIRA	598.371,34	0,00	3.359,57	55.699,08		657.429,99
BOTUPORA	358.553,67	0,00	2.009,81	53.475,23		414.038,71
BREJOLANDIA	490.742,47	0,00	2.666,82	22.969,04		516.378,33
BROTAS DE MACAUBAS	730.816,50	0,00	4.023,37	32.162,06		767.001,93
BRUMADO	4.186.770,84	0,00	23.417,66	791.438,39		5.001.626,89
CAATIBA	299.765,77	0,00	1.654,54	7.296,88		308.717,19
CACULE	993.714,14	0,00	5.444,72	301.088,39		1.300.247,25
CAETANOS	390.976,64	0,00	2.188,72	6.784,48		399.949,84
CAETITE	2.603.918,09	0,00	14.479,24	662.943,69		3.281.341,02
CANAPOLIS	353.222,36	0,00	2.009,49	18.948,11		374.179,96
CANDIBA	403.144,71	0,00	2.237,38	102.879,20		508.261,29
CANDIDO SALES	674.156,57	0,00	3.888,24	125.306,60		803.351,41
CARAIBAS	386.369,05	0,00	2.154,68	20.838,45		409.362,18
CARINHANHA	948.919,07	0,00	5.423,80	87.986,46		1.042.329,33
CATURAMA	342.940,10	0,00	1.905,74	19.944,12		364.789,96
COCOS	2.534.201,08	0,00	13.994,18	120.668,74		2.668.864,00
CONDEUBA	544.482,75	0,00	3.052,33	90.458,27		637.993,35
CONTENDAS DO SINCORA	322.962,87	0,00	1.761,24	9.913,26		334.637,37
CORDEIROS	302.743,99	0,00	1.653,46	52.380,60		356.778,05
CORIBE	659.279,05	0,00	3.647,53	45.462,16		708.388,74
CORRENTINA	11.841.185,80	0,00	64.944,69	280.232,75		12.186.363,24
DARIO MEIRA	375.531,56	0,00	2.109,78	13.705,20		391.346,54
DOM BASILIO	473.266,72	0,00	2.638,05	118.904,20		594.808,97
ENCRUZILHADA	898.637,97	0,00	5.007,43	45.361,24		949.006,64
ERICO CARDOSO	383.706,83	0,00	2.144,97	47.829,92		433.681,72
FEIRA DA MATA	353.958,21	0,00	1.915,05	13.644,23		369.517,49
FIRMINO ALVES	254.553,92	0,00	1.386,35	12.836,96		268.777,23
GUAJERU	333.544,72	0,00	1.843,11	24.291,15		359.678,98
GUANAMBI	3.011.581,72	0,00	16.835,75	1.239.860,80		4.268.278,27
IBIASSUCE	342.069,06	0,00	1.904,04	56.567,97	1.135,42	401.676,49
IBICOARA	1.857.585,36	0,00	10.138,73	183.758,96		2.051.483,05
IBIPITANGA	450.494,07	0,00	2.528,83	76.304,93		529.327,83
IBOTIRAMA	1.055.195,13	0,00	6.005,80	248.215,42		1.309.416,35
IGAPORA	862.712,98	0,00	4.641,83	67.435,36		934.790,17
IGUAI	636.189,24	0,00	3.601,23	53.034,35		692.824,82
IPUPIARA	412.332,74	0,00	2.279,12	73.283,05		487.894,91
ITAMBE	748.327,81	0,00	4.257,05	40.086,33		792.671,19
ITAPETINGA	2.772.730,95	0,00	15.645,38	428.898,34		3.217.274,67
ITARANTIM	899.650,35	0,00	5.006,01	54.803,85		959.460,21
ITORORO	582.740,50	0,00	3.286,12	65.980,43		652.007,05
ITUACU	785.131,33	0,00	4.444,78	129.558,51		919.134,62
IUIU	512.852,60	0,00	2.832,76	31.869,94		547.555,30
JABORANDI	5.156.608,16	0,00	28.100,67	71.022,52		5.255.731,35
JACARACI	469.413,92	0,00	2.601,75	57.056,27		529.071,94
JUSSIAPE	319.490,31	0,00	1.759,20	52.834,23		374.083,74
LAGOA REAL	419.189,35	0,00	2.340,40	68.458,98		489.988,73
LICINIO DE ALMEIDA	582.996,31	0,00	3.292,19	82.407,30		668.695,80
LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA	1.587.936,43	0,00	8.735,59	378.598,76		1.975.270,78
MACARANI	567.061,76	0,00	3.225,24	58.061,82		628.348,82
MACAUBAS	1.087.553,18	0,00	6.172,22	277.745,08		1.371.470,48
MAETINGA	299.612,84	0,00	1.688,01	16.575,28		317.876,13
MAIQUINIQUE	503.636,80	0,00	2.819,65	44.049,71		550.506,16
MALHADA	719.216,33	0,00	4.037,49	35.975,41		759.229,23
MALHADA DE PEDRAS	320.974,43	0,00	1.778,94	42.276,55		365.029,92
MANOEL VITORINO	572.986,22	0,00	3.197,76	20.436,88		596.620,86
MATINA	383.096,29	0,00	2.161,38	20.976,46		406.234,13
MIRANTE	395.273,75	0,00	2.202,83	15.590,53	1.313,59	414.380,70
MORPARA	469.769,84	0,00	2.588,50	8.014,50		480.372,84
MORTUGABA	367.051,50	0,00	2.041,94	92.169,66		461.263,10
MUCUGE	2.318.349,62	0,00	12.115,17	83.086,10		2.413.550,89
MUQUEM DO SAO FRANCISCO	851.391,51	0,00	4.657,86	34.559,35		890.608,72
NOVA CANAA	462.407,92	0,00	2.591,44	39.185,40		504.184,76
OLIVEIRA DOS BREJINHOS	972.922,29	0,00	5.627,79	88.334,99		1.066.885,07
PALMAS DE MONTE ALTO	744.183,81	0,00	4.140,75	81.072,60		829.397,16
PARAMIRIM	661.506,25	0,00	3.695,03	160.318,16		825.519,44
PARATINGA	946.758,58	0,00	5.496,26	53.241,07		1.005.495,91
PIATA	906.785,31	0,00	5.105,89	144.283,53		1.056.174,73
PINDAI	1.109.971,54	0,00	5.956,79	34.841,97		1.150.770,30

PIRIPA	337.420,74	0,00	1.887,19	32.988,47	372.296,40
PLANALTO	708.525,12	0,00	4.019,84	198.027,58	910.572,54
POCOES	1.403.456,63	0,00	8.450,26	216.762,74	1.628.669,63
POTIRAGUA	458.283,42	0,00	2.572,59	36.518,23	497.374,24
PRESIDENTE JANIO QUADROS	451.516,18	0,00	2.548,17	22.082,17	476.146,52
RIACHO DE SANTANA	904.324,07	0,00	5.091,85	169.890,90	1.079.306,82
RIBEIRAO DO LARGO	459.884,95	0,00	2.558,02	8.582,83	471.025,80
RIO DE CONTAS	508.136,19	0,00	2.799,43	109.611,14	620.546,76
RIO DO ANTONIO	405.552,07	0,00	2.260,33	70.158,20	477.970,60
RIO DO PIRES	367.757,18	0,00	2.039,24	41.310,60	411.107,02
SANTA MARIA DA VITORIA	1.366.172,98	0,00	7.800,80	295.643,74	1.669.617,52
SANTANA	893.913,75	0,00	5.047,59	202.248,12	1.101.209,46
SAO FELIX DO CORIBE	797.547,42	0,00	4.440,96	99.926,11	901.914,49
SEBASTIAO LARANJEIRAS	483.561,17	0,00	2.634,37	38.546,22	524.741,76
SERRA DO RAMALHO	1.294.734,43	0,00	7.456,03	106.513,87	1.408.704,33
SERRA DOURADA	567.609,95	0,00	3.198,17	43.982,33	614.790,45
SITIO DO MATO	532.014,27	0,00	3.018,29	14.076,86	549.109,42
TABOCAS DO BREJO VELHO	1.007.625,57	0,00	5.316,92	37.087,26	1.050.029,75
TANHACU	751.553,21	0,00	4.274,63	96.055,99	851.883,83
TANQUE NOVO	552.705,37	0,00	3.139,52	187.844,92	743.689,81
TREMEDAL	583.183,82	0,00	3.265,08	27.604,35	614.053,25
URANDI	598.951,67	0,00	3.258,24	135.047,53	737.257,44
VITORIA DA CONQUISTA	15.663.713,86	0,00	87.144,34	5.022.241,20	20.773.099,40

MÊS DE FEVEREIRO/2024

Municípios que mais recursos receberam			Municípios que menos recursos receberam		
POSIÇÃO	MUNICÍPIO	VALOR	POSIÇÃO	MUNICÍPIO	VALOR
1º	Vitória da Conquista	23.836.626,41	1º	Firmino Alves	242.400,55
2º	Correntina	10.258.853,23	2º	Caatiba	275.183,72
3º	Brumado	5.421.947,10	3º	Maetinga	303.075,72
4º	Guanambi	5.656.167,14	4º	Bom Jesus da Serra	306.609,55
5º	Jaborandi	4.409.467,76	5º	Cordeiros	317.997,15
6º	Bom Jesus da Lapa	3.798.403,41	6º	Contendas do Sincorá	319.797,28
7º	Caetité	3.525.415,30	7º	Feira da Mata	322.956,76
8º	Itapetinga	3.470.396,53	8º	Guajeru	328.028,99
9º	Cocos	2.305.994,19	9º	Canápolis	339.536,52
10º	Mucugê	2.197.622,83	10º	Caturama	339.915,50

(*) COM INFORMAÇÕES DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DA BAHIA

MUNICÍPIOS	ICMS*	LC 194/22 (LC 201/23)*	IPI*	IPVA*	ROYALTIES (Lei 7.990/89)**	NO MÊS
ABAIRA	253.466,03	0,00	1.743,35	96.309,26		351.518,64
ANAGE	582.350,48	0,00	4.005,41	64.471,13		650.827,02
ARACATU	447.506,26	0,00	3.077,95	74.500,80		525.085,01
BARRA DA ESTIVA	1.057.829,43	0,00	7.275,77	419.171,93		1.484.277,13
BARRA DO CHOCA	1.225.680,58	0,00	8.430,24	145.460,80		1.379.571,62
BELO CAMPO	444.585,98	0,00	3.057,87	100.511,56		548.155,41
BOA NOVA	387.078,95	0,00	2.662,33	42.057,82		431.799,10
BOM JESUS DA LAPA	2.648.113,39	0,00	18.213,75	1.132.076,27		3.798.403,41
BOM JESUS DA SERRA	281.897,69	0,00	1.938,89	22.772,97		306.609,55
BONINAL	377.576,48	0,00	2.596,97	132.482,70		512.656,15
BOQUIRA	508.014,51	0,00	3.494,13	122.445,21		633.953,85
BOTUPORA	303.911,67	0,00	2.090,31	85.951,72		391.953,70
BREJOLANDIA	403.260,23	0,00	2.773,62	45.217,46		451.251,31
BROTAS DE MACAUBAS	608.390,03	0,00	4.184,52	58.801,28		671.375,83
BRUMADO		0,00				5.421.947,10
CAATIBA	250.189,30	0,00	1.720,80	23.273,62		275.183,72
CACULE	823.319,35	0,00	5.662,80	336.000,53		1.164.982,68
CAETANOS	330.965,78	0,00	2.276,38	25.966,46		359.208,62
CAETITE	2.189.470,56	0,00	15.059,21	1.320.885,53		3.525.415,30
CANAPOLIS	303.863,37	0,00	2.089,97	33.583,18		339.536,52
CANDIBA	338.324,23	0,00	2.326,99	176.055,99		516.707,21
CANDIDO SALES	587.956,64	0,00	4.043,97	175.671,45		767.672,06
CARAIBAS	325.817,29	0,00	2.240,97	27.160,20		355.218,46
CARINHANHA	820.156,86	0,00	5.641,05	166.726,24		992.524,15

FINANÇAS PÚBLICAS

CATURAMA	288.174,99	0,00	1.982,07	49.758,44	339.915,50
COCOS	2.116.121,08	0,00	14.554,70	175.318,41	2.305.994,19
CONDEUBA	461.557,89	0,00	3.174,60	173.897,64	638.630,13
CONTENDAS DO SINCORA	266.324,24	0,00	1.831,78	51.641,26	319.797,28
CORDEIROS	250.026,09	0,00	1.719,68	66.251,38	317.997,15
CORIBE	551.558,71	0,00	3.793,63	119.162,75	674.515,09
CORRENTINA	9.820.570,94	0,00	67.546,00	370.736,29	10.258.853,23
DARIO MEIRA	319.030,74	0,00	2.194,30	37.913,76	359.138,80
DOM BASILIO	398.911,49	0,00	2.743,72	197.325,93	598.981,14
ENCRUZILHADA	757.194,48	0,00	5.207,99	87.996,22	850.398,69
ERICO CARDOSO	324.350,94	0,00	2.230,88	47.748,26	374.330,08
FEIRA DA MATA	289.581,92	0,00	1.991,75	31.383,09	322.956,76
FIRMINO ALVES	209.636,53	0,00	1.441,88	31.322,14	242.400,55
GUAJERU	278.705,82	0,00	1.916,95	47.406,22	328.028,99
GUANAMBI	2.545.808,66	0,00	17.510,11	3.092.848,37	5.656.167,14
IBIASSUCE	287.918,42	0,00	1.980,31	104.039,18	395.078,85
IBICOARA	1.533.121,00	0,00	10.544,82	296.571,02	1.840.236,84
IBIPITANGA	382.395,94	0,00	2.630,12	131.380,30	516.406,36
IBOTIRAMA	908.163,19	0,00	6.246,36	384.584,30	1.298.993,85
IGAPORA	701.910,45	0,00	4.827,75	128.733,94	835.472,14
IGUAI	544.557,38	0,00	3.745,48	98.020,26	646.323,12
IPUPIARA	344.634,83	0,00	2.370,40	149.859,91	496.865,14
ITAMBE	643.727,05	0,00	4.427,56	87.181,51	735.336,12
ITAPETINGA	2.365.805,71	0,00	16.272,03	1.088.318,79	3.470.396,53
ITARANTIM	756.981,65	0,00	5.206,53	98.514,61	860.702,79
ITORORO	496.907,97	0,00	3.417,74	133.811,17	634.136,88
ITUACU	672.114,96	0,00	4.622,82	176.217,31	852.955,09
IUIU	428.353,14	0,00	2.946,22	59.366,29	490.665,65
JABORANDI	4.249.225,17	0,00	29.226,22	131.016,37	4.409.467,76
JACARACI	393.423,50	0,00	2.705,97	99.222,29	495.351,76
JUSSIAPE	266.017,38	0,00	1.829,66	112.446,14	380.293,18
LAGOA REAL	353.903,57	0,00	2.434,15	94.436,63	450.774,35
LICINIO DE ALMEIDA	497.825,90	0,00	3.424,04	143.383,04	644.632,98
LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA	1.320.947,43	0,00	9.085,48	835.356,35	2.165.389,26
MACARANI	487.703,85	0,00	3.354,42	111.486,75	602.545,02
MACAUBAS	933.327,90	0,00	6.419,43	432.622,28	1.372.369,61
MAETINGA	255.250,97	0,00	1.755,62	46.069,13	303.075,72
MAIQUINIQUE	426.371,03	0,00	2.932,59	46.027,03	475.330,65
MALHADA	610.527,53	0,00	4.199,21	47.871,75	662.598,49
MALHADA DE PEDRAS	269.001,63	0,00	1.850,19	97.164,71	368.016,53
MANOEL VITORINO	483.548,38	0,00	3.325,85	48.694,92	535.569,15
MATINA	326.831,19	0,00	2.247,95	48.631,52	377.710,66
MIRANTE	333.100,00	0,00	2.291,07	36.945,18	373.656,23
MORPARA	391.417,90	0,00	2.692,17	24.549,29	418.659,36
MORTUGABA	308.769,64	0,00	2.123,72	113.456,50	424.349,86
MUCUGE	1.831.987,32	0,00	12.600,42	353.035,09	2.197.622,83
MUQUEM DO SAO FRANCISCO	704.335,86	0,00	4.844,44	78.210,86	787.391,16
NOVA CANAA	391.863,15	0,00	2.695,24	77.505,30	472.063,69
OLIVEIRA DOS BREJINHOS	851.002,82	0,00	5.853,21	170.104,13	1.026.960,16
PALMAS DE MONTE ALTO	626.140,16	0,00	4.306,60	120.660,62	751.107,38
PARAMIRIM	558.742,20	0,00	3.843,03	358.447,50	921.032,73
PARATINGA	831.113,91	0,00	5.716,41	108.910,23	945.740,55
PIATA	772.085,05	0,00	5.310,41	201.608,41	979.003,87
PINDAI	900.752,51	0,00	6.195,39	125.733,87	1.032.681,77
PIRIPA	285.368,97	0,00	1.962,77	63.158,57	350.490,31
PLANALTO	607.858,60	0,00	4.180,85	193.014,50	805.053,95
POCOES	1.277.799,52	0,00	8.788,72	572.481,45	1.859.069,69
POTIRAGUA	389.012,08	0,00	2.675,63	50.708,86	442.396,57
PRESIDENTE JANIO QUADROS	385.320,13	0,00	2.650,24	33.958,70	421.929,07
RIACHO DE SANTANA	769.959,97	0,00	5.295,80	323.973,64	1.099.229,41
RIBEIRAO DO LARGO	386.809,32	0,00	2.660,48	23.751,76	413.221,56
RIO DE CONTAS	423.313,66	0,00	2.911,55	191.143,71	617.368,92
RIO DO ANTONIO	341.793,56	0,00	2.350,85	130.168,88	474.313,29
RIO DO PIRES	308.362,91	0,00	2.120,93	133.732,28	444.216,12
SANTA MARIA DA VITORIA		0,00			1.616.534,29
SANTANA	763.268,09	0,00	5.249,77	216.634,18	985.152,04
SAO FELIX DO CORIBE	671.536,52	0,00	4.618,83	187.676,76	863.832,11
SEBASTIAO LARANJEIRAS	398.354,60	0,00	2.739,89	53.067,95	454.162,44
SERRA DO RAMALHO	1.127.459,53	0,00	7.754,68	139.568,56	1.274.782,77
SERRA DOURADA	483.608,43	0,00	3.326,26	104.409,79	591.344,48
SITIO DO MATO	456.410,04	0,00	3.139,19	28.773,30	488.322,53
TABOCAS DO BREJO VELHO	803.995,17	0,00	5.529,89	53.520,48	863.045,54
TANHACU	646.386,17	0,00	4.445,85	240.982,41	891.814,43
TANQUE NOVO	474.739,91	0,00	3.265,27	343.353,22	821.358,40
TREMEDAL	493.726,55	0,00	3.395,86	76.732,77	573.855,18
URANDI	492.694,37	0,00	3.388,76	232.014,84	728.097,97
VITORIA DA CONQUISTA	13.177.477,96	0,00	90.634,84	10.568.513,61	23.836.626,41

Liderança Feminina: Histórias de mulheres barrachocenses que são destaque em diferentes campos de atuação

EMILY CHAVES* - SITE CORETO

<https://sitecoreto.com/>

"No meu dia a dia como líder, às vezes não é muito fácil, porque lidar com pessoas é difícil. Mas é necessário ter liderança para saber resolver questões, fazer reuniões e conversar com as pessoas. Então eu aprendo no dia a dia a ser líder", relata Patrícia Cardoso de Araújo, empresária e sócia proprietária do João Henrique Atacadista.

A empresária Alexandra Lima de Oliveira, idealizadora e sócia proprietária da empresa terceirizada Mais Saúde, desta: "sou uma mulher negra, com grandes dificuldades ao decorrer desses anos, mas nunca fui impossibilitada a sonhar. Eu me considero uma mulher corajosa e com grande determinação".

Assim como Patrícia e Alexandra, muitas mulheres ocupam o papel de liderança no Brasil. De acordo com o Panorama Mulheres 2023, estudo feito pelo Talenses Group com o Insper, a participação feminina na presidência das empresas e em outros cargos de liderança no Brasil, cresceu de 2019 a 2022. As mulheres passaram de 13% para 17% dos CEOs do país e a expectativa é de que a proporção ultrapasse 20%.

No entanto, o Panorama Mulheres 2023 mostra que quanto maior é o porte da empresa, menor é a participação de mulheres na liderança. Ainda de acordo com o Relatório, a maioria das presidentes no Brasil está em empresas de pequeno porte, familiares, de capital fechado e no setor de serviços. Por isso, a liderança feminina no Brasil, ainda é um caminho a ser percorrido, pois ainda existem desafios e desigualdades de gênero que precisam ser superados.

Liderança feminina no ramo comercial

A história de Patrícia Cardoso de Araújo, 40, como empresária e sócia proprietária do João Henrique Atacadista, localizado em Barra do Choça, iniciou na sua juventude. Aos 15 anos ela começou a namorar com João Moreira de Oliveira, hoje seu marido. Aos 16, engravidou do seu primeiro filho e casou-se com João no ano 2000. Com isso, eles passaram a trabalhar na Feira da cidade vendendo tempero caseiro.

Nascida e criada em Barra do Choça, quando criança Patrícia morava na zona rural do município, na fazenda onde seu pai era gerente. Na infância, a empresária e seus cinco irmãos eram conhecidos como filhos de "Seu Roque". Ela estudou nas Escolas do município onde mora. "Como a gente morava na roça, tínhamos que ir de bicicleta, para estudar todos os dias de manhã", conta.

A empreendedora relata que no início do casamento foi muito difícil, pois, quando casaram eles não tinham casa própria. "Eu morei um tempo com a minha sogra, depois a gente foi construindo a casa e para terminar a construção tivemos que vender uma moto. Quando a gente mudou, a casa só estava rebocada e com piso grosso, tinha água, mas não tinha energia", descreve.



FOTO MONTAGEM: SITE CORETO

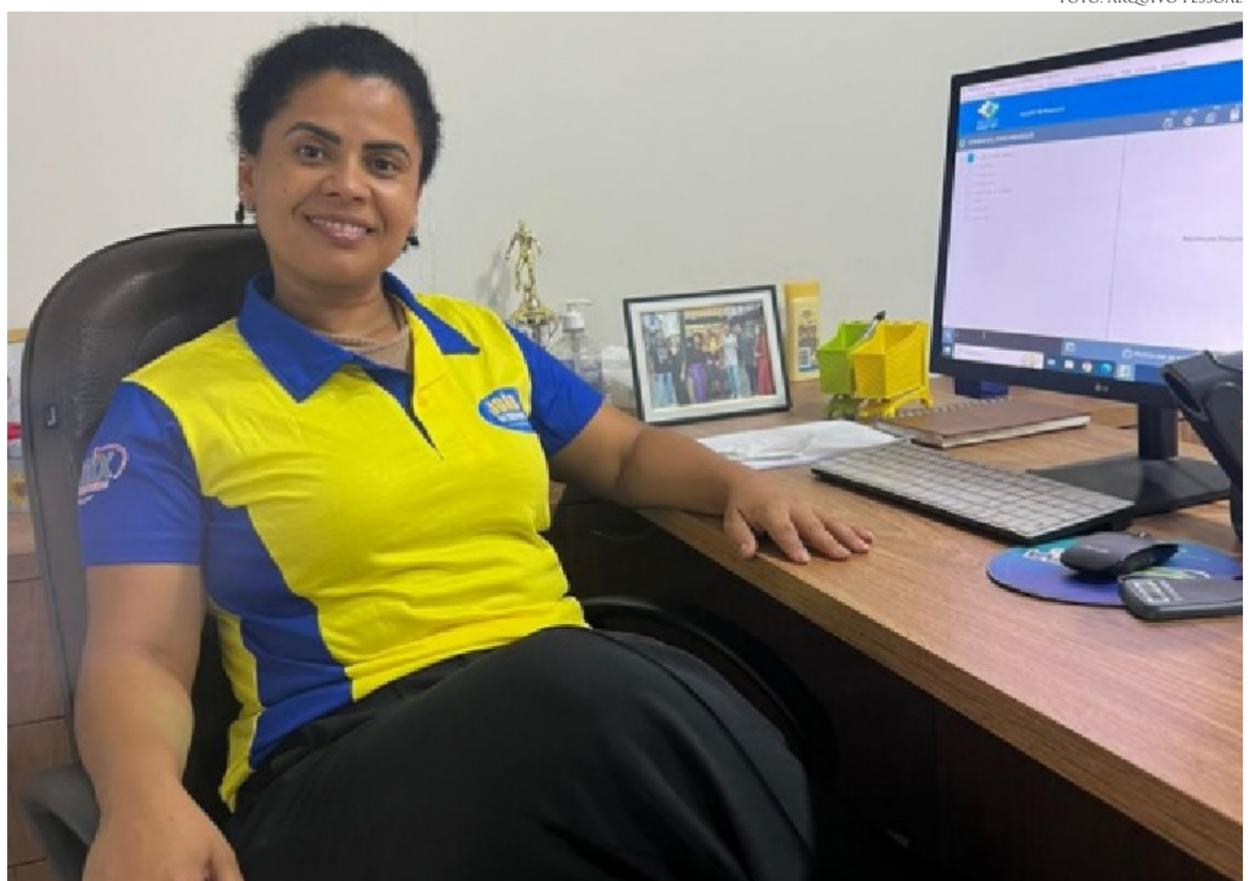


FOTO: ARQUIVO PESSOAL

Patrícia Cardoso de Araújo, empresária.

O empreendimento do casal começou quando seu marido trabalhava em uma barraca na Feira e também era servente de pedreiro. Em determinado momento, Patrícia começou a trabalhar na Feira com seu marido. "A gente passou por várias dificuldades nesse tempo, mas a gente começou a trabalhar com tempero caseiro. João, colocou uma barraca para ele e eu montei uma para mim e ele também começou a vender tempero, na bicicleta", afirma.

Tempos depois, ela começou a ficar em casa produzindo e empacotando os temperos, enquanto seu esposo vendia a produção, de bicicleta, nos bares da cidade. Aos poucos, com o aumento das vendas, precisaram comprar uma moto e uma carretinha de engate para colocar os alimentos. Nos finais de semana os dois saíam juntos pela região para venderem.

A ideia de colocar uma Distribuidora pequena na frente da casa surgiu quando os clientes iam à casa de Patrícia comprar os produtos. Mas como eles não tinham condições para contratarem um mestre de obras, o esposo, que tinha habilidades de pedreiro, começou a construir a Distribuidora na frente da casa deles. "A gente vendia doces, bebidas, entre outras coisas. E com isso foi aumentando as vendas cada vez mais, ele parou de trabalhar na Feira e a gente ficou somente no comércio".

A empresária, na época, formou-se para Professora e passou a trabalhar durante o dia no co-

Liderança feminina na Educação

A liderança feminina desempenha um papel crucial no ambiente escolar, as mulheres compõem a maioria dos profissionais da área e desempenham um papel fundamental na Educação das futuras gerações. De acordo com os dados do Censo Escolar de 2022, 80,7% dos Diretores na Educação Básica são mulheres.

Claudete Moreno, 49, formada em Ciências Biológicas e atualmente Coordenadora do Comitê do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) do município de Barra do Choça, é moradora da localidade há mais de 25 anos. A Coordenadora conta que o seu vínculo com a Educação foi formado pela influência de algumas amigas que a convidaram para

Ainda como Professora, nos anos de 2010 e 2011, Claudete deu aula no Colégio Estadual Vitória Lima de Oliveira, localizado no Distrito de Barra Nova, do município de Barra do Choça. Após esse período, ela começou a participar da Divisão de Articulação Pedagógica, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Educação.

Em 2012 passou a ser a Coordenadora da Articulação Pedagógica. "Enquanto Coordenadora eu consegui inscrever a Escola Municipal Professor Josenildo Leite, no Ministério da Cultura (MinC), com o Projeto de Ciências e Arte, desenvolvido pela Companhia Itinerante de Artes Cênicas (Ciac) e conseguimos fazer com que a Escola fosse elegível pelo Ministério da Educação", descreve.

Claudete destaca que essa conquista foi significativa, pois, na Bahia, apenas essa e mais uma Escola do Campo receberam o recurso. E a partir desse momento, ela começou a inscrever a Escola em todas as oportunidades que lhes eram dadas.

A Professora conta que, ao longo da sua trajetória, seus alunos representaram toda a sua história na Educação e enfatiza a alegria e o orgulho com alguns alunos que se destacaram. "Eu tenho dois alunos que representam a minha trajetória de Professora e Educadora. Um, hoje

mércio e a noite dava aula. Segundo ela, o nome da Distribuidora foi em homenagem ao seu primeiro filho, João Henrique. "Depois eu engravidei de Eduarda, minha segunda filha, e nesse momento, a gente já tinha um comércio maior", frisa.

Segundo a empreendedora, o seu esposo gosta de lidar com pessoas e ela, por ser uma pessoa tímida e reservada, prefere administrar as áreas de finanças, no escritório. "Eu fiz Faculdade, teve um período que eu achava que tinha que buscar mais conhecimento. Então eu fui estudar Administração e Logística", descreve.

Para Patrícia, ter sido uma mulher grávida na adolescência, sem ter trabalho e sem ter casa, não foi fácil, mas eles buscaram realizar os seus objetivos e adquirir novos conhecimentos. Ela ainda relatou que por estar trabalhando no escritório as pessoas pensam que ela não trabalha, conhece apenas o mérito de João. "As pessoas não veem a Patrícia, veem a esposa de João Henrique, como é conhecido o meu marido, o mérito é só de João", afirma.

A empresária conta que seu dia a dia como líder exige muita sabedoria para lidar com todas as questões que envolvem ser uma liderança. "No meu dia a dia como líder, às vezes não é muito fácil, porque lidar com pessoas é difícil. Mas é necessário ter liderança para saber resolver questões, fazer reuniões e conversar com as pessoas. Então eu aprendo no dia a dia a ser líder".

cursar Ciências Biológicas no Centro Universitário UniFTC (anteriormente conhecida como Faculdade de Tecnologia e Ciências ou FTC).

Ao finalizar o curso, no ano de 2009, Claudete começou a lecionar no Centro Educacional Professor Jorge Delano, na região do Pau Brasil, zona rural do município. "Na Escola Jorge Delano, fui me envolvendo com as histórias dos alunos da Educação e me encantando em poder auxiliar o próximo. Descobri como os nossos jovens, naquela época, eram carentes não apenas de conteúdo, como também de informação", relata.

Segundo a professora, ela foi uma incentivadora para os seus alunos buscarem mais conhecimento,

Na empresa, são 64 funcionários e Patrícia conta que alguns deles não validam as suas orientações e acredita que isso acontece pelo fato de ela ser mulher. "Por ser uma mulher que está falando, acho que eles não têm muita confiança. Quando é meu marido que passa para eles a informação, os funcionários parecem ter mais confiança. É mais seguro eles confiarem no que ele fala do que no que eu falo", explica.

Patrícia enfatiza que se sente realizada administrando a empresa e mesmo sendo cansativo, tudo vale a pena. Ela se considera uma mulher inspiradora, porque acredita que as pessoas espelham no seu trabalho, na forma como empreende e administra o João Henrique Atacadista. "O recado que eu tenho para as outras mulheres é para elas nunca desistirem dos seus sonhos e sempre procurarem fazer o que elas gostam. Procurar trabalhar e ser reconhecida no que faz, pois é muito gratificante", destaca.

Patrícia e João, têm três filhos, os dois mais velhos já trabalham no comércio da família e o mais novo está aprendendo com os pais como é gerenciar uma empresa. Recentemente, após passar por uma reforma, o Comercial João Henrique foi inaugurado como João Henrique Atacadista. "Tudo que a gente faz é pensando no bem do cliente. Eu agradeço a Deus, primeiramente, por ter me dado essa família maravilhosa e por ter nos concedido o dom de empreender", conclui.

pois queria que eles traçassem caminhos diferentes. O seu intuito era mostrar que há possibilidade de estudar e se profissionalizar para trabalhar no campo.

Por isso, pretendia que eles se especializassem para provocarem melhorias para o lugar onde viviam, visando a permanência dos seus alunos no campo, para realizarem funções que beneficiassem toda a população. "Na Escola Jorge Delano, eu lecionei para uma turma de 9º ano, onde tudo que eu aprendia, eu repassava para eles. Levei essa turma comigo para fazer a prova do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA)", conta.

FOTO: ARQUIVO PESSOAL



Claudete Moreno, coordenadora do Comitê do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)

é Engenheiro e trabalha aqui na Secretaria Municipal de Educação de Barra do Choça (Semed), ele conseguiu ir até a etapa a nível nacional nas Olimpíadas de História. E o outro, hoje é Provador de Café, Degustador e um menino que tem uma inteligência indescritível”.

Em 2013, ela se inscreveu para o concurso para a vaga de Secretária Escolar do município e em 2016 foi convocada para assumir a vaga. Durante um período continuou trabalhando na Escola Josenildo Leite, mas relata que por ser uma pessoa questionadora e não aceitar respostas “prontas”, acredita que tenha sofrido uma perseguição política e foi remanejada para o Centro Educacional De Barra Do Choça (CEBC).

No Centro ela ficou durante três anos, em 2021 quando a nova gestão municipal assumiu a Prefeitura, ela foi convidada à Sala dos Conselhos e ficou de fevereiro a maio do mesmo ano. Em maio de 2021, assumiu o cargo de Coordenadora do Comitê do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), na Sala de Sistemas e Programas, da Secretaria Municipal de Educação de Barra do Choça (Semed).

O seu trabalho é feito juntamente com as Escolas do município, a sua função consiste em fazer as prestações de contas. “Eu cuido dessa parte, dos recursos que chegam nos caixas escolares e dos programas implantados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (Fnde) para as Redes Municipais de Ensino”.

Segundo a Coordenadora, no Programa são feitas muitas formações, pois tem Projetos para Educação Infantil, para os Anos Iniciais, Anos Finais e toda a Educação. Ela conta que teve a oportunidade de pleitear junto com a Esco-

Em 2010 foi convocada pelo Concurso Público Municipal prestado em 2006 e assumiu a turma de Primário na zona rural de Barra do Choça, região da Cavada e Anos Finais do CEBN, à noite e no ano seguinte passou a lecionar no CEBN, as 40 horas aulas. “No decorrer desse tempo estive como Articuladora de Projetos, nos anos de 2016 e 2017, Coordenadora Pedagógica e Gestora Escolar entre os anos de 2021 e 2023, função na qual atuo neste momento buscando sempre manter o bom funcionamento da Escola, incentivando, motivando e inspirando a equipe e os alunos, garantindo a qualidade de Ensino”, diz.

Segundo a Diretora, estar na liderança de uma Instituição de Ensino é um desafio constante. Ela observa que, nesse sentido, faz-se necessário conduzir os trabalhos de maneira que caminhe sem muitos imprevistos, observando as necessidades da comunidade escolar relativas às melhorias no Processo de Ensino e Aprendizagem, integrando a equipe e motivando-os a fim de alcançar bons resultados sempre com olhar humano e atitudes democráticas.

Deusane destaca que o machismo está presente em muitos espaços e na Escola não é diferente. E contou que “apesar de serem raras atitudes dessa natureza, ainda se observam situações nas quais o machismo se revela no desrespeito às opiniões femininas bem como a dificuldade de seguir orientações vindas da figura feminina o que revela o preconceito enraizado em alguns indivíduos”.

De acordo com a Diretora, ser mulher e líder de uma equipe escolar é gratificante, por compreender que as mulheres, com ações constantes podem inspirar outras mulheres a

la Municipal Emiliano Zapata, um Projeto pelo Programa chamado Brasil na Escola. “Naquele momento, no eixo técnico do Brasil na Escola, as quatro Escolas elegíveis pelo Ministério da Educação poderiam se inscrever ou inscrever um Projeto da Escola no eixo inovação para contar uma prática exitosa a ser implantada na Escola, eu propus o desafio às quatro Escolas, uma delas foi a Emiliano Zapata. Nós passamos por uma etapa bem importante, o Projeto foi avaliado por uma banca do MEC e a banca do CNPq Lattes, o Currículo Lattes”, conta a Coordenadora.

Na etapa do Projeto em que Claudete e a Coordenação Escolar inscreveram a Escola, o currículo, o currículo do secretário de Educação do município, o currículo do grupo da Escola que foi escrito e o Projeto Escrito foram avaliados pelo MEC e a banca do CNPq Lattes. “Para nossa surpresa e para nossa alegria, nós fomos selecionados como o Projeto de número um a nível Brasil. E aí nós pleiteamos meio milhão para essa Escola onde hoje tem o Meliponário Didático e está em início, está em fase de implantação, mas se Deus quiser, ao longo desses cinco anos nós vamos colher bons frutos”.

Na sala onde a Coordenadora trabalha apenas ela é mulher. Ela explicou que por ser secretária de Educação, a Educação tem muita representação da mulher, mas para cargos técnicos, na maioria das vezes são os homens que assumem os cargos. Ela relata que gosta de trabalhar na Sala de Sistemas e Programas e se sente respeitada. “Eu me sinto confortável, segura, acolhida e não me sinto duvidada”.

Claudete também já se candidatou a vereadora e Conselheira Tutelar do município, nesse

ambiente, ela conta que por muitas vezes se sentiu discriminada e que de alguma forma os homens agridem o espaço feminino. “Na política essa discriminação é muito aflorada, na época que eu participei era obrigatório ter um índice de mulher na campanha, e a gente tinha um fundo específico eleitoral, mas não era respeitado”.

Claudete enfatiza que mesmo a mulher tendo que provar mais que ela sabe que ela é capaz, desistir não pode ser uma opção. “Ela é tão capaz quanto, ela é importante sim, para a sociedade. A gente precisa lutar pelos nossos sonhos”, conclui.

Deusane Nascimento Ramos, 37, formada em Licenciatura Plena em Língua Portuguesa e Inglesa, também pelo Centro Universitário UniFTC, é Diretora Escolar do Centro Educacional de Barra Nova (CEBN). Ela nasceu, foi criada e mora até os dias atuais no Distrito de Barra Nova, município de Barra do Choça. Deusane, cursou o Fundamental I e II na Escola do Distrito e o Ensino Médio na Sede do município, pois, na época, não havia Escola dessa etapa em Barra Nova. “Cresci com o desejo de me tornar Professora desde os tempos em que pedia o giz para a ‘tia’ e chegava em casa onde dava as primeiras aulas da vida escrevendo no armário ou no guarda-roupa da minha mãe”, destaca.

Quando concluiu o Ensino Médio, a Diretora prestou vestibular e iniciou a graduação em Licenciatura e depois iniciou a Especialização na mesma área. “Neste período tive a oportunidade de assumir as primeiras turmas nos Anos Finais do Ensino Fundamental no noturno do CEBN”, conta.

FOTO: ARQUIVO PESSOAL



Deusane Nascimento Ramos, Diretora Escolar.

se sentirem capazes, por fazer da Educação uma ferramenta de conscientização do respeito à diversidade, por exercitar constantemente a empatia, resiliência, fortalecer as interações sociais e acreditar que o conhecimento é a melhor maneira de combate ao preconceito. "Sinto-me honrada enquanto figura feminina, representante de tantas outras mulheres da comunidade de origem humilde, em poder contribuir com o desenvolvimento de adoles-

Liderança feminina na Advocacia

Na história da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), os advogados homens predominavam na área, mas a representatividade feminina na advocacia brasileira tem crescido significativamente nos últimos anos. De acordo com

O sonho de ser advogada começa aos sete anos, quando a sua Professora organizou uma brincadeira em formato de júri e ela foi a advogada que defendeu o acusado. Ela contou que no dia conseguiu absolver o acusado e, naquele momento, surgiu um senso de justiça e amor pelo Direito.

Para Monica, ali nasceu um sonho e também a curiosidade, por isso ela começou a estudar sobre a área, olhar para as advogadas e sonhar em ser como elas um dia. Segundo ela, são essas mulheres que falam em público, que empunham para falar, não tem medo e exercem o seu trabalho que inspirou muito a sua carreira.

Já no Ensino Médio, a Delegada da OAB de Barra do Choça, sabia que quando se formasse iria querer fazer Direito na Uesb. No ano em que foi aprovada, ela fez o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Vestibular Uesb. "Lembro que minha nota do Enem não foi o suficiente e ela saiu primeiro, quando saiu a nota do vestibular ainda não era o suficiente, só seria se tivesse várias outras chamadas. "Impossível" disseram!", lembra.

Nesse momento, Monica desistiu e foi trabalhar no comércio, iria fazer sua matrícula na Universidade Norte do Paraná (Unopar), no entanto o seu pai viu nas redes sociais da Universidade uma nova chamada do Vestibular e o nome dela estava na chamada, ela passou para Direito na Universidade que sonhava.

Ela ingressou na Universidade em 2015 e, durante o curso no ano de 2018, ela ficou grávida da sua primeira filha, casou-se e ao se formar tornou-se advogada e, após passar na prova da OAB, foi nomeada Delegada da OAB de Barra do Choça.

Monica é mãe de três meninas e conta que conseguir reunir essas multitarefas no seu dia faz com que ela se sinta alguém realizada. "Apesar de ser corrido, dividindo minhas horas entre a maternidade e o trabalho, faço o possível para dar o meu melhor em todas essas funções".

A Delegada, que se declara como uma mulher negra, relata que já ouviu comentários preconceituosos e racistas. "Já ouvi coisas como ser menos bonita por ter o 'nariz esparrachado' e características de pessoas negras, mas, para mim, apesar de as ofensas abalarem, nunca me abateu afinal sou negra, neta de negros e com muito orgulho", afirma.

Para a advogada, o machismo está presente no seu ambiente de trabalho todos os dias. "Machismo todos os dias, especialmente por

centes e adultos através da Educação", frisa Deusane.

A Educadora enfatiza que acredita na Educação, e poder ajudar na construção de uma Educação mais igualitária com espaço escolar de múltiplas vozes faz ela entender, a cada dia, o quanto a Educação é transformadora, pois a sua vida também se tornou melhor através da Educação.

Deusane se considera uma mulher resilien-

te, que busca o seu melhor todos os dias com determinação. "Que sejamos mulheres que levantemos às outras, praticando a sororidade. O lugar que a mulher deve ocupar cabe a ela escolher, de acordo com suas aspirações. Que encontremos sempre força para usarmos o conhecimento em favor da valorização e respeito às mulheres deste país a fim de termos espaço sempre para alcançarmos os nossos objetivos e inspirar outras mulheres".

o Conselho Federal da OAB, em 2021, pela primeira vez na história a presença feminina na categoria representa a maioria dos profissionais da advocacia brasileira.

Monica Rocha Silva Bleg, 26, formada em

Direito pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), é Advogada do Direito de Família e Sucessões, Delegada da OAB de Barra do Choça, fundadora e Advogada Administradora do Centro de Advocacia Monica Bleg.

FOTO: ARQUIVO PESSOAL



Monica Rocha Silva Bleg, advogada e delegada da OAB de Barra do Choça.

ser mulher e mãe, quando diminui meu potencial ou minha competência por achar que não sou tão boa por ter três filhas, um homem enfrentaria esse problema?", questiona.

Para ela, ser mulher e líder significa quebrar

tabus, enfrentar barreiras, orgulhar quem lutou pela sua autonomia. "Sinto-me empoderada, forte e servindo de exemplo para outras gerações. Corram atrás dos seus sonhos, não se deixem abater, acreditem no seu potencial, você pode ser tudo o que quiser!".

Liderança feminina na área da Saúde

O relatório A Situação das Mulheres e a Liderança na Saúde Global aborda o "Paradoxo XX": 70% dos profissionais da linha de frente da área da Saúde são mulheres, mas elas representam apenas 25% dos cargos de liderança. Isso mostra que as mulheres que buscam atuar na lideran-

Popularmente conhecida como Sandra, ela começou a trabalhar na Farmácia Villas, localizada em Barra Nova, ainda em sua juventude. Segundo ela, a oportunidade que os proprietários ofereceram para na época é motivo de muita gratidão. Ainda no Distrito, ela trabalhou na recepção do Posto de Saúde da região. "Me lembro com muito carinho, foi aí que comecei a sonhar na área de Saúde, fiz um curso Técnico em Enfermagem, que tenho muito orgulho, trabalhei por muitos anos na área e vim embora para Vitória da Conquista".

A Técnica em Enfermagem trabalhou atuando na área em uma Clínica e depois na gestão da mesma Clínica. Após alguns anos, Sandra iniciou o sonho do seu próprio negócio, uma Central de Marcações de Exames e Procedimentos Cirúrgicos. "Hoje tenho uma empresa terceirizada junto ao Hospital IBR, que sempre acreditou no meu trabalho, trabalhamos com seis colaboradores que desempenham o trabalho com muita eficiência".

Alexandra é casada com Gentil há 14 anos e eles têm duas filhas, que aprendem diariamente com a mãe a serem mulheres fortes e determinadas. "Sou mulher negra, com grandes dificuldades ao decorrer desses anos, mas nunca fui impossibilitada de sonhar. Eu

ça feminina na área da Saúde enfrentam diariamente muitos desafios.

Alexandra Lima de Oliveira, 42, idealizadora e sócia proprietária da empresa terceirizada Mais Saúde, localizada em Vitória da Conquista, que atua juntamente com o Instituto Brandão de Re-

abilitação (IBR) da mesma cidade, nasceu e foi criada no Distrito de Barra Nova, no município de Barra do Choça. A empresária, sempre trabalhou na área da Saúde e há pouco tempo fundou a empresa Mais Saúde, que gerencia juntamente com seu esposo, Gentil Martins de Sousa.

FOTO: ARQUIVO PESSOAL



Alexandra Lima de Oliveira, idealizadora e sócia proprietária da empresa Mais Saúde.

me considero uma mulher corajosa e com grande determinação, tenho vários sonhos e tenho fé em Deus que estão próximos a realizarem".

* Emily Chaves é estudante do 7º período do curso de Jornalismo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. A matéria foi produzida e escrita pela estudante para a disciplina de Tópicos Especiais, publicada no Site Coreto com revisão da jornalista Leila Costa.

MATÉRIA ORIGINALMENTE PUBLICADA NO SITE CORETO
<https://sitecoreto.com/>

crédito: eva darron | unsplash

QUEM NÃO QUER VIAJAR PAGANDO BARATO?

Passagens Imperdíveis:
promoções de passagens aéreas
nacionais e internacionais

Baixe nosso aplicativo grátis: **Passagens Imperdíveis** 



Antonio Novais Torres

ANTÔNIO NOVAIS TORRES É COMERCIANTE APOSENTADO, MEMBRO FUNDADOR DA ACADEMIA DE LETRAS E ARTES DE BRUMADO, MEMBRO DO CONSELHO DA CIDADANIA DE BRUMADO, EX-MEMBRO DO PMDB E PTB E MEMBRO DO CONSELHO EDITORIAL DO JORNAL DO SUDOESTE.

ANIVERSÁRIO DO JORNAL DO SUDOESTE DE BRUMADO

26 anos completados em março de 2024, com credibilidade e compromisso com a verdade, uma missão característica do jornal.

O jornal do Sudoeste surgiu em março de 1998 em Brumado, uma dissidência do Jornal Tribuna do Sertão, no qual o editor do JS, Antonio Luiz da Silva, militou por muitos anos, e decidiu fundar o Jornal do Sudoeste, que profissionalmente adota uma linha editorial crítica e independente, abrindo espaço para todas as correntes do pensamento, e pautando sua atuação na busca intransigente da verdade. Essas são propostas e orientações do hebdomadário.

Me incluo nesse patamar e, agradeço ao amigo editor Antonio Luiz da Silva pelo espaço que me concede para publicação das minhas produções literárias, sem nenhuma restrição, e me concedeu o privilégio de fazer parte do Conselho Editorial do Jornal.

Nessa oportunidade parabênizo, não só o corpo editorial, como a todos os funcionários e colaboradores, igualmente aos representantes comerciais.

O jornal do Sudoeste deu nova vida editorial à Brumado, layout moderno e páginas coloridas, trata-se de uma revolução editorial. Uma conquista da modernização tecnológica.

Nas publicações das notícias, ouve os dois lados, para que o leitor faça sua avaliação. O jornal revela os acontecimentos in loco ou colhidos em fontes fidedignas, sem emitir opinião.

O jornal tem grande abrangência, circula em mais de cem municípios, e diversos órgãos estaduais e municipais, entre outros, o que atesta a sua importante qualidade de bem-informar a notícia, relatando os verídicos acontecimentos das ocorrências, que é uma característica marcante de sua missão.

Sinto-me honrado e feliz, pela oportunidade de congratular-me com o aniversário do Jornal do Sudoeste, que acima de tudo, divulga a notícia, sem sofismas e subterfúgios.

A família editorial do JS, tem nos concedido o prazer e a oportunidade de termos os mesmos ideais: promover a ética, a seriedade, com responsabilidade, como meta de engrandecimento pessoal.

Parabéns e vivas para o Jornal do Sudoeste e a todos que fazem parte dessa família editorial.

OBSERVAÇÃO: Os artigos publicados não traduzem a opinião do Jornal do Sudoeste. Sua publicação tem como objetivo estimular o debate de ideias no âmbito político, cultural, científico e social.

anîma
SAÚDE & BEM-ESTAR



Rua Joana Angélica, 245, Centro – 1º Andar
(Acesso por Elevador)
Brumado - BA



Telefone: (77) 9 9998-7920

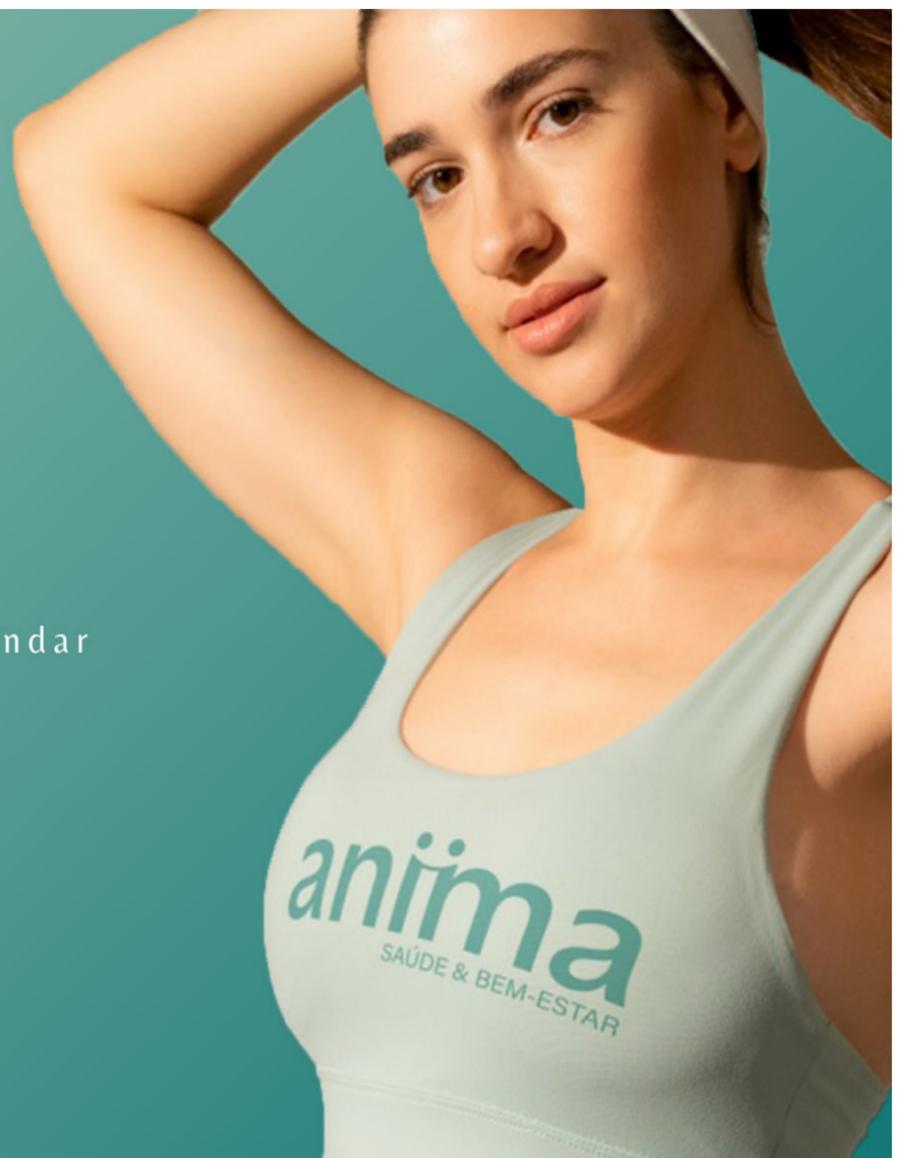


FOTO: HEMILLY DIAS



Abandonados em vias no entorno da 20ª Coordenadoria Regional de Brumado, sem fiscalização, veículos viram foco de doenças e causam preocupação aos moradores da área.

“Cemitério de Veículos” no entorno da 20ª Coordenadoria Regional de Polícia Civil de Brumado expõe moradores a riscos

HEMILLY DIAS

jornalismo@jornaldosudoeste.com

Em tempos de proliferação de mosquitos transmissores de doenças e com Brumado vivendo uma situação de Epidemia de Dengue, um “cemitério” de carros velhos e sucateados vem atormentando a vida dos moradores do Bairro Nobre, no entorno das sedes da 20ª Coordenadoria Regional de Polícia Civil do Interior (20ª Cooprin)/Delegacia Territorial de Brumado/Coordenadoria Regional de Polícia Técnica/Departamento de Polícia Técnica, que abriga ainda o Hospital Regional Professor

José Maria de Magalhães Neto, a Unidade de Saúde do Programa Saúde da Família (US/PSF) Liziane dos Santos Alves e o Centro Municipal de Educação em Tempo Integral Agamenon Santana.

Localizado em uma área residencial densamente habitada, compreendendo as Ruas Manoel Fernandes Santos e Donizete Alves de Lima, o “depósito”, que inclui também o pátio das sedes da 20ª Coordenadoria Regional de Polícia Civil, da Delegacia Territorial de Brumado e da Coordena-

doria Regional de Polícia Técnica e Departamento de Polícia Técnica, há anos abriga veículos apreendidos em operações da Polícia ou que estão arrolados a Processos Judiciais. O problema é que os veículos, abandonados e sucateados, estão a céu aberto e sem qualquer tipo de fiscalização. Por isso, grande parte ou a totalidade da frota já teve peças – pneus, retrovisores e baterias – roubadas e vidros quebrados, transformando as carcaças em focos para vetores de doenças, como a Dengue, entre outras.

“Tudo o que não presta tem aí. É criadouro de mosquitos, ratos, baratas, sem falar nos bandidos que, apesar da Delegacia, não se intimidam e aproveitam o abandono para assaltar as pessoas e para roubar peças dos carros. Recentemente, inclusive, colocaram fogo em alguns carros, pagamos impostos (Iptu, Taxa de Iluminação Pública, etc), mas não existe contrapartida em serviços públicos. A gente vive o todo tempo com medo”, desabafa uma moradora que concordou em falar desde que não tivesse a identidade revelada.

Também sob reserva, outra moradora da localidade, disse que a situação, que não é nova, chegou a ser resolvida a uns dois anos [exatamente em maio de 2022] com a remoção dos carros que estavam estacionados no local, mas voltou a preocupar a população que vive com medo de doenças em meio à infestação de mosquitos transmissores de doenças, de animais peçonhentos – aranhas, escorpiões e formigas – baratas e ratos. “Esse depósito de sucatas a céu aberto que inegavelmente é um problema de Saúde Pública é o retrato da omissão das autoridades, da Prefeitura Municipal e do Governo do Estado”, pontuou.

A dona de casa Maria Miusa Moreira da Silva, que reside há 32 anos na Rua Manoel Fernandes Santos, em frente à sede da 20ª Coorpin, apontou à reportagem do JS que a convivência com o depósito de carros e motocicletas sucateados e abandonados tem sido “insuportável, terrível”. Dona Maria Miusa revela já ter feito, pessoalmente, ao Juiz Geni-

Além do pedido que fez pessoalmente ao Juiz da Comarca, Dona Maria Miusa, relata que outros pedidos foram feitos, oficiosamente, a autoridades, por moradores, individualmente, reivindicando a retirada do depósito de veículos da localidade.

Os pedidos, lembra, possivelmente teriam sido responsáveis por uma ação do Estado que retirou os veículos que estavam amontoados nas ruas há cerca de dois anos, mas, lamenta, “tudo voltou ao que era antes, pois tiraram lá de dentro (do pátio da Delegacia) e colocaram novamente nas ruas”, disse, lamentando que

Ouvido pela reportagem do JS, o titular da 20ª Coordenadoria Regional de Polícia Civil do Interior, Delegado Arilano Kleber Medeiros Botelho, reconheceu a gravidade da situação, especificamente de Saúde Pública e os riscos à segurança da população, representada pelo depósito de veículos apreendidos e sucateados no entorno da 20ª Coorpin, “principalmente na atualidade da epidemia que estamos vivendo de Dengue”, afirmou, acrescentando que a questão relativa ao armazenamento ou remoção dos veículos e motocicletas apreendidos não são responsabilidade da Polícia Civil. “Cada veículo desse apreendido, cada motocicleta dessa apreendida, refere-se a um procedimento e é bem apreendido da Justiça, que só a Justiça pode disponibilizar a remoção ou a venda desse veículo”, ponderou.

O titular da 20ª Coorpin anunciou que o Delegado Titular da Delegacia Territorial de Brumado, Bel. Leonardo Souza Soares já teria peticionado à autoridade judicial solicitando providências para remoção dos veículos, tendo sido já liberado a autorização para a transferência de 20 veículos e 60 motocicletas para o Pátio credenciado pelo Detran/BA, localizado na



FOTO: HEMILLY DIAS

Carcaça de carro que foi criminosamente incendiado no “depósito” a céu aberto no entorno da 20ª Coorpin.

valdo Alves Guimarães (Titular da Vara Crime, Júri, Execuções Penais, Infância e Juventude da Comarca de Brumado), durante uma visita do mesmo à 20ª Coorpin, cuja data não soube precisar, um apelo para que o “depósito de veículos e motos sucateados” fosse retirado do local, mas que até hoje, apesar do magistrado ter se mostrado sensível à reivindicação e prometido adotar as providências necessárias,

não tenha sido feita uma ação conjunta, com a participação de toda vizinhança, “para cobrar a retirada desse depósito de carros sucateados daqui”.

Dona Maria Miusa disse que os moradores não tiveram contato com a Vigilância Sanitária e Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde. E justificou afirmando que “é difícil encontrá-los. Quando os Agentes Comunitários vêm nas casas, a gente pede ajuda (para retirada dos carros), mas ninguém faz nada aqui. Nós estamos abandonados, não temos ajuda de ninguém, nem do Poder Público Municipal (Prefeitura Mu-

“o Poder Público não fez absolutamente nada. Estamos esquecidos. Já colocaram fogo em carros ali do lado da Delegacia. Hoje estamos expostos no meio do foco da Dengue”, indigna-se, acrescentando que apesar do “muito dinheiro público destinado ao combate à Dengue, nós estamos expostos e não podemos fazer nada, pois fomos abandonados pelo Poder Público”, reforçou.

nicipal), nem do (Governo) do Estado, em relação a esses carros sucateados nas ruas e nem no combate a esses focos de Dengue. Os Agentes Comunitários batem veneno no pátio da Delegacia, um paliativo, mas nada é resolvido de forma definitiva. O essencial, ninguém faz”, destaca.

Dona Maria Miusa revelou, ainda, que na época das chuvas, ela e o marido usam ferramentas para furar o fundo dos carros, que estão com os vidros quebrados, para escoar a água e evitar a formação de focos de doenças. “É muita água acumulada. A gente tenta fazer alguma coisa”, concluiu.

FOTO: LAILA FARIAS



Delegado titular da 24ª Coordenadoria Regional de Polícia do Interior, Bel. Arilano Kleber Medeiros Botelho.

Rodovia BR-030, no trecho Brumado/Tanhaçu. A partir da liberação pela Justiça, prosseguiu

o Delegado Arilano Botelho, a Coordenadoria Regional de Polícia Civil faz o encaminhamento

(da ordem judicial) para a Corregedoria da Polícia Civil e, "após o Parecer favorável (da Corregedoria) é que realmente esses veículos e motocicletas serão removidos. Mas, posso adiantar, o processo (de remoção) já está bem adiantado porque o Judiciário já determinou, já autorizou a transferência desses ve-

ículos". A expectativa, reforçou o Delegado, é que no prazo de 15, 20 dias, os vinte veículos e as sessenta motocicletas sejam removidos. O Delegado, a princípio, não soube precisar o número de veículos e motocicletas que estão estacionados no entorno da sede da 20ª Cooprin, justificando que grande parte das

apreensões são feitas nos finais de semana e nos municípios jurisdicionados a Coordenadoria de Brumado, mas após fazer um levantamento informou que haviam 397 motocicletas e veículos apreendidos e à disposição da Justiça na área da Delegacia Regional de Brumado.

FOTO: HEMILLY DIAS



Triste realidade do pátio interno da 18ª Circunscrição Regional de Trânsito, no Bairro Santa Teresa.

Outra área, também densamente povoada e onde há risco de focos de doenças, o pátio interno da 18ª Circunscrição Regional de Trânsito (18ª Ciretran), sediada na Avenida Alta Leite de Oliveira, no Bairro Santa Teresa, além de tomado pelo matagal, abriga motocicletas e sucatas de apreendidos.

A reportagem do JS fez contato com o Coordenador da 18ª Circunscrição Regional de Trânsito (18ª Ciretran), Amilcar Lima Gama, através de mensagem de texto pelo Aplicativo WhatsApp (77 99903-**74). Inicialmente o Coordenador disse que responderia aos questionamentos, porém, como estava convalescendo de uma virose, apontou que retornaria o contato para agendar uma entrevista presencial. Desde então, não tendo retornado, também não atendeu ligações e não respondeu

mensagens.

A reportagem do JS tentou, também, ouvir o Coordenador da Vigilância Epidemiológica e Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde, Médico Veterinário Fábio Carvalho Azevedo. No contato feito através do telefone (77 99968-**01), o Coordenador da Vigilância Epidemiológica e Sanitária, ríspido, afirmou que não falaria e nem se envolveria nessa questão (depósito de veículos sucateados a céu aberto). "Isso é com o Delegado, eu sou Veterinário", encerrou.

A reportagem também tentou ouvir o Ministério Público, que tem, em tese, entre suas atribuições o papel fundamental na defesa e na promoção dos direitos e interesses da sociedade, nos quais se enquadra a questão da ameaça à Saúde Pública da população que reside no en-

torno da sedes das Delegacia Regional e Delegacia Territorial de Brumado e da Coordenadoria Regional de Polícia Técnica e do Departamento de Polícia Técnica, que abriga um "cemitério" de veículos apreendidos, sucateados, que estão depositados nas vias públicas a céu aberto.

Em resposta ao contato feito, conforme orientação, através do endereço eletrônico brumado@mpba.mp.br, a Promotora de Justiça Daniela de Almeida, por meio de sua Assessoria, informou que não poderia, neste momento, falar sobre o assunto (depósito de veículos sucateados a céu aberto na área da 20ª Cooprin), alegando que "assumi as atribuições da 3ª PJ (3ª Promotoria de Justiça Regional de Brumado) na data de ontem, 19 de março de 2024, e ainda precisa se inteirar da atual situação do problema narrado".

APURAR. CHECAR. RECHECAR. INFORMAR.

Notícias falsas podem trazer muitos prejuízos para quem lê e compartilha. Desconfie de notícias apelativas, com informações espetaculosas ou que fogem do comum.

Na era da desinformação, o antídoto é uma imprensa comprometida com a verdade!



Wagner Balera

RICARDO VIVEIROS, JORNALISTA, PROFESSOR E ESCRITOR, É DOUTOR EM EDUCAÇÃO, ARTE E HISTÓRIA DA CULTURA; AUTOR, ENTRE OUTROS, DE A VILA QUE DESCOBRIU O BRASIL (GERAÇÃO, 2014), JUSTIÇA SEJA FEITA (SESI-SP, 2017) E MEMÓRIAS DE UM TEMPO OSCURO (CONTEXTO, 2023).

Como são lindos os neoliberais, mas tudo é muito mais

Livros são um prazer. Além do conteúdo, as conexões que provocam com outras obras me gratificam. A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal, de Pierre Dardot e Christian Laval, surpreendeu pela quantidade de referências que me vieram à mente. Como em um caleidoscópio, convidei para “conversar” Friedrich August von Hayek, John Maynard Keynes, Fernando Henrique Cardoso, Michel Foucault, Karl Marx e representantes da Escola de Chicago.

Crítico que sou, a ideia de que há algo sensato em uma sociedade liberal não me convence. O colonialismo foi uma dominação capitalista. Parafraseando Caetano Veloso, “cantarolei como são lindos os neoliberais, mas tudo é muito mais” (Podres poderes, 1984). Fique claro que a “nova razão” dos autores está associada ao novo sentido e à pretensão holística do neoliberalismo. A dominação sobre a economia é só o ponto de partida. Dardot e Laval utilizam complexas análises históricas e sociais, além de outras psicanalíticas, para fundamentar a obra. Talvez, o pensamento que melhor sintetize o neoliberalismo esteja na frase da ex-primeira-ministra inglesa, Margaret Thatcher, “A economia é o método. O objetivo é mudar a alma.”. A ideia assombra, mas faz sentido.

Para os detratores de ideologias, sejam elas quais forem, os intelectuais recorrem à interpretação vanguardista com a precisa fundamentação filosófica de Michel Foucault e Karl Marx, entre outros, com o propósito de revelar o mito neoliberal da objetividade econômica. Neoliberalismo é ideologia, sim, e das mais complexas! A psicanálise é outra ferramenta indispensável para elucidar o problema. Muitos fantasmas e cobranças que ocupam nossa mente vêm dessa “nova razão”. Corpo perfeito, família perfeita e profissional perfeito são idealizações imaginárias que alimentamos sem cuidado. A alienação e a distância que se toma da emancipação humana, proposta por Marx, preocupa.

Na política, a deterioração da democracia parece algo natural nessa nova diretriz. Ao neoliberalismo não importam liberdade e justiça, exceto se estiverem em favor do sistema de dominação e lucro. Políticos, como o estadunidense Donald Trump, conseguem manter a popularidade e podem voltar à Presidência, mesmo após a prática de criminosos atos antidemocráticos. Ainda que a economia seja um pilar importante da avaliação dos cidadãos, questões como xenofobia, discriminação, violência e outras são ignoradas dentro da cultura neoliberal. Está aberto o caminho para discursos totalitários.

Ao contrário do interesse da sociedade, está no consenso que o controle da coisa pública pelo setor privado é a melhor opção. Ou seja, o cidadão prefere não fazer parte da administração dos seus impostos. Assim, além de atestar a própria incapacidade de participação na vida do país, o eleitor afirma que o setor privado — que objetiva o lucro — está mais imbuído de melhores intenções do que o gestor público. A dominação não é só econômica, a “alma” já está comprometida.

Talvez, desenvolvimentistas, como Hayek e Keynes, não tivessem a dimensão do que se tornaria o neoliberalismo. O combate às teorias que privilegiavam iniciativas coletivas e a valorização de ações individuais não acabaria em uma cultura de dominação tão ampla, até psiquiátrica. Isso não estava no horizonte dos representantes da Escola de Chicago, eles pensavam em melhorar a economia. Menos ainda, em Fernando Henrique Cardoso e sua “Teoria da Dependência”, que confrontada com o seu exercício do poder revela a luta entre o pensador e o político. Mas de alguma forma, todas essas teses compõem a base do neoliberalismo real.

A dinâmica da economia funciona com uma complexidade que não é vista pela maioria das pessoas. Ações nas bolsas de valores são movidas ao sabor das especulações. Apenas a minoria consegue avaliar quanto o sistema é invasivo no seu cotidiano. Os que têm boas interpretações da realidade devem contribuir para a construção da liberdade mais plena de todos nós. Nesse sentido, o livro de Dardot e Laval traz a lição: a consciência de que vida humana e suas relações devem estar acima de qualquer interesse econômico.

OBSERVAÇÃO: Os artigos publicados não traduzem a opinião do Jornal do Sudoeste. Sua publicação tem como objetivo estimular o debate de ideias no âmbito político, cultural, científico e social.

Proativa
CONTABILIDADE

15 anos
Atendendo Brumado e Região!

(77) 9 8824 - 9163

(77) 3441 - 1405

@proativacontabil

Relatório “Elas Vivem: liberdade de ser e viver” revela desafios para as mulheres no Brasil dos direitos humanos, da Lei Maria da Penha e da Lei do Feminicídio

Estudo aponta que a Bahia apresentou o maior registro de homicídios de mulheres entre os oito Estados (BA, CE, MA, PA, PE, PI, RJ, SP) monitorados em 2023.



DA REDAÇÃO *

redacao@jornaldosudoeste.com

A quarta edição do Relatório “Elas Vivem: liberdade de ser e viver”, da Rede de Observatórios da Segurança, uma iniciativa do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), divulgado no último dia 7, comprova que, no Brasil dos direitos humanos, das Leis Maria da Penha e do Feminicídio, ainda é difícil ser mulher.

Oito anos após a promulgação da Lei 13.104, de 9 de março de 2015 – Lei do Feminicídio – o assassinato de mulheres em situação de violência doméstica e familiar ou em razão do menosprezo ou discriminação à sua condição aumentaram no país. A Lei do Feminicídio alterou o Código Penal para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, além de incluí-lo no rol dos crimes hediondos.

Segundo o Fórum, no ano de 2023 o total de 1.463 mulheres foram vítimas de feminicídio no Brasil, maior número já registrado desde a tipificação da Lei. Isso representa uma taxa de 1,4 mulher morta para cada grupo de 100 mil habitantes.

No ano anterior, tinham sido 1.440 casos, com a mesma taxa de 1,4 mortes para cada 100 mil habitantes.

Os números revelam que apesar do endurecimento da legislação, a realidade continua a mesma ou ainda mais inquietante. Ameaças, agressões, torturas, ofensas, assédio, feminicídio. A cada 24 horas, ao menos oito mulheres foram vítimas de violência em 2023, em oito dos nove Estados (BA, CE, MA, PA, PE, PI, RJ, SP) monitorados pela Rede de Observatórios da Segurança.

Os dados assustadores do Relatório revelam que, na Bahia, a cada 24 horas, uma mulher sofre algum tipo de violência. No ano passado, foram contabilizados 368 casos de agressão física, feminicídio, homicídio, violência sexual, entre outros.

A pesquisa também mostra que, em comparação com os dados de outros sete Estados (Ceará, Maranhão, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e São Paulo), a Bahia foi a que registrou mais homicídios contra mulheres, com 129 ocorrências — mortes não classificadas como feminicídios. Além disso, houve um aumento de 16,46% nos registros da Rede em relação à pesquisa feita em 2022.

Importante reforçar, infelizmente, os números

ainda podem ser maiores, pois os dados são produzidos a partir de um monitoramento diário que circula nas mídias sobre violência e segurança. “As informações coletadas de diferentes fontes são confrontadas e registradas em um Banco de Dados que posteriormente é revisado e consolidado”, revela trecho da pesquisa.

Diferentemente da pesquisa, que apontou terem sido registrados 70 casos de feminicídio em 2023, no Estado, a Polícia Civil da Bahia contabilizou 107.

Embora ainda inquietantes, os números apresentaram, nos dois primeiros meses deste ano uma redução de 23,1% em comparação com 2023. É o que mostra o Balanço Bimestral da Secretaria de Estado de Segurança da Pública da Bahia, apontando que 10 mulheres foram vítimas de feminicídio nos dois primeiros meses de 2024.

Para repercutir os dados do estudo, o JS ouviu mulheres, de diferentes segmentos da sociedade, que expressaram suas opiniões sobre o que justificaria, apesar do país ter uma importante legislação de proteção à mulher, reconhecidas inclusive internacionalmente, os números apontados no Relatório e sugestões para mudar o cenário.



LUCIANA SANTOS SILVA

Advogada, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil na Bahia, Subseção de Vitória da Conquista

No cenário da Bahia, que reflete também a maior parte dos Estados do Brasil e até os dados brasileiros, o que é que a gente observa? Que embora tenhamos Leis e Leis boas, a exemplo da Lei Maria da Penha e da Lei do Feminicídio, a gente observa que esses índices não caem de forma significativa. Em alguns Estados a gente tem uma redução, em outros Estados, não. Quando a gente fala da violência que é descrita na Lei Maria da Penha como a violência física, a violência psicológica, violência sexual e a violência moral, depois da Lei Maria da Penha, esses números eles aumentam. E aí, qual é a análise que a gente faz? Esses números aumentam e uma das hipóteses é que as mulheres, sabendo dos seus direitos, passem a procurar mais os Órgãos de defesa e aí você acaba criando estatísticas.

Mas, por outro lado, o que a gente observa em relação ao feminicídio? O feminicídio continua alto. Então, não é porque as mulheres estão procurando mais, porque diante do óbito, o que a gente observa é que está tendo efetivamente um número maior de feminicídios ou se não tem um número maior, que também é grave, não tem a queda desses números. E a Bahia vem liderando esse índice no Nordeste, e como eu trouxe anteriormente o número do feminicídio no país, são poucos os Estados, que depois da Lei Maria da Penha e após a Lei Feminicídio, tenham essas taxas mais baixas.

E um dado que eu acho importante é que para as mulheres brancas, o feminicídio diminuiu. Para as mulheres negras, quando a gente olha por Estados, esse número aumenta ou ele se mantém constante. Então, além da questão de combater a violência de gênero, a gente precisa também aliar isso ao combate à questão da discriminação racial.

E por que a gente tem Lei e (os crimes) não caem? Então, no caso da Lei Maria da Penha, daqueles que eu descrevi, eu enten-

do que há uma maior procura e aí gera uma maior estatística. No caso do feminicídio, a gente observa que vem aumentando ou se mantendo constante. Então, disso tudo, até da Lei Maria da Penha, quando a gente observa que há uma estatística maior, então aqueles casos que eram sobre notificados passa a ser notificado, por outro lado, que é que isso mostra para a gente? Que nós mulheres ainda sofremos muita violência e o nome dessa violência é o feminicídio.

Então, a Lei é importante? É. A Lei protege? Sim. A lei sozinha vai resolver isso? Não. Porque que a lei sozinha não resolve? Porque é necessário que haja outras políticas públicas e não só a atuação de uma perspectiva criminal. É necessário a gente pensar na prevenção e é necessário, principalmente, a gente desconstruir essa cultura machista, que é o que sustenta esse número muito grande de violência. Então, às vezes a gente vê, por falta até de informação, de saber o que é, as pessoas sendo contra falar de gênero na Escola. Então, gênero é uma categoria analítica, o que é isso? Ela surge na Academia, no espaço da Universidade, justamente para mostrar que essas diferenças entre homens e mulheres, que existem na sociedade, que nos inferiorizam, elas não são naturais, elas são construídas ao longo da história, reforçada pela cultura e é justamente isso aí que a gente precisa desconstruir para que tenhamos igualdade entre mulheres e homens.

Como mudar o cenário de violência contra a mulher no Brasil?

A gente tem a Constituição Federal de 1988, no Artigo 2º, que fala sobre um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, construir a igualdade entre homens e mulheres. O Artigo 2º fala que não se admite discriminação em razão do sexo e isso é um preceito constitucional tão importante que vem logo nos primeiros Artigos. Ele é um fundamento da República Federativa do Brasil. Nós, enquanto sociedade, aí eu não falo só do Estado, eu falo também da sociedade como um todo, precisamos construir isso, precisamos abraçar essa igualdade.

É uma mudança cultural, quando a gente fala de políticas públicas, e antes das políticas públicas, é necessário que haja essa mudança cultural. Aí a gente se pergunta: como que a gente faz essa mudança cultural? Essa mudança cultural, que não é nada mais do que efetivar o Artigo 2º da Constituição e tantos outros, é tratar as mulheres, nós, mulheres, em todos os espaços que nós estejamos com igualdade.

E aí vem as políticas públicas efetivas, que por exemplo, a gente foi ter nesse ano de 2024, uma Lei que é muito importante, que visa coibir a diferença salarial entre homens e mulheres (Lei 14.611, de 2023). Então, se eu exerço uma função, o homem exerce a mesma, eu ganho a mesma. Ah, essa cultura está dizendo que eu sou inferior, isso vai legitimar, naturalizar muitas vezes violência.

Outro ponto também que a gente precisa discutir muito, além do mercado de trabalho, é a questão que a nossa sociedade, coloca o espaço do lar como sendo o espaço da mulher e aquele espaço é desvalorizado. E ao mesmo tempo, trazendo esses dados que sobre o relatório 'Elas Vivem: liberdade de ser e viver', da Rede de Observatórios de

Segurança, o que a gente observa: a sociedade desde pequenininha com os brinquedos, de casinha, de boneca, fala que aquele lugar é o nosso.

Essa mensagem que é passada, esse lugar desvalorizado, é também um lugar que tem muito trabalho e que é considerado um exercício de amor e não um trabalho, e se faz necessário também que isso seja valorizado. E, por outro lado, é dentro de casa, nessas estatísticas que a gente mais sofre o crime de violência contra a mulher. Não só na Bahia, como também em todos os Estados do Brasil, é necessário ter esse olhar para casa, valorizar o trabalho doméstico. É necessário a gente ter campanhas, como surgiram várias, a partir da Lei Maria da Penha, mostrando quais são as espécies de violência, que todas essas violências, elas não são naturais, elas são crimes. É importante que não só as mulheres, mas que toda a sociedade entenda isso.

O outro ponto é a questão de trabalhar gênero na Escola, porque o gênero, como eu falei anteriormente, é uma categoria analítica que surge nas Universidades; surgem na pesquisa para falar: olha a diferença entre homens e mulheres, porque existem diferenças biológicas, mas as diferenças culturais, as diferenças que nos inferiorizam, que faz a gente ganhar menos, que faz a gente não estar no espaço público.

Vindo mais para o concreto das políticas públicas, o que é que a gente precisa? De mais Creches, para que as mulheres com filhos, além de mais espaços para que possam trabalhar fora, que possa também exercer sua atividade laboral livre de assédio sexual, livre de assédio moral. É necessário que Instituições Públicas e Privadas tenham esse olhar, tenham mecanismos específicos de prevenção e combate a esse tipo de prática que nos afasta dos espaços públicos.

E um outro ponto que eu também acho muito importante para a nossa valorização, porque é necessário primeiro a gente construir a igualdade socialmente, a gente precisa ser vista como igual. Quando a gente for vista como igual, a gente não vai ser como as estatísticas mostram - majoritariamente - as que sofrem os crimes de assédio sexual, assédio, todos os crimes contra a dignidade sexual e a violência doméstica. Então é importante que esses mecanismos se efetivem.

O outro ponto também que eu vejo um descumprimento muito grande no Brasil, e aí eu cito a Bahia também, que nós tivemos o ano passado, a Lei 14.541/23, que determina que as Delegacias de Atendimento à Mulher (Deam), funcionem 24 horas e aqui na Bahia não é cumprido, em vários Estados não é cumprido e a OAB vem cobrando isso de uma forma até insistente. Nós tivemos na semana passada, o Colégio de Presidentes da Ordem dos Advogados do Brasil, que é onde se reúnem todos os presidentes do interior da Bahia, e foi mais uma vez pautada (o cumprimento da Lei 14.541/23). Então essa é uma pauta de Vitória da Conquista específica. Vou citar o nome que o presidente de (da Subseção da OAB) Itabuna, o colega Rui (Rui Carlos Rodrigues Miranda da Silva), levou para o Colégio de Presidentes. Isso é importante, isso é Política Pública, que a Deam funcione 24 horas, que ela funcione também nos feriados.



SÂMALA SILVA SANTOS

Advogada, presidente da Comissão da Mulher e da Mulher Advogada da Subseção Vitória da Conquista da Ordem dos Advogados do Brasil na Bahia

Primeiro a gente precisa pensar, como uma mulher vive dentro da sociedade machista, como o homem enxerga o corpo da mulher, como é que nós estamos pautando os nossos casamentos, os nossos relacionamentos; como é que nós ensinamos nossas filhas, nossas netas sobre o que é o casamento em si? Porque muitas vezes a mulher pode até se perceber num relacionamento abusivo, mas conseguir sair desse ciclo é muito difícil, também por conta da violência, mas por conta do que ela vai enfrentar na sociedade e na Igreja, porque o casamento para Deus, é para sempre, é aquela estrutura indissolúvel.

Para a sociedade, você vai ser mãe solo, você vai enfrentar os desafios de ser uma mãe solteira, criando tantos filhos. Para além disso tudo, a gente precisa também pensar que, mesmo que essa mulher consiga se perceber nesse espaço de ambiente abusivo, do ambiente doméstico abusivo.

A gente ainda pode falar sobre a Bahia. Que o Relatório é alarmante em relação à Bahia, por conta da violência que se destaca no Nordeste, e a Bahia se destaca no Nordeste, infelizmente. Mas assim, a gente precisa pensar que muitas vezes essa mulher não tem a quem socorrer.

Hoje, em Vitória da Conquista, eu falo que a cidade é referência, mas assim, é uma situação que a gente encontra em poucas cidades da Bahia. No último dia 8 de março foi inaugurada de fato a Casa Abrigo. Nós temos aqui em Vitória da Conquista uma Delegacia Especializada (Deam) que por mais que não funcione 24 horas por dia, ela funciona de segunda a sexta-feira em horário comercial e que as mulheres sabem que podem contar

com essa Delegacia Especializada.

Também existe o Centro de Referência Albertino Vasconcelos, a Defensoria Pública, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em Vitória da Conquista, são vários órgãos que essa mulher consegue ir em algum deles e pedir socorro e ser acolhida pela Rede de Atenção e Proteção à Mulher. Mas isso, infelizmente, não acontece em todas as cidades da Bahia. Temos pouquíssimas cidades que possuem Delegacia Especializada, temos pouquíssimas cidades que possuem Centros de Referência para atender essas mulheres vítimas de violência, temos pouquíssimas cidades que tem uma Casa Abrigo. E Vitória da Conquista com esse porte que tem hoje, só recebeu uma Casa Abrigo agora em 2024. Então essa mulher que está vítima de violência, ela se percebe sozinha, sem saber para onde correr.

A importância, por exemplo, da Casa Abrigo para aquela mulher que está em risco de vida mesmo, ter um lugar para que ela consiga ir com seus filhos e se sentir segura, é de suma importância, ter um lugar como esse, mas infelizmente nós não temos em todas as cidades. E eu falo, elogio Vitória da Conquista, mas assim, não é uma cidade perfeita. Por exemplo, a Ronda Maria da Penha que nós temos não cobre a zona rural e nós sabemos que o índice de violência na zona rural é muito grande, até porque os braços da gente, enquanto Rede, não consegue alcançar também essa zona rural. Seria importante ter uma Instituição que consiga de fato trabalhar na zona rural. E aí a gente não consegue dar conta disso tudo.

Por mais que hoje o Governo do Estado trabalhe com a mulher, não mais como Coordenação, mas como a Secretaria de Políticas para as Mulheres, há muito o que caminhar, ainda no sentido de educar, de compreender futuros agressores, no sentido de ir nas Escolas, nas Igrejas, falar sobre violência doméstica e familiar, mas também nesse sentido, de já acolher essa vítima, para que ela não siga no ciclo de violência que nós sabemos, e eu falo para todo mundo que a violência doméstica ela não começa já no tapa na cara, ela começa naquelas pequenas "opiniões" sobre sua roupa, sobre sua família, sobre suas amigas e aí vai crescendo. Nenhuma mulher começa já sendo ameaçada de morte. É preciso que a gente consiga alcançar essas mulheres logo nesse começo de violência, para fazer com que elas consigam se sentir acolhidas nessa Rede de Proteção.

Mas também aqui em Vitória da Conquista tem um grupo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), que tem um grupo reflexivo com os agressores que estão em cumprimento de Medida Protetiva e que eu acho de suma importância que a gente poderia de fato difundir nas outras Comarcas, nos outros Estados, que esse agressor se perceber enquanto agressor, se perceber enquanto um homem que violou o direito à intimidade daquela mulher, para que a reincidência não aconteça, porque não adianta nada punir. Punir por punir vai fazer com que esse homem tenha ainda mais ódio daquela mulher. Então, assim, se ele vai ser preso por três, quatro, cinco anos, no momento que ele sair de lá, ele vai atrás dela, porque seguindo ele, foi ela que colocou ele ali.

Então, a importância de ter um grupo reflexivo também, para que ele se compreenda enquanto agressor e que ele consiga de fato analisar os atos dele e não vir a rescindir não só com aquela mulher, mas com outras mulheres que possam vir a passar pela vida dele, porque nós sabemos porque um homem que faz isso com uma mulher, vai fazer com a próxima, vai fazer com a próxima, vai fazer com todas as mulheres que vêm a seguir.

Então eu acho que assim, caminhamos muito mesmo, com a Lei Maria da Penha, 17 anos dessa Lei inovadora, que é uma Lei que é referenciada por vários outros países. Mas assim, não adianta nós termos uma letra de Lei belíssima se nós não conseguimos colocar na prática o que a Lei prega, e isso também eu falo e insisto em falar que essas dificuldades que nós enfrentamos hoje é porque nós, mulheres, que somos vítimas de violência, não somos nós que decidimos onde essas Leis vão ser aplicadas, no momento em que homens que decidem para onde vai tal investimento, para onde vai tal verba e não direcionada para políticas públicas para as mulheres, nós estamos sendo violadas também. Nossos direitos estão sendo violados no sentido de que nós não temos gestores, vereadores, governadores, presidentes, deputados, que pensam em políticas públicas para as mulheres.

Então, eu sempre acho e falo da importância de nós, mulheres, votarmos em nós mesmas, porque é a partir do voto e a partir do nosso exercício enquanto cidadão, enquanto cidadãs, que a gente consegue de fato, pautar os nossos direitos, buscar pessoas que realmente pensam políticas, políticas públicas para mulheres e não só falem. É importante que essas pessoas de fato pratiquem isso na sua atuação enquanto profissional do Executivo, Legislativo, seja lá o que for. Essas são as várias vertentes que a gente consegue, a olho nu, entender as dificuldades e os erros, para que a gente consiga de fato fechar essas lacunas e fazer com que o direito dessa mulher seja garantido.

Como mudar o cenário de violência contra a mulher no Brasil?

Eu acho que o primeiro passo é realmente você ter pelo menos uma Coordenação, uma Secretaria voltada para Políticas Públicas em cada município, para que nós tenhamos pessoas que realmente pensem em Políticas Públicas para as Mulheres. Uma Secretaria específica, uma Coordenação que seja específica nisso, ela vai conseguir organizar movimentos sociais no sentido de criar ONGs para que essas mulheres sejam alcançadas também nos Bairros, porque muito se fala que a Prefeitura promove, mas as mulheres não buscam, mas é porque também elas não conseguem ter acesso a essa informação.

Então é importante que a gente também consiga fazer com que a informação saia do Bairro para a Prefeitura, por exemplo. Então, fomentar grupo de mulheres, fomentar, nem que seja Grupo de Mulheres Empreendedoras, para que elas conheçam outras mulheres e que outras mulheres deem força para aquela mulher. Então, a importância de ter uma Coordenação, uma Secretaria para Mulheres no município, é muito importante.

Mas quando a gente fala de Segurança

— VIOLÊNCIA CONTRA MULHER —

Pública, nós não podemos deixar de falar sobre a necessidade de ter uma Deam (Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher) em cada cidade, de ter uma Ronda Maria da Penha em cada cidade, porque de nada adianta aquela mulher com a Medida Protetiva na mão, que é se eu não tenho alguém para, de fato, fiscalizar se a Medida Protetiva está funcionando. Porque em outras cidades, aquilo ali é só mais papel. Aquele agressor, só vai ver mais papel.

É totalmente diferente de um Policial Militar ligando: "Olha, senhor fulano, tem uma Medida Protetiva contra o senhor, o senhor não pode se aproximar da senhora tal, há tantos metros, o senhor não pode ter contato com os filhos, o senhor não pode entrar na casa"... isso já muda o cenário da violência doméstica, quando a

mulher tem que avisar para ele, "Olha, eu tenho uma Medida Protetiva contra você", não, isso não deveria nem ser cogitado, mas infelizmente, acontece muito no interior da Bahia, e é nesse interior que, em final de semana, a gente tem notícias de três feminicídios, como acho que foi o mês passado, que aconteceu no final de semana, um 'boom' de três feminicídios de uma vez só, aqui no interior, perto de Vitória da Conquista.

Então, por conta disso também, porque se nós temos uma Secretaria Pública ativa e vigilante em relação a isso, casos como esses vão ser reiterados. Então, para além de políticas públicas de município, de âmbito municipal, nós precisamos ter uma Secretaria de Política, uma Secretaria de Segurança Pública atenta a esses fatos.

Eu acho que todo o crime deve ser sim investigado, mas eu não acredito que todas as forças de Segurança Pública, têm que empreender forças em Crimes Patrimoniais, de Roubo, Furto, mas porque a nossa vida é o nosso bem mais importante, porque se eu não tenho essa vida, acabou, nada mais importa, nada importa se eu tenho casa, se eu tenho carro, nada mais importa.

Então, eu acho que são essas duas coisas mais latentes, ter uma Política Pública Municipal, nem que seja uma Coordenação ou uma Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, e é essa outra vertente mais latente, que seria de fato a formação da Secretaria de Segurança Pública, como o Polícia Civil, Polícia Militar, de fato atuante, em todas as cidades do município.

MARIA JOAQUINA DE ARAÚJO SILVA

Igaporaense, Advogada Especialista em Direito Público

a mulher, precisamos pontuar que ela não adveio da vontade do Legislativo brasileiro, mas sim de uma condenação que o Brasil sofreu na Corte Interamericana de Direitos Humanos. Por essa razão, vê-se que o debate a respeito da violência de gênero no Brasil foi fruto de condenação em uma Corte Internacional, e não de uma vontade legislativa interna.

Dessa forma, observa-se que ainda há muito o que se debater em torno da violência de gênero no País, visto que teses como legítima defesa da honra ou crime passionais frequentemente são utilizadas para justificar situações de violência doméstica e feminicídio, o que faz com que as mulheres vítimas desses crimes não denunciem seus agressores, especialmente porque têm medo de serem desacreditadas. Como exemplo disso, podemos citar os diversos casos em que mulheres vítimas de estupro por jogadores de futebol têm suas versões questionadas pelos

"juízes da internet".

Outros fatores que justificam o baixo índice de denúncias é o medo do agressor, assim como há vítimas que acham que se denunciarem estariam "destruindo a vida do parceiro". Além disso, devido à normalização do assédio sexual, muitas vítimas não se veem em uma situação de assédio.

O sentimento de posse com que muitos veem as mulheres, o que, infelizmente, ainda está enraizado na sociedade brasileira, é algo que fomenta a violência de gênero. Desse modo, embora o tema não seja de simples abordagem, para que haja uma mudança no cenário de baixo índice de denúncias é imprescindível a capacitação dos profissionais da Saúde para identificarem e notificarem compulsoriamente os casos de violência doméstica, assim como os servidores que integram a Segurança Pública e o Poder Judiciário devem ser treinados para evitar uma revitimização das vítimas.



De acordo com a Organização Mundial da Saúde, o Brasil é o quinto país com as maiores taxas de feminicídio. Isso é um dado alarmante, considerando que temos uma das melhores legislações direcionada à proteção da mulher. Em que pese a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) apresente um rol de medidas voltadas ao combate à violência contra

GABRIELA DE DIEGO GARRIDO

Bacharela em Direito, Delegada de Polícia Civil da Secretaria de Estado de Segurança Pública da Bahia, lotada na Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher de Vitória da Conquista

Os dados revelados no Relatório "Elas Vivem: liberdade de ser e viver" da Rede de Observatórios da Segurança mostram a realidade alarmante da violência contra as mulheres no Brasil. Mesmo com uma le-

gislação de proteção à mulher reconhecida internacionalmente, a subnotificação e a falta de efetividade na aplicação das Leis contribuem para os números preocupantes.

Para mudar esse cenário, algumas sugestões podem ser consideradas:

1. Investimento em Educação e Conscientização: Promover campanhas educativas desde cedo para desconstruir estereótipos de gênero e ensinar sobre respeito e igualdade.
2. Fortalecimento da Rede de Atendimento: Garantir que as mulheres tenham acesso a serviços de acolhimento, proteção e apoio psicológico.
3. Aprimoramento na Aplicação da Lei: Garantir que as Leis de Proteção sejam efetivamente aplicadas, punindo os agressores e garantindo a segurança das vítimas.

4. Combate à Subnotificação: Incentivar a denúncia e criar mecanismos seguros para que as vítimas possam reportar os casos de violência.
 5. Capacitação de Profissionais: Treinar profissionais da área de Segurança, Saúde e Assistência Social para lidar com casos de violência contra a mulher de forma sensível e eficaz.
- Essas são apenas algumas sugestões, e a mudança desse cenário requer um esforço conjunto da sociedade, do Governo e das Instituições para garantir a proteção e a dignidade das mulheres no país.



FOTO: ARQUIVO PESSOAL



MAGDA SOUZA BRAGA DAVID

Caetiteense, Advogada e Licenciada em Letras com Especialização em Inglês. Pós-graduada em Linguística Aplicada, Ciências Penais e Direito Processual Civil. Membro da Academia Caetiteense de Letras e Presidente do União Brasil Mulher de Caeté.

ternacionais que visam combater a violência de gênero. No país, atualmente, existe uma ampla rede de Leis que visam a proteção integral da mulher contra qualquer tipo de violência, dentre as quais se destacam as seguintes:

- **Lei Maria da Penha** (Lei nº. 11.340/2006) que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher;
- **Lei do Femicídio** (Lei nº. 13.104/2015), que alterou tanto o Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, quanto Lei nº 8.072/1990, para inseri-lo no rol dos **crimes hediondos**;
- **Lei do Minuto Seguinte** (Lei nº. 12.845/2013) que garante às vítimas de violência sexual atendimento imediato, emergencial, integral e multidisciplinar em todos os Hospitais integrantes da Rede do SUS, com o intuito de controlar e tratar os agravos físicos e psíquicos decorrentes da violência;
- **Lei nº. 10.778/2003** que estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em Serviços de Saúde públicos ou privados;
- **Lei Joanna Maranhão** (Lei nº. 6.719/2009) que prevê, nas hipóteses de crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes, que o prazo para prescrição começará a correr a partir da data em que a vítima completar 18 anos;

- **Lei nº. 12.015/2009** que trata da punição para crimes sexuais (estupro, violação sexual, assédio sexual, favorecimento à prostituição e outras formas de exploração sexual, entre outros);

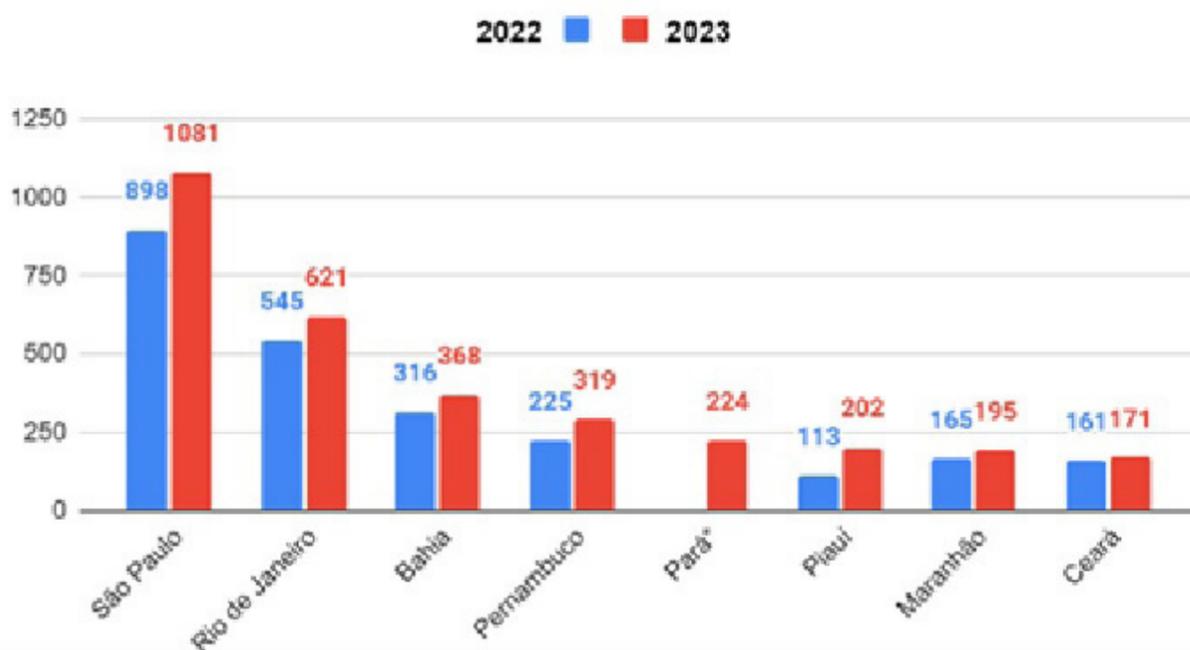
- **Lei da Importunação Sexual** (Lei nº. 13.718/2018) que tipifica os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro e também estabelece causas de aumento de pena para esses crimes;

- **Lei Mariana Ferrer** (Lei nº. 14.245 de 2021) que prevê punição para atos contra a dignidade de vítimas de violência sexual e das testemunhas do processo durante julgamentos;

- **a Lei nº. 14.192/21** que estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher.

No entanto, apesar de uma vasta legislação que busca garantir a mais ampla e completa proteção às mulheres, o que se verifica na prática é o aumento, ano a ano, dos índices indicativos de violência contra a mulher. Os dados divulgados no último 07 de março pela Rede de Observatórios da Segurança, em relação aos Estados que acompanha (BA, CE, MA, PA, PE, PI, RJ e SP), constatou em 2023 o registro de 3.181 mulheres vítimas de violência, um aumento de 22,04% em relação a 2022. Abaixo, é possível verificar, em resumo, os dados por estado:

Eventos de violência contra mulheres - 2022 x 2023



* O Estado não integrava a Rede de Observatórios da Segurança em 2022

Fonte: Rede de Observatórios da Segurança

De acordo com o Relatório, a Bahia registrou 368 casos de violência contra a mulher em 2023 e lidera o número de mortes na região Nordeste, contando com 129 homicídios. Ressalta, ainda, que a Bahia tem 417 municípios e apenas 38 Centros de Atendimento a Mulheres, somente

07 Núcleos Especializados de Atendimento à Mulher (Neams) e uma baixa quantidade de Delegacias Especializadas, o que, segundo o Relatório, "faz com que o Estado permaneça com altos números de feminicídios no Nordeste".

Como explicar, portanto, que, apesar de uma legislação de proteção à mulher e punição ao agressor tão extensa e de relevância internacional, a cada ano se verifica o aumento da violência contra a mulher?

A resposta é simples: "Só Leis não são o suficiente para combater violência contra mulher", é o que afirma a Ministra Maria Elizabeth Rocha, primeira e única ministra do Superior Tribunal Militar. Segundo a Ministra, "As Leis são relevantes na medida em que elas punem o agressor. Mas é preciso antes de tudo investir na Educação das novas gerações para combater este mal que infelizmente acontece em todo o mundo".

A distância entre a letra fria da Lei e a implementação das políticas públicas nelas previstas levam as mulheres à percepção de que o aparato governamental não é capaz de oferecer uma solução para o seu problema, motivo pelo qual muitas não buscam a autoridade policial no momento da agressão.

De fato, a legislação não trata as raízes do problema, aponta apenas a punição para quando a violência já se concretizou. São necessárias e urgentes ações preventivas, que integre uma rede multidisciplinar, envolvendo a Educação, a Cultura, o Judiciário, a Assistência Social e Psicológica, bem como as famílias, para que as novas gerações sejam capazes de interromper os ciclos de violência e modificar toda uma cultura e comportamento arraigados na nossa sociedade.

FOTO: HEMILLY DIAS



ABIARA MEIRA DIAS

brumadense, Advogada Especialista em Direito das Famílias e Sucessões, Secretária Geral da Subseção Brumado da Ordem dos Advogados do Brasil na Bahia e Presidente do Movimento das Mulheres (Move Mulher) em Brumado

A primeira grande dificuldade que encontramos (para responder ao questionamento sobre o que justificaria os dados do Relatório da Rede de Observatórios de Segurança), embora temos de fato uma legislação que tem evoluído muito com relação ao combate da violência de gênero, mas nós precisamos fazer com que essa legislação seja efetivada, seja implementada. Diversos são os fatores que contribuem para continuarmos tendo violência de gênero em índices alarmantes no país e na nossa cidade inclusive, mesmo tendo a legislação protetiva. Não conseguiria abordar todos os fatores que levam a continuidade dessa violência em índices alarmantes, mas eu gostaria de apontar alguns aspectos que são muito importantes para poder tentarmos mudar esses dados. O primeiro aspecto que eu considero de extrema importância é a questão da Educação, tanto de homens quanto de mulheres. De homens para que eles se desfaçam do machismo estrutural, porque estamos inseridos numa sociedade extremamente machista e muitas das vezes os homens não se percebem machistas. Então nós precisamos primeiro realizar um trabalho de Educação para que estes homens se desfaçam do machismo estrutural e possam reconhecer as mulheres numa posição de igualdade e possam também entender que muitos dos atos que são praticados são considerados com violência ainda que não seja aquela violência física, que é a violência mais extrema que nós temos e também precisamos educar as mulheres, para que elas entendem a posição de vítimas que ocupam, uma vez que muitas das mulheres (vítimas de agressões) não conhecem nem os direitos que possuem. Então muitas das vezes não conseguimos que as mulheres denunciem (as agressões) por falta de fato do conhecimento dos seus direitos. Um exemplo nítido disso em Brumado, estando à frente do Movimento das Mulheres há 5 anos, tenho encontrado dificuldade das mulheres se verem detentoras de direitos enquanto mulheres. A violência de gênero não é atrelada somente a violência física. A violência física é a mais extrema, chegando até ao feminicídio. Mas há outras violências que as pessoas não percebem que sofrem e não percebem que tem proteção legislativa para tanto. Por exemplo, há violência patrimonial, violência psicológica, violência obstétrica.

Muitas mulheres relatam no município de Brumado que tiveram histórias tristes no momento do parto, mas não que identificou aquilo como violência obstétrica e não identificam que aquilo tem um arcabouço legislativo que as protege. Precisamos primeiro que as mulheres também sejam educadas, que elas conheçam seus direitos, que elas se apossam dos seus direitos, para que consigam se rebelar contra essa violência. O segundo ponto, que é de extrema importância, é que tenhamos políticas públicas para poder efetivar as Leis, que as Leis não são efetivadas sozinhas, toda Lei não tem uma finalidade apenas de trazer uma sanção, de trazer uma penalidade para quem a descumpre, ela tem também a finalidade de fazer com o Poder Público se movimente para dar cumprimento à aquela Lei para que as pessoas sejam educadas. Se a finalidade da Lei fosse apenas punir nós teríamos uma sociedade completamente desordenada, nós precisamos também que ela traga esse condão do Poder Público implementar Políticas Públicas para poder fazer com que aquela norma que está sendo protegida seja efetivada. E enquanto a política pública, a mulher precisa inicialmente ter uma capacitação, não só educacional, mas também profissional. Muitas mulheres tem dificuldade de obterem ainda (capacitação profissional) e não é que a mulher obtém renda própria não vai ser vítima de violência doméstica, não vai ser vítima de violência de gênero. Temos o caso, por exemplo, de Ana Hickmann, que é uma mulher extremamente independente, tem independência financeira, mas foi vítima de violência doméstica. Mas a mulher que tem renda sai dessa situação (de violência doméstica), passa por uma situação menos difícil do que a mulher que não tem, porque a mulher que não tem renda pensa duas ou três vezes antes de denunciar, porque ela não tem para onde ir. Então nós precisamos primeiro fazer com que estas mulheres também, enquanto política pública, tenham renda, tenham capacidade financeira e tenham educação para que consigam identificar a violência e depois consigam combater essa violência, consigam ter um psicólogo, consigam ter uma casa para onde ir com seus filhos, se sustentar sem aquele marido, porque a mulher que não tem renda e depende do marido é muito difícil ela se livrar do marido.

O segundo ponto é que nós temos que trazer amparo para as mulheres, e além delas terem renda, as que não tem, porque infelizmente não temos uma posição de igualdade social no nosso país, as que não tem (renda), que elas tenham um aparato público para poder ser reinseridas no mercado de trabalho, na sociedade como um todo, após anos de casamento, que as vezes a mulher está ali há 20 ou 30 anos e denuncia ser vítima de violência e não tem para onde ir. Um fato muito marcante na minha vida profissional foi quando eu fui a Delegacia atender um outro cliente e lá eu vi encontrei uma mulher e ela tinha acabado de ser agredida pelo marido. Era uma mulher moradora da zona rural e estava com a perna bem machucada. Eu me ofereci para auxiliá-la, notei o que tinha aconte-

cido e ela disse que o marido a tinha derrubado no chão e passado por cima dela com o cavalo. Perguntei a ela se queria ir para o Hospital e ela disse que não, que estava na Delegacia porque ela não se sentia segura no Hospital, porque ele (marido) poderia ir atrás dela. Então perguntei se ela desejaria que eu a auxiliasse a fazer um Boletim de Ocorrência e para meu espanto ela também disse que não. Quando eu perguntei o porquê dela estar dentro da Delegacia, ela respondeu que só estava lá (na Delegacia) esperando (o efeito da) bebida dele passar e a raiva dele passar para poder voltar para casa. Disse, ainda, que não tinha ambiente no qual se sentia mais segura do que na própria Delegacia. Tentei convencer a mulher a registrar o Boletim de Ocorrência, se livrar daquela violência e ela me disse: "Doutora, eu tenho três filhos, eu vou pra onde?". E eu, infelizmente, não tinha a resposta para poder dar para aquela mulher. Como é que ela iria denunciar e iria voltar para casa? Ou ainda que ele fosse afastado do lar, ela não teria a garantia da segurança que ele não voltaria mais, que não a matasse e fugisse. Como? Várias mulheres sofrem por isso. Então, dali surgiu um importante projeto que nós pretendemos implementar em Brumado que é a Casa de Acolhimento à Mulher, para que essa mulher (que sofre violência doméstica) saia do Neam (Núcleo de Atendimento Especializado à Mulher), e nós pretendemos desenvolver esforços para trazer para Brumado a Deam (Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher), que ela saia dessa denúncia, dessa lavratura de Boletim de Ocorrência já com um lugar para ficar, para que ela seja reinserida ali, junto com os filhos, e tenha emprego, tenha um apoio psicológico, consiga se livrar dessa violência.

Outra questão muito importante também é que apesar de termos Leis, nem sempre as Leis são cumpridas, muitas vezes não são cumpridas pelo próprio Poder Público, nós temos o exemplo aqui em Brumado da criação do Conselho Municipal da Mulher, já foi aprovado na Câmara Municipal, o prefeito já sancionou a Lei, que é de extrema importância para que possamos efetivar as políticas públicas no município, para que o Estado, a partir desse Conselho, envie políticas públicas para cidade, mas infelizmente o gestor não deu continuidade para efetivar a Lei, porque sequer nomeou ou empossou as pessoas que deveriam integrar o Comitê, uma ação simples que o prefeito faz por meio de uma publicação no Diário Oficial do Município e que não foi feito até hoje. Nós temos, por exemplo, uma Lei de 2005 que trata que toda mulher gestante tem o direito de ser acompanhada por qualquer pessoa que ela escolher no parto. Quando nós começamos o Move Mulher em Brumado, há 5 anos, uma das primeiras denúncias de violações de direitos que nós recebemos foi contra o Hospital de Brumado, que estava impedindo que gestantes tivessem direito a acompanhantes do sexo masculino, sob o argumento de que se entrasse um homem para acompanhar uma gestante iria atrapalhar a privacidade de outras gestantes, porque as mulheres pariam na mesma Sala. Resultado, muitos

pais aqui (em Brumado) não viram seus filhos nascerem, muitas mulheres que estão dentro de casa, que a maior segurança que tem são seus maridos, são seus esposos, são os pais dos seus filhos, não tiveram sua presença no momento do parto e isso é uma violência contra a mulher. Não é porque o Hospital não tem estrutura que a mulher tenha que sofrer nos momentos mais importantes da vida dela. Que o Hospital então disponibilizasse mais Salas. Portanto, tínhamos uma Lei Federal de 2005 que em 2019 que estava sendo descumprida. Nós precisamos ir até o Ministério Público, 14 anos depois de promulgada a Lei, para poder fazer com que uma Lei fosse cumprida. Então, os entraves maiores que eu considero para o cumprimento das Leis (de proteção à mulher), realmente, são a falta de políticas públicas, não só a nível nacional, como nos municípios. Quando vamos para nossa realidade aqui em Brumado, nós estamos muito vulneráveis com relação à políticas públicas para as mulheres. Eu chego a dizer que a Administração Municipal (em Brumado) tem praticamente zero políticas públicas complementares em prol das mulheres, e se nós temos políticas públicas complementares em prol das mulheres, essas decorrem dos movimentos sociais, feito pelas mulheres e de outras mulheres que ocupam o espaço de poder, porque se fossemos depender do Governo Municipal, estaríamos num cenário ainda mais alarmante de violência aqui em Brumado. Com o Neam nós tivemos muitos avanços, as mulheres têm um ambiente mais apoiador para poder denunciar, com uma estrutura bem confortável para as mulheres denunciarem, só o fato de não terem que ir à Delegacia, de serem ouvidas por mulheres é outro avanço, mas infelizmente os casos estão subnotificados, acredito que nem a metade das mulheres que sofrem violência domésticas vão denunciar.

O Neam hoje está fazendo um excelente trabalho, comandado pela Dr^a Ellen, mas nós pretendemos que esse Núcleo de Atendimento Especializado a Mulher seja transformado em uma Deam (Delegacia Especializada de a maior para que possamos processar esses casos e, a partir daí, viabilizar outros projetos, como Escuta Humanizada. Hoje, mulher é

ouvida e relata a violência para a autoridade policial, depois para o Juiz e depois para o Ministério público, e acaba se revitimizando, na medida em que é obrigada a sofrer por ter que lembrar por tudo que ela passou por mais de uma vez. Muitas dessas mulheres, no terceiro depoimento, contando a mesma história, estão aos prantos. (O Escuta Humanizada) É um projeto que nós pretendemos instalar aqui em Brumado para fazer com que a mulher seja ouvida uma única vez, pelo Promotor de Justiça, pelo Juiz e pela Delegada e essa mulher não seja revitimizada várias vezes. Tivemos casos aqui de uma mulher chegar na Delegacia e ser questionada o que teria feito para poder sofrer violência física, como se tivesse justificativa para qualquer tipo de violência física. Os índices de feminicídio em Brumado também são altos, volta e meia nós temos, a morte da mulher pela condição de ser mulher. E nós precisamos combater isso urgentemente, com políticas públicas. E temos de olhar para a situação da mulher da zona rural, nós temos uma extensa zona rural, temos localidades que pertencem a Brumado que ficam a mais de 70 km de distância da sede, como por exemplo Curralinho, que fica mais perto de Tanhaçu do que daqui da sede de Brumado. Nesse caso, você pensa que uma mulher que está a 70 km de estrada de chão vai sair à noite para poder denunciar? Não vai sair, ela vai correr para casa do vizinho, vai ter a sorte dele acolhê-la para poder retornar para casa no outro dia e esconder a situação de violência. A mulher da zona rural também preocupa muito. A violência de gênero é um tema muito amplo, são todas as violências que a mulher sofre pela condição de ser mulher. Quando tratamos de violência obstétrica, por exemplo, a mulher da zona rural é muito mais desamparada, porque ela está a 70 km de distância da sede, ela sente a dor do parto, ela não tem carro para poder trazer até aqui, se ela não tiver um dinheiro para poder pagar 100, 150 reais de um carro particular que ela dê sorte que encontre na madrugada, ela não vai ter nem apoio e sabe-se Deus se ela vai ter tempo de chegar aqui (no Hospital Municipal) para poder parir. Então nós pre-

tendemos também instalar nos Distritos, Casas de Parto, para que nós Distritos próximos elas tenham apoio para poder parir, elas tenham algum apoio para não sofrer violência obstétrica. Então é isso, as violências são das mais variadas, quando tratamos de violência de gênero nós tratamos de toda a violência que a mulher pode sofrer pela condição de ser mulher e acredito que a sociedade tenha avançado no sentido de perceber que temos essas violências. A mulher, e eu falo isso por mim, quando eu era criança eu já ouvia sobre algumas violências de gênero, mas eu não identificava como violência de gênero. Supervalorização do corpo feminino, as propagandas que as mulheres eram expostas junto com cerveja como troféus e a mulher era praticamente obrigada a tentar seguir um padrão de beleza, que se ela não estivesse dentro, ela se culparia e aí desenvolveria vários transtornos. A mulher que é vista como objeto sexual, a mulher que está entrando na puberdade, está passando em frente de um grupo de homens na rua e a depender tem que se preocupar com a roupa que está usando, como é que está andando, para aquele grupo não a assediar em público. A mulher que quando chega num ambiente de trabalho tem que se preocupar como fala com o chefe, muitas das vezes para ele não entender que ela esteja, talvez, querendo uma relação afetiva, ou tem que contornar a situação para poder se esquivar de um assédio que pode levar ao desemprego. Situações normais quando éramos, a cerca de 15 anos, quando eu estava iniciando adolescência, tidos como comportamentos normais, normalizados pela sociedade. Nós estamos evoluindo para entender de forma educacional que isso é violência. E a Lei tem evoluído com relação a isso, mas nós só conseguiremos dar cumprimento à Lei, primeiro, se as mulheres forem educadas para entender a situação de violência, e segundo, se tivermos políticas públicas para poder combatê-las, porque a Lei, escrita, no papel, dá um aparato normativo, mas a política pública é que vai fazer a diferença para que essa mulher não venha se revitimizada e que não venha a sofrer violências. E caso sofra violência, tenha recursos para poder se livrar dela.

FOTO: VINICIUS CAIRES/ARQUIVO JS



ELLEN MARA LAGES NEIVA PIEROTE

Bacharela em Direito, Delegada de Polícia Civil da Secretaria de Estado de Segurança Pública da Bahia, titular do Núcleo Especializado de Atendimento à Mulher de Brumado.

as mulheres por seu gênero. Nossa cultura não valoriza a mulher como um sujeito de direitos. E essa mesma sociedade que ainda incita a violência é a mesma que tem papel de grande relevância na proteção da mulher. Precisamos cada vez mais combatemos a violência, encarando-a como papel de cada um.

As pessoas naturalizam a violência contra mulher e não observam que, no dia a dia, em pequenos atos, mulheres são vítimas de violência, discriminação e discursos de ódio apenas pelo fato de serem mulheres. É comum que meninas tenham tarefas domésticas diferenciadas de meninos numa mesma família; é comum que mulheres, mesmo em cargos de poder, sejam assediadas da forma que homens não são; é considerado "normal" que um homem sinta ciúmes de sua mulher e impeça determinadas condutas. É

comum que vítimas de violência sejam questionadas nas suas atitudes quando, na verdade, são vítimas. A questão é tão complexa e tão profundamente enraizada na sociedade brasileira, que levaremos décadas e décadas de desconstrução de rígidos estereótipos de gênero para formar uma sociedade mais equânime para homens e mulheres. É nossa grande responsabilidade, de toda sociedade, trabalharmos na educação de meninos e meninas, para que se compreendam como pessoas humanas dignas e que merecem e devem respeito entre si.

O Brasil é o quinto país do mundo que mais mata mulheres. É uma estatística vergonhosa para o nosso país. A música, o cinema, as manifestações em rede sociais, as propagandas em meios de comunicação reforçam a ideia de "objetificação" da mulher, que não é vista como uma pessoa, mas

Entendo que a grande causa da violência está no machismo estruturante. Essa desigualdade de gênero estrutural, essa cultura que trata com desigualdade, que subjuga

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

como um objeto, um corpo a ser utilizado, consumido e, quando não serve mais, descartado. Pode parecer exagero, mas quando estudamos a respeito de criminologia e violência nos corpos das mulheres vítimas de feminicídio, observamos como os ofensores atacam as zonas do corpo feminino mais ligadas a feminilidade, como seios, ventre, áreas sexuais, rosto, sempre de uma forma a mostrar seu ódio ao corpo da mulher.

Entendo que os números tenham aumentado de fato também porque as mulheres têm se reconhecido detentoras de direitos, o que fez com que a subnotificação fosse diminuída. E porque tem sido dada maior visibilidade pelos meios de comunicação ao tema da violência contra as mulheres. Atualmente, vários meios de comunicação têm produzido matérias jornalísticas mais aprofundadas a respeito do tema, sendo muito comum nos telejornais histórias de mulheres que sofreram violência, que acionaram o Sistema Judiciário e que foram protegidas efetivamente e que conseguiram sair do ciclo de violência, o que estimula outras mulheres a procurarem auxílio.

Trata-se da crença na efetividade da Lei, que faz com que mulheres antes submetidas a violência, caladas e silenciosas, venham a procurar ajuda. É importante destacar que, com a entrada em vigor da Lei 13.105/2015, que tipificou o crime de feminicídio, foi possível obter dados mais fidedignos a respeito das tentativas e das mortes violentas de mulheres. Antes, quando o crime envolvia

a violência de gênero, as estatísticas baseavam-se apenas em uma qualificadora para o motivo fútil, torpe ou cruel, o que se misturava a tantas outras violências cometidas, impedindo que tivéssemos a real dimensão da estatística.

Entendo ainda, como profissional do Direito, que a melhor forma de combater a violência seja através da denúncia ao Sistema de Justiça. As pesquisas evidenciam que a violência que as mulheres sofrem, em regra, tendem a aumentar ao longo do relacionamento numa espiral de conflito. Quando a mulher aciona o Sistema de Justiça, ela mostra para o agressor/ofensor o seu descontentamento e que ela vai buscar proteção, com intuito de colocar fim ao ciclo da violência. Muitas mulheres procuram o Sistema, registram o BO, recebem a Medida Protetiva e depois de algum tempo, com as intervenções promovidas pelo próprio Sistema em obediência à Lei, como grupo reflexivo para homens ou grupo de empoderamento para mulheres, ou encaminhamentos à Rede de Saúde, essas mulheres querem voltar aos relacionamentos e elas informam em juízo que a situação melhorou muito e que já não são mais vítimas de violência. Portanto, procurar a Justiça não significa, em última instância, que aquele casal vai ficar separado para sempre. O casal pode se reconciliar tempos depois, mas as partes estarão mais conscientizadas e com melhores condições de resolver seus conflitos sem uso de violência, mas na base do

diálogo. É corriqueiro que homens, ao final do trabalho no grupo reflexivo de homens, digam que gostariam muito de ter recebido todas aquelas informações (contrárias a todo o sistema cultural em que estiveram inseridos) antes de dar início as violências ou que tais deveriam ser passadas para todas as pessoas, não apenas autores de violência.

E, a longo prazo, creio que a melhor forma de prevenção certamente está na educação, com a formação de meninas e meninos baseada em equidade de gênero, sem discriminações e vedações às meninas. Permitir que meninas brinquem tanto quanto meninos, que não atribua somente à menina as tarefas domésticas, o cuidado e submissão. As medidas judiciais são tomadas para evitar a ocorrência de violências mais graves ou letais, mas sempre para os casos de violência já cometidos. Para evitar que meninas e mulheres continuem sendo vítimas, precisamos que meninos e homens também participem da discussão e que busquemos novas formas de masculinidades, não focadas em agressividade, violência e negação a tudo que é feminino, como temos hoje. Toda essa polarização política também tem um papel negativo.

Portanto, educar melhor nossas crianças na esperança de um mundo mais igualitário, será a longo prazo, reconhecidamente a melhor forma viável para banirmos a violência não só de gênero, mas como um todo, fazendo-nos respeitar e respeitando o outro.

COLABORARAM:

GABRIELA COSTA MATIAS
jornalismo@jornaldosudoeste.com

GABRIELA DE OLIVEIRA JESUS
jornalismo@jornaldosudoeste.com

HEMILLY DIAS
jornalismo@jornaldosudoeste.com

LUCIMAR ALMEIDA DA SILVA
lucimaralmeidajs@gmail.com

**APURAR. CHECAR.
RECHECAR. INFORMAR.**

Notícias falsas podem trazer muitos prejuízos para quem lê e compartilha. Desconfie de notícias apelativas, com informações espetaculosas ou que fogem do comum.

Na era da desinformação, o antídoto é uma imprensa comprometida com a verdade!

Mulheres em situação de violência: O ciclo que envolve família e sociedade para garantia do direito à vida

GABRIELA MATIAS

jornalismo@jornaldosudoeste.com

Durante o 1º Encontro da Rede Municipal de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres de Vitória da Conquista, realizado pela Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, através da Secretaria Municipal de Política para Mulheres, em parceria com o Centro de Referência da Mulher Albertina Vasconcelos e com a Sala da Mulher Empreendedora, nos últimos dias 13 e 14, autoridades e representantes de Instituições Públicas que atuam em defesa das vítimas de violência doméstica, levantaram discussões para a proteção e prevenção de mulheres em ciclo violento, a partir de mudanças significativas na sociedade.

Durante os dois dias do evento realizado no Auditório Lúcia Dórea do Centro Municipal de Atenção Especializada de Vitória da Conquista (Cemae), os debates envolveram o alerta para a identificação e ação preventiva das diversas formas de violências contra as mulheres, abordagens de questões raciais e sociais que agravam o ciclo violento e as medidas que devem ser adotadas para a proteção da vítima de violência de gênero.

Em sua intervenção, a Delegada titular da Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher (Deam) de Vitória da Conquista, Christie Correia Santos, ressaltou que na maior parte dos casos de violência contra mulher, o primeiro acesso da vítima a Rede de Proteção, começa com a Polícia Civil, que precisa estar capacitada e sensibilizada para lidar, de forma adequada, com as questões de gênero e violência contra a mulher, para garantir o acolhimento e a proteção necessárias às vítimas. Pontuou ainda a importância do fortalecimento da Rede de Combate à Violência Contra a Mulher, de forma que as vítimas possam ter acesso aos serviços de proteção e Justiça, contribuindo para a prevenção e o combate a esse tipo de violência. Para a Delegada Christie Correia Santos, é fundamental que todos



Entre as autoridades e representantes de Instituições Públicas participantes do 1º Encontro da Rede Municipal de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres de Vitória da Conquista, a Defensora Pública Estadual da 13ª Defensoria Pública Regional da Família e Violência Doméstica/Defesa da Mulher Maiara Pereira Lima Salles; a Coordenadora de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres da Secretaria de Políticas para Mulheres de Vitória da Conquista, Nádia Cardoso, e a presidente da Comissão da Mulher e da Mulher Advogada da Subseção da OAB e do Conselho da Mulher de Vitória da Conquista, advogada Sâmala Silva Santos.

os Órgãos e Instituições envolvidos trabalhem de forma integrada e coordenada, visando a garantia dos direitos das mulheres e o enfrentamento da cultura machista e discriminatória que perpetua a violência de gênero. A Delegada titular da Deam reforçou que os

órgãos de Segurança Pública – Polícias Militar e Civil – são a porta de entrada, o primeiro acesso da mulher vítima de violência, onde são feitos os registros, abertos os procedimentos (Inquérito Policial), que são encaminhados ao Judiciário e, muitas vezes, à De-

fensoria Pública e ao Ministério Público para, a partir de então, serem adotadas as medidas protetivas contra o agressor e garantido o atendimento à vítima dentro da Rede de Proteção, que incluem Serviços Públicos de Assistência Social e Saúde.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

A Delegada destacou a inauguração, no último dia 8, da Casa Rosa, espaço municipal destinado a acolher e abrigar mulheres vítimas de violência doméstica, temporariamente, quando solicitado pela Rede de Proteção do município, composta pela Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher (Deam), Centro de Referência da Mulher Albertina Vasconcelos (Crav) e as 1ª e 2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca.

Durante o evento foi reforçado que apesar da ação conjunta de Instituições Públicas voltadas para garantir a proteção à mulher em situação de violência, no Brasil, existe a urgência sobre ações preventivas que promovam conscientização social sobre o respeito ao corpo da mulher, especialmente às mulheres negras. De acordo com a pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, realizada pelo Instituto Datafolha para o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2023, mulheres pretas e pardas (negras) sofreram mais situações de violência de gênero, sejam elas físicas ou psicológicas.

Delegadas da Polícia Civil da Bahia lotadas na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam), Ticiane Vasconcelos e Christie Correia.



Tabela 12: Vitimização de mulheres nos últimos 12 meses, por raça/cor.

	Raça/cor				
	Branca	Negra (Preta+Parda)	Preta	Parda	Outras
FOI VÍTIMA DE VIOLÊNCIA OU AGRESSÃO NOS ÚLTIMOS 12 MESES	26,3	29,9	30,0	29,8	22,1
Insulto, humilhação ou xingamento (Ofensa verbal)	21,7	23,7	26,0	22,8	12,8
Amedrontamento ou perseguição	12,8	13,9	15,0	13,5	13,0
Ameaça de apanhar, empurrar ou chutar	11,4	13,0	10,8	13,8	9,8
Batida, empurrão ou chute	8,2	13,1	12,4	13,3	4,6
Ofensa sexual ou tentativa forçada de manter relação sexual (algumas vezes as pessoas agarram, tocam ou agredem fisicamente e verbalmente outras pessoas por motivos sexuais)	9,2	8,4	9,0	8,2	9,6
Espancamento ou tentativa de estrangulamento	3,6	6,3	4,2	7,1	
Ameaça com faca ou arma de fogo	3,8	6,2	4,9	6,7	4,8
Lesão provocada por algum objeto que lhe foi atirado	2,9	4,6	2,1	5,6	3,1
Esfaqueamento ou tiro	0,8	2,0	1,3	2,2	
Outro tipo	0,6	0,5	0,6	0,5	
NÃO FOI VÍTIMA DE VIOLÊNCIA OU AGRESSÃO	72,3	69,6	69,2	69,7	77,9
RECUSA	1,4	0,5	0,8	0,4	

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, edição 4, 2023. Só mulheres, resposta estimulada e única, em %.

A Defensora Pública Estadual da 13ª Defensoria Pública Regional da Família e Violência Doméstica/ Defesa da Mulher (vítima) de Vitória da Conquista, Maiara Pereira Lima Salles, pontuou durante o 1º Encontro da Rede Municipal de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres, que o racismo é o fator predominante para o maior índice nas situações de violência contra a mulher ter como principais vítimas as mulheres pretas e pardas. Isso se manifesta, segundo apontou a Defensora Pública Estadual, de diversas formas, desde a objetificação do corpo da mulher negra até a desvalorização de sua identidade e cultura. Para a Defensora Pública, essa discriminação, que ainda reflete o período da Escravidão, quando as mulheres negras eram tratadas como mercadoria, faz com que nos dias de hoje, essas mulheres sofram dupla violação do corpo, pelo seu gênero e pela sua cor de pele. "As mulheres negras sofrem essa violência nos lares e também fora de casa. Porque se as mulheres negras fo-

ram desumanizadas, se elas foram postas em pelourinhos e açoitadas, a gente hoje, naturaliza que essas mulheres apanhem, também na rua", opinou.

Já a presidente da Comissão da Mulher e da Mulher Advogada e do Conselho da Mulher de Vitória da Conquista, a advogada Sâmala Silva Santos, em sua intervenção, apontou que a oferta de acolhimento, principalmente das que têm filhos, é uma das medidas que precisam ser priorizadas como forma de colaborar com a redução do ciclo de violência, principalmente da violência doméstica, quando há maior dependência do agressor. É preciso, enfatizou a Advogada, apoiar e fortalecer a Rede de Proteção e Assistência às Vítimas, de forma a promover alternativas que assegurem que também seja rompida a dependência financeira, considerando que na maioria das vezes, essa dependência financeira do agressor é um dos fatores que mantém as mulheres em situação de violência. "Muitas ve-

zes a mulher que consegue romper o ciclo de violência doméstica e familiar e se encontra em outra situação de violência: como uma mãe vai romper o ciclo de violência, se naquele Bairro específico, não tem uma Creche para deixar o filho durante o dia para que ela possa conseguir sair para trabalhar, para conseguir ter, de fato, o seu patrimônio, para ela conseguir se desvencilhar da dependência econômica?", explanou.

A pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, publicada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, traz o dado preocupante e que precisa ser objeto de uma reflexão, ao constatar que 45% das mulheres que participaram da pesquisa, não fizeram nada em relação a violência que sofreram, evidenciando a necessidade urgente de conscientização, apoio e, principalmente, de políticas públicas efetivas para proteção e promoção da sua emancipação, além, evidentemente, da responsabilização dos agressores.

Tabela 17: Atitude em relação a essa agressão mais grave sofrida nos últimos 12 meses. Série histórica, 2017-2023.

	PESQUISA 2017	PESQUISA 2019	PESQUISA 2021	PESQUISA 2023
Procurou ajuda da família	13,0	15,0	21,6	17,3
Procurou ajuda dos amigos	12,0	10,0	12,8	15,6
Denunciou em uma Delegacia da Mulher	11,0	10,0	11,8	14,0
Denunciou em uma delegacia comum	10,0	8,0	7,5	8,5
Procurou a Igreja	5,0	8,0	8,2	3,0
Ligou para a Polícia Militar no 190	3,0	5,0	7,1	4,8
Ligou para a Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180)	1,0	1,0	2,1	1,6
Não fez nada	52,0	52,0	44,9	45,0
Denunciou à Polícia através de um registro eletrônico			1,8	1,7
Procurou uma associação ou entidade de proteção à Mulher (ONG)			1,9	0,5

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, edições 1, 2, 3 e 4; 2017, 2019, 2021 e 2023. Só mulheres.

Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil - 4ª edição - 2023. Tabela 17: Atitude em relação a essa agressão mais grave sofrida nos últimos 12 meses. Série histórica - 2017-2023. Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Outro dado preocupante revelado pela pesquisa, que vai de encontro às ações de combate à violência contra a mulher que estariam sendo realizadas por Instituições Públicas, é que vítimas de violência de gênero estão distantes da Rede de Proteção à Mulher no Brasil.

Nesse sentido, a Advogada Sâmala Silva

Santos, trouxe ao debate do 1º Encontro da Rede Municipal de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres, que é preciso para a efetiva garantia da liberdade da mulher debater e implementar suporte à Rede de Proteção que assegure as mínimas condições para que possa sobreviver e romper a dependência financeira do agressor. "Nós devemos ques-

tionar o que falta para que esta mulher que está neste ciclo de violência, consiga romper e consiga viver de fato, de forma plena. Não sobreviver, passando fome, passando frio, morar em qualquer lugar [...] tudo isso nós precisamos pensar. Pensar políticas públicas para as mulheres, na sua forma integral", reforçou a Advogada.

CREDIBILIDADE

Js.

Mais que uma conquista
Um voto de confiança que renovamos todos os dias nos últimos
25 anos

Dois terços das mulheres assassinadas com armas de fogo são negras

Pesquisa foi feita com registros do Ministério da Saúde em 2022

FOTO: FREEPICK



DANIEL MELLO - AGÊNCIA BRASIL/SÃO PAULO

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/>

São negras 68,3% das mulheres assassinadas com armas de fogo no Brasil, segundo a pesquisa O Papel da Arma de Fogo na Violência Contra a Mulher do Instituto Sou da Paz. O estudo foi elaborado a partir dos registros de mortes violentas do Ministério da Saúde em 2022 e também da série histórica até 2012.

Em média, morrem, segundo a pesquisa, 2,2 mil mulheres baleadas todos os anos, o que representa cerca de metade dos assassinatos de mulheres no país. Em 2022, 60% das vítimas femininas dos 1,9 mil homicídios registrados no ano tinham entre 20 e 39 anos de idade.

Em 27% dos casos de mulheres mortas por armas de fogo, o crime ocorreu dentro da própria casa da vítima. Entre as mulheres não negras o índice fica em 34%. Entre os homens mortos por ferimentos à bala, apenas 12% dos casos fo-

ram na residência da vítima.

Nos casos em que não chegam a morte da vítima, em ao menos 25% há a suspeita de que o agressor estava sob a influência de bebidas alcoólicas. O percentual chega a 35% nas situações ocorridas dentro de casa. No entanto, em 45% das notificações não há a informação se o agressor havia bebido ou não, o que pode ocultar uma taxa ainda maior.

A partir dos dados, o estudo afirma que "as armas de fogo são um fator de risco de violência, especialmente a violência homicida". Segundo as conclusões da pesquisa, esse tipo de armamento eleva o risco de morte em casos de violência doméstica ou relacionada a relações afetivas.

O estudo destaca ainda que 43% das mulheres assassinadas por armas de fogo, em 2022, foram mortas por uma pessoa próxima, como

parceiros íntimos, amigos e familiares. "Em um terço dos casos a vítima já tinha sofrido outros episódios de violência", acrescenta a pesquisa.

A pesquisa destaca a necessidade de atenção às vítimas que sobrevivem a agressões, devido à tendência de repetição da violência.

Para buscar reduzir os assassinatos de mulheres, a pesquisa lembra que desde 2021 foi instituído por lei o Formulário Nacional de Avaliação de Risco de Violência Doméstica e contra a Mulher. O procedimento foi criado para identificar fatores de risco e subsidiar as decisões do Judiciário para proteção das vítimas. Entre os itens de avaliação está a existência de ameaça anterior com armas de fogo ou o acesso do agressor a esse tipo de armamento. Nesses casos, a classificação de risco deve ser do grau mais alto.



CONSULTORIA E ASSESSORIA MUNICIPAL

Ação e Organização a serviço da Administração Pública

End.: Av. Jesiel Norberto, 367 - Candeias

Tel.: (77) 3424-6429

Vitória da Conquista - BA

Ministério Público Federal emite Recomendação Prévia para proteção da Comunidade Tradicional Taquari dos Fialhos, em Licínio de Almeida

Ação visa salvaguardar direitos e Território da Comunidade Taquaril dos Fialhos frente a impactos da mineração

DA REDAÇÃO *

redacao@jornaldosudoeste.com

O Ministério Público Federal na Bahia, através do Procurador da República Marcos André Carneiro Silva, emitiu no último mês de março, Recomendação Preventiva em defesa dos direitos humanos e fundamentais dos moradores da Comunidade Tradicional de Taquaril dos Fialhos, localizado na zona rural de Licínio de Almeida. O Procurador da República acompanha o caso por meio do Inquérito Civil nº 1.14.009.000059/2020-29, instaurado para apurar possíveis impactos ocasionados pela exploração mineral na Comunidade de Taquaril dos Fialhos.

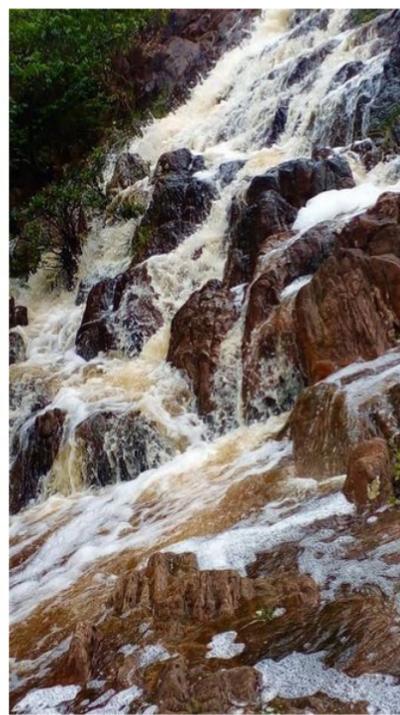
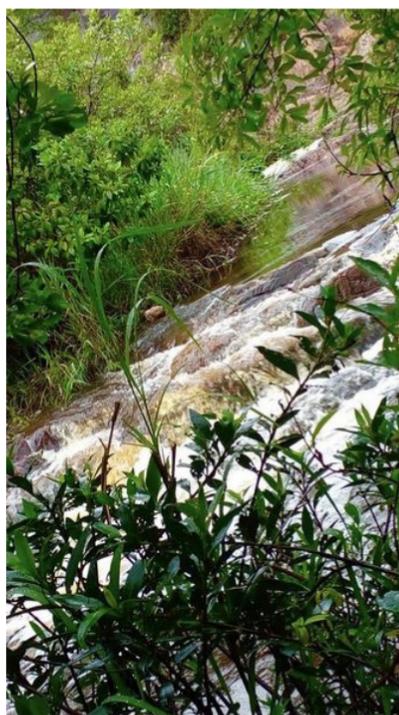
Território com rica e diversificada fauna e flora, além de terra fértil e uma vasta disponibilidade hídrica, com onze nascentes na Serra do Salto, os moradores da Comunidade de Taquaril dos Fialhos, instalada a cerca de cem anos, sobrevive da agricultura familiar, cultivando frutas, hortaliças, legumes e criando pequenos animais.

Nos últimos anos, no entanto, a existência da Comunidade está em risco, desde que foram realizados os primeiros estudos técnicos que identificaram a existência de um grande potencial mineral nas terras.

Foi considerando os riscos que a atividade minerária representa para a Comunidade e a biodiversidade do Território que justificou a intervenção do Ministério Público Federal. Para o Procurador da República Marcos André Carneiro Silva, que subscreveu a Recomendação Preventiva, a manifestação se faz necessária para que sejam cumpridos os termos previstos na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que prevê a realização de consulta prévia, livre e informada, evitando dessa forma que as atividades minerárias possam afetar diretamente a Comunidade e o ecossistema.

Na Recomendação Prévia, o Procurador da República reforça que o Território desempenha um papel significativo em termos de cultura, história e sustentabilidade, além de possuir uma história de vida sustentável e coletiva que se estende por pelo menos cinco gerações, que praticam um modelo de produção que valoriza o uso sustentável dos recursos naturais.

O documento propõe que o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), autarquia da Secretaria de Estado do Meio Ambiente da Bahia, e a Agência Nacional de Mineração (ANM), agência reguladora vinculada ao Ministério de Minas e Energia, se abstenham de



FOTOS: REPRODUÇÃO/ [HTTPS://WWW.FACEBOOK.COM/EMDEFESADASNASCENTESDASERRADOSALTO/](https://www.facebook.com/emdefesadasnascentesdaserradosalto/)

autorizar novas atividades minerárias na área, respeitando o direito à consulta da comunidade tradicional.

Destaca ainda o Procurador da República, nas razões que justificaram a Recomendação Prévia, os impactos das atividades minerárias no Território pertencente à Comunidade Taquaril dos Fialhos, que incluem a pesquisa mineral de ferro e manganês já autorizada à empresa Vale do Paramirim S.A., pela Agência Nacional de Mineração, por meio do Processo Mineral nº 872.079/2015, sem a realização de consulta prévia à comunidade.

Já há impactos - Apesar de ser considerada de baixo impacto por preceder a extração efetiva, a fase inicial da pesquisa mineral já causou impactos na Comunidade Tradicional. Entre os impactos reportados estão a realização de um número de furos de sondagem superior ao autorizado pelo Projeto, a disposição inadequada de rejeitos sólidos, a remoção de vegetação sem a licença necessária, além do incômodo causado pelo ruído das máquinas. Estes eventos não apenas causaram estresse aos moradores, mas também afetaram negativamente a produção de ovos e leite pelos animais da região, conforme os relatos colhidos.

Além disso, a comunidade teme que haja aumento dos impactos durante a fase de lavra dos minérios, com possíveis consequências como assoreamento de cursos d'água e insegurança hídrica, ameaçando seu modo de vida e o meio ambiente.

Cinco gerações - Embora a comunidade de Taquaril dos Fialhos não seja classificada como

quilombola ou indígena, ela se enquadra no conceito de tradicionalidade, como confirmado pelo Parecer Técnico nº 72/2023, elaborado pela Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise (SPPEA) do Ministério Público Federal. Esse parecer constatou que a Comunidade de Taquaril dos Fialhos é formada por uma grande família extensa, dividida em 33 famílias nucleares. Além disso, foi observado que o nome Taquaril dos Fialhos é uma combinação do sobrenome do primeiro membro da família que fundou a Comunidade (Pedro Fialho) e da presença frequente do capim "taquaril" na região.

O Parecer Técnico descreve os moradores de Taquaril dos Fialhos como uma comunidade que pratica um modelo de produção sustentável em seus sítios familiares, os quais foram passados de geração em geração por pelo menos cinco gerações. Esse modo de vida gerou um profundo sentimento de pertencimento ao território, reforçando o direito de viver e produzir em suas terras, mantendo suas tradições.

Destaca-se que todas as atividades produtivas são realizadas exclusivamente com mão de obra familiar, visando à preservação da biodiversidade do território. O local não é apenas um espaço de trabalho e produção, mas também de moradia, transmissão de conhecimentos e preservação dos usos e costumes das gerações anteriores. Essa integração entre trabalho, moradia, transmissão de conhecimentos e preservação cultural é considerada essencial para a continuidade e persistência da comunidade, fortalecendo os laços entre seus membros.